



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SEGUNDA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA E PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO; RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO; ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA; COMUNICADO DE IMPRENSA E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR DO FMI PARA A REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Maio de 2014

No contexto da segunda avaliação do acordo ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e pedido de modificação de critérios de avaliação, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 9 de Maio de 2014, após as discussões encerradas em 14 de Março de 2014 com as autoridades de Moçambique sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o Instrumento de Apoio à Política Económica. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 25 de Abril de 2014, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho.
- **Declaração do Administrador do FMI** para Moçambique.

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades de Moçambique*
Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades de Moçambique*

Memorando Técnico de Entendimento*

Plano de Acção para Redução da Pobreza – Relatório de Progresso

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações que possam influenciar os mercados.

Para adquirir a versão impressa deste relatório, entre em contacto com

International Monetary Fund • Publication Services

PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090

Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201

E-mail: publications@imf.org • Web: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.**



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SEGUNDA AVALIAÇÃO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA E PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

25 de Abril de 2014

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto e perspectivas. As perspectivas macroeconómicas de Moçambique continuam favoráveis e o programa apoiado pelo PSI está no bom caminho — todos os critérios de avaliação para o final de 2013 foram cumpridos e o programa de reformas estruturais está bem encaminhado. O crescimento económico é robusto e a inflação mantém-se moderada. A despeito dos riscos derivados de uma conjuntura económica mundial incerta, espera-se que o crescimento seja sustentado no médio prazo pela forte expansão do sector de recursos naturais e pelos investimentos em infraestruturas. Os riscos associados ao ambiente político/questões de segurança diminuíram no início de 2014, e estão programadas eleições gerais para meados de Outubro.

Quadro de políticas a curto prazo. Os principais desafios a curto prazo são manter o ímpeto do crescimento e, em simultâneo, preservar a sustentabilidade orçamental e da dívida. A orientação da política orçamental em 2014 é expansionista; será preciso acompanhar atentamente a evolução da inflação e, caso esta registe um aumento significativo, o banco central terá de adoptar uma orientação mais restritiva. As grandes prioridades em matéria de reformas estruturais incluem melhorias no IVA e na administração tributária de um modo geral, a continuidade das reformas na gestão das finanças públicas, o reforço das capacidades para a transparência na gestão dos investimentos públicos e contratação de empréstimos, e os esforços de desenvolvimento do sector financeiro.

Desafios a médio prazo. O ajustamento da política orçamental em 2015 e no médio prazo será essencial para preservar a sustentabilidade da dívida e a estabilidade macroeconómica. Deve-se prosseguir com vigor na implementação de reformas estruturais centradas na gestão das finanças públicas, instrumentos de política monetária, supervisão bancária e facilitação do comércio, para sustentar o crescimento e torná-lo mais inclusivo. Dado o possível declínio da ajuda financeira externa a médio prazo, a contratação de empréstimos em condições não concessionais poderia prover recursos adicionais para a melhoria das infraestruturas físicas e do capital humano de Moçambique. Continuar a reforçar a planificação e execução dos investimentos e a gestão da dívida é essencial para assegurar a eficiência dos investimentos e empréstimos. Concluir a redação da nova legislação do sector mineiro e dos hidrocarbonetos, bem como as normas e os regimes fiscais associados, facilitaria o desenvolvimento dos recursos naturais de Moçambique.

Aprovado por
David Robinson e
Ranil Salgado

Uma equipa formada pelas Sras. Ross (chefe) e Masha e pelos Srs. Inui, Xiao (todos do AFR) e Perone (SPR) esteve em Maputo entre os dias 26 de Fevereiro e 14 de Março de 2014. A missão reuniu-se com o Primeiro Ministro Vaquina, os Ministros Chang (Finanças) e Cuereneia (Planificação e Desenvolvimento), ministros sectoriais (Energia, Agricultura, Recursos Naturais, Indústria e Comércio, Transportes e Comunicações), o Governador Gove do Banco de Moçambique e outras autoridades. A missão reuniu-se também com outros parceiros de desenvolvimento e representantes da sociedade civil, da Assembleia da República e do sector privado. O Sr. Segura-Ubiergo (representante residente), Sr. Simone e Sra. Palacio (do gabinete do representante residente) prestaram apoio à missão. Os Srs. Tivane (OED), Revilla e Blanco Armas (Banco Mundial) participaram de algumas discussões sobre políticas.

SUMÁRIO

CONTEXTO E DESENVOLVIMENTOS RECENTES	4
PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS	8
A. Perspectivas e Riscos	8
B. Políticas e Reformas Orçamentais	8
C. Política Monetária e Reformas do Sector Financeiro	14
D. Planeamento do Investimento e Gestão da Dívida	15
E. Relatório de progresso do PARP	16
QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA	17
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	17
CAIXAS	
1. Alterações do Código Tributário de Moçambique em 2014	10
2. Caixa 2. Âncoras Fiscais e Sustentabilidade da Dívida Pública em Moçambique	12
FIGURAS	
1. Impacto dos Acontecimentos Mundiais	5
2. Inflação e Evolução Monetária	6
3. Evolução Orçamental	7
TABELAS	
1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2011-19	21
2. Finanças Públicas, 2011-14 (Mil milhões de Meticais)	22
3. Finanças Públicas, 2011-19 (Percentagem do PIB)	23

4. Síntese Monetária, 2011-14	24
5. Balança de Pagamentos, 2011-19	25
6. Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, 2008-13	26

APÊNDICE

I. Carta de Intenções	27
Anexo 1: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras	29
Anexo 2: Memorando Técnico de Entendimento	49

CONTEXTO E DESENVOLVIMENTOS RECENTES

1. **A economia de Moçambique permanece dinâmica e recuperou-se rapidamente das graves cheias ocorridas no início de 2013.**

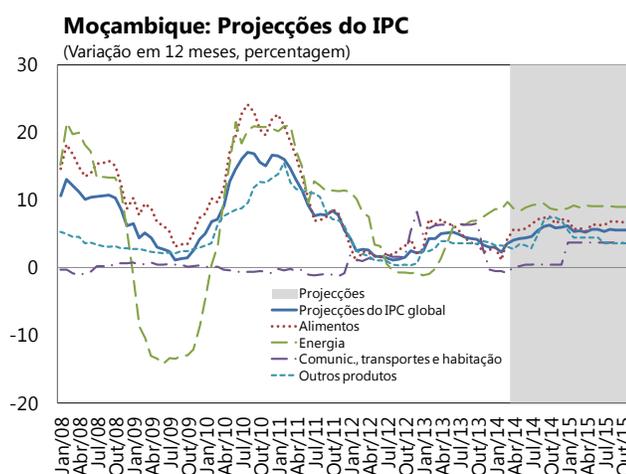
Estima-se que o crescimento tenha atingido os 7% em 2013, graças ao desempenho vigoroso da mineração do carvão, construção, transportes, comunicações e serviços financeiros. A inflação continua baixa, não obstante a política monetária acomodatória e a rápida expansão do crédito. A taxa de câmbio efectiva real permaneceu estável na generalidade em 2013 e uma apreciação nominal frente ao rand sul-africano ajudou a conter a inflação.

MEFP 12

2. **O desempenho das finanças públicas foi melhor do que o anteriormente projectado.**

Estima-se que o défice orçamental global (após os donativos) tenha sido de 2,8% do PIB, contra os 4,6% programados, o que basicamente reflecte menores gastos correntes (0,7 p.p. do PIB) e donativos acima do esperado (1,1 p.p.).

Os menores gastos correntes resultaram dos atrasos e da redução do apoio ao orçamento. As despesas de investimento corresponderam à meta, com os donativos em apoio a projectos a superar em muito as expectativas e com um nível reduzido de empréstimos para projectos.



3. **O défice da conta corrente externa diminuiu em 2013** para cerca de 39% do PIB, o que reflecte sobretudo um maior défice comercial, o qual foi mais do que compensado por uma diminuição das importações de serviços e maiores receitas de transferências. O investimento directo estrangeiro (IDE) continuou vigoroso, em cerca de USD 5 mil milhões, na sua maioria para os mega projectos. O Banco de Moçambique (BM) continuou a acumular reservas internacionais líquidas (RIL) para cobrir cerca de 4,5 meses das importações projectadas de bens e serviços não relacionados aos mega projectos.

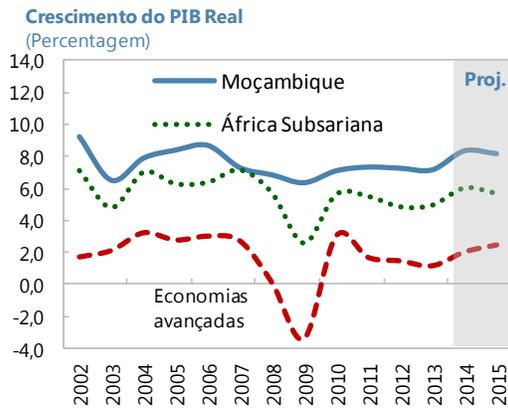
4. **O desempenho do programa até à data tem sido satisfatório de modo geral.** Foram cumpridos todos os critérios de avaliação (CA) e metas indicativas (MI), até ao final de Dezembro de 2013, com uma única excepção — a MI para a despesa nos sectores prioritários que, segundo as autoridades, não foi cumprida devido aos atrasos no desembolso dos fluxos dos doadores. Dois dos três indicadores de referência estruturais para o final de Fevereiro e final de Março de 2014 foram cumpridos no prazo, e o terceiro com um pequeno atraso (Tabelas 1-2 do MPEF).

MEFP 13

5. **O ambiente político e de segurança melhorou.** O acordo político firmado em Fevereiro entre o governo e o partido de oposição Renamo assentou as bases para a participação da Renamo nas eleições gerais de Outubro. Ademais, a escolha do ex-Ministro da Defesa Filipe Nyusi como candidato à presidência pela Frelimo, eliminou as incertezas sobre a candidatura do partido do governo. Os sequestros e ataques violentos diminuíram no início de 2014, resultando em melhorias nas condições de segurança de modo geral.

Figura 1. Moçambique: Impacto dos Acontecimentos Mundiais

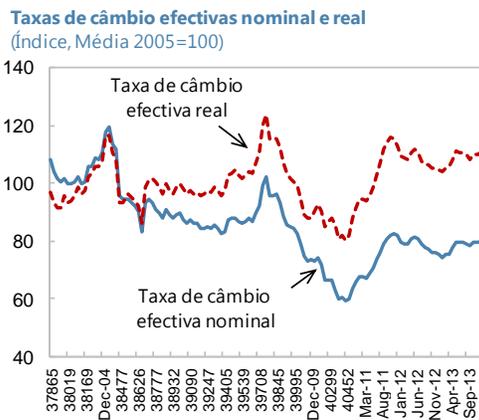
A despeito da fragilidade mundial e das cheias do início de 2013, as perspectivas de crescimento de Moçambique permanecem robustas.



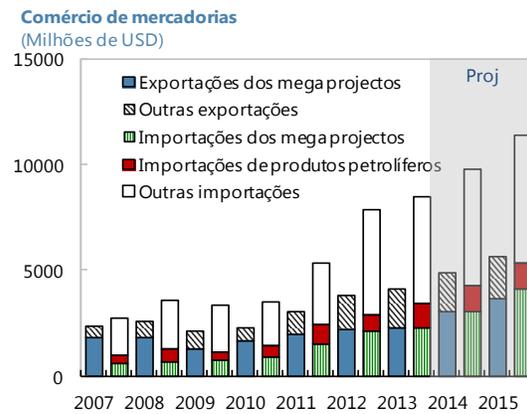
Os ganhos nos termos de troca estão a se inverter desde 2012 devido à descida dos preços internacionais das matérias-primas...



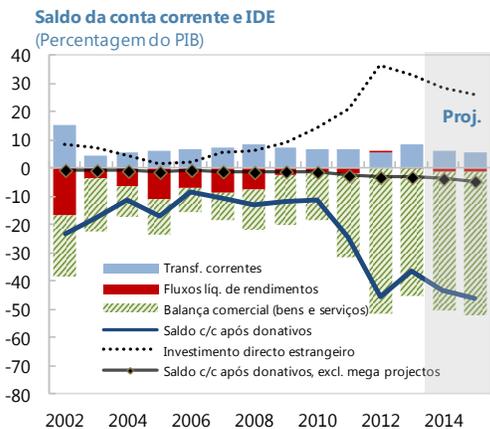
...enquanto que o Metical tem permanecido basicamente estável desde 2012, num ambiente de baixa inflação.



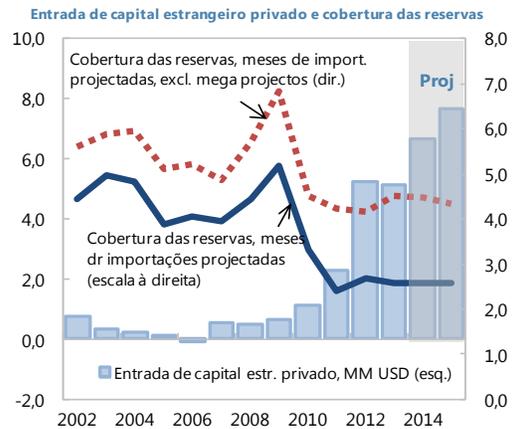
O forte crescimento das exportações dos megaprojectos foi compensado pelas importações de combustíveis e relacionadas a investimentos.



Houve um ligeiro recuo do défice da conta corrente em 2013, mas este ainda reflecte a magnitude das importações de investimentos no sector extractivo desde 2011-12.



Face aos fortes fluxos de capital privado e ao crescimento das importações, desde 2010 mantém-se a cobertura de reservas em cerca de 4 meses das importações projectadas não rel. aos mega projectos.



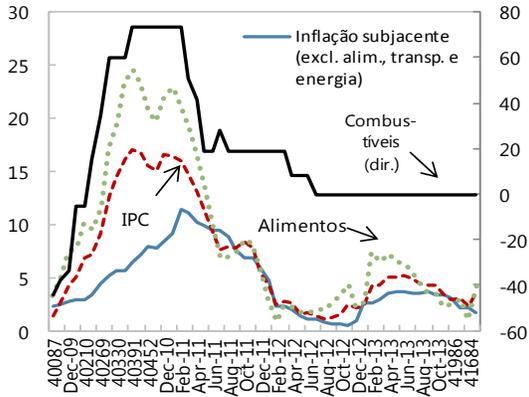
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Moçambique: Inflação e Evolução Monetária

A inflação permaneceu baixa, após uma subida temporária devido às cheias do início de 2013.

IPC e componentes

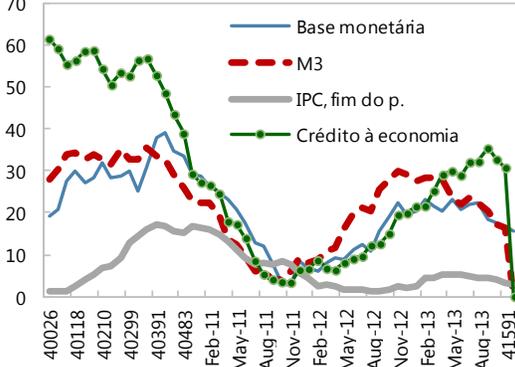
(Variação percentual homóloga)



A redução da velocidade e o forte crescimento do crédito ao sector privado são sinais de desenvolvimento financeiro, mas o relaxamento da política monetária desde 2012 pode gerar alguma pressão inflacionista.

Moeda, crédito e inflação

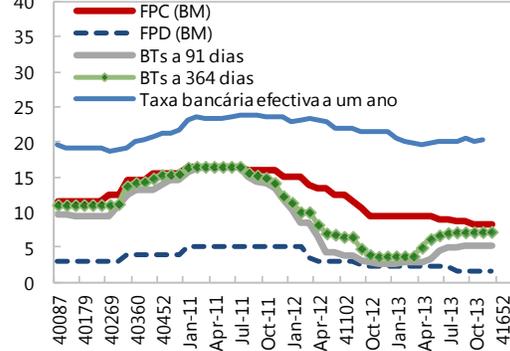
(Variação percentual em 12 meses)



As taxas directoras do BM e as taxas dos BTs baixaram, mas a taxa activa dos bancos continua alta.

Taxas de juro

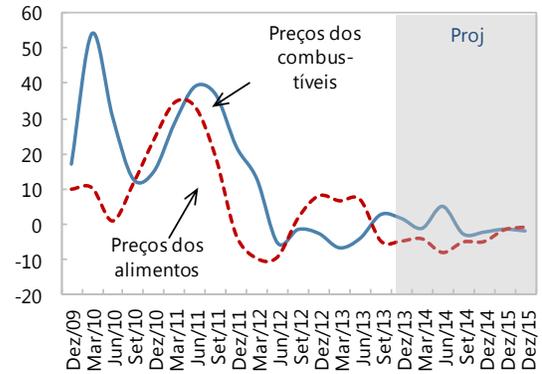
(Porcentagem ao ano)



A inflação baixa foi favorecida pela evolução dos preços internacionais e ...

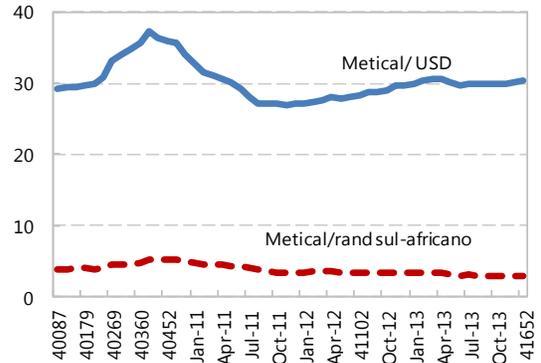
Var. dos preços internacionais dos combustíveis e alimentos

(Variação percentual homóloga)



A taxa de câmbio Mt/USD depreciou-se em certa medida desde meados de 2011, enquanto que a taxa face ao rand registou ligeira apreciação.

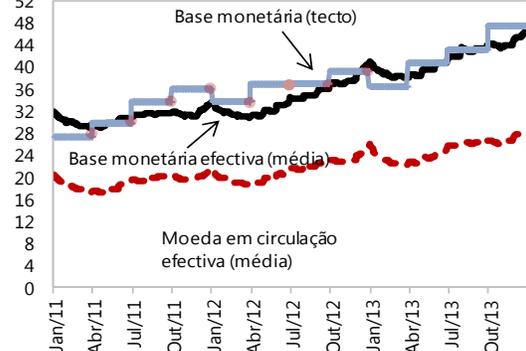
Taxas de câmbio bilaterais



As reservas monetárias ficaram dentro das metas do programa.

Base monetária

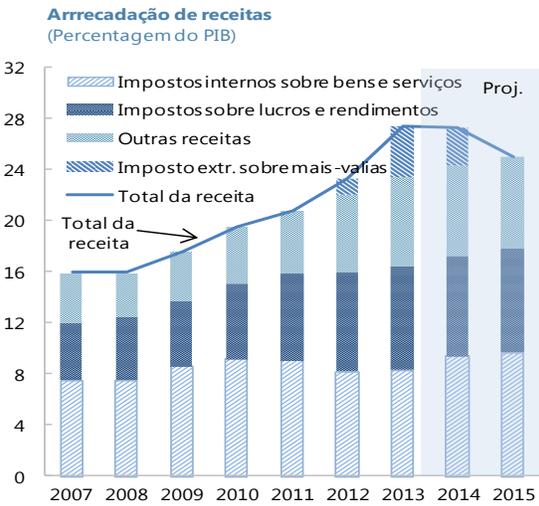
(Mil milhões de MT)



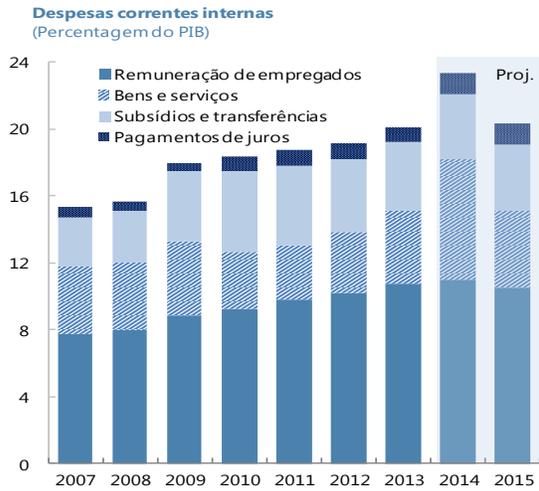
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Moçambique: Evolução Orçamental

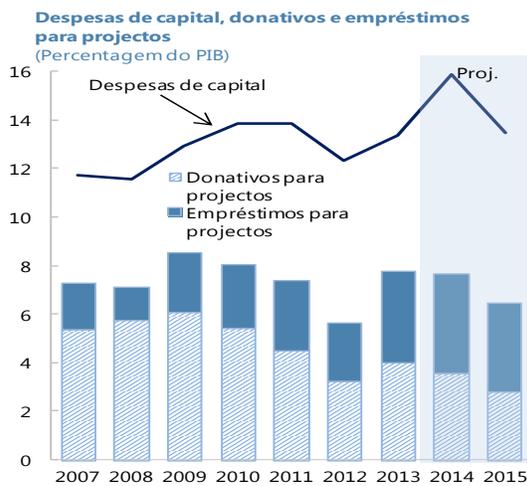
As receitas extraordinárias do imposto sobre as mais-valias em 2012-14 contribuíram para o dinamismo da arrecadação de receitas.



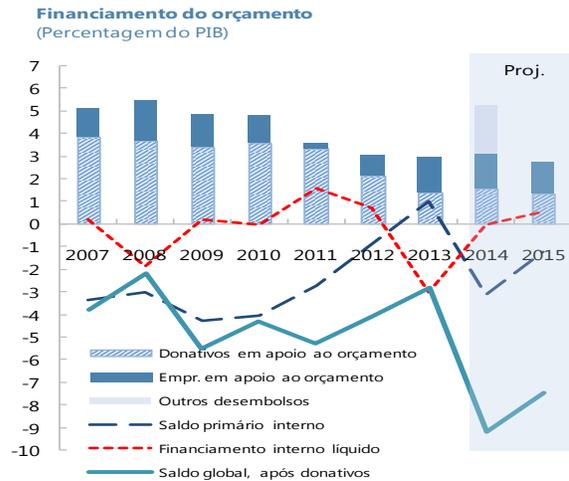
As eleições e outros gastos pontuais são as causas do aumento da despesa corrente em 2014.



Os empréstimos externos estão a substituir gradualmente os donativos como fonte de financiamento das despesas de capital.



A oscilação no saldo primário interno (e no financiamento interno líquido) reflecte as receitas extraordinárias auferidas em 2013-14.



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS

A. Perspectivas e Riscos

6. **As perspectivas económicas de Moçambique continuam favoráveis.** Em 2014, o crescimento deve acelerar para 8,3%, com o aumento da produção de carvão e a construção de infra-estruturas. Segundo as projecções, a inflação permanecerá dentro do intervalo de 5% a 6% definido pelo BM, mas há riscos de alta devido às pressões inflacionistas na região, à orientação expansionista da política orçamental em 2014 e à política monetária acomodaticia. No médio prazo, o crescimento projectado é de 8%. Os expressivos investimentos em projectos de exploração de recursos naturais financiados por IDE e financiamento privado continuarão a dominar a balança de pagamentos, alargando o défice da conta corrente para 50% do PIB nos próximos 4 a 5 anos, à medida que avança a construção das plantas de liquefacção de gás.



7. **Não obstante as perspectivas favoráveis, Moçambique está exposto a riscos.** Entre eles figuram choques exógenos, como catástrofes climáticas, choques nos preços das matérias-primas e na procura mundial por seus principais produtos de exportação ou importação (carvão, gás, combustíveis), bem como riscos de financiamento dos mega projectos; o corpo técnico considera tais riscos baixos ou moderados. Já outros riscos parecem estar contidos, como mudanças no sentimento dos investidores, tensões políticas num ano de eleições, fragilidades em matéria de governação e os riscos fiscais decorrentes das empresas públicas e parceiras público-privadas (PPP).

8. **Perante estas perspectivas, o corpo técnico e as autoridades actualizaram o conjunto de políticas macroeconómicas acordadas para 2014, as quais são coerentes com os objectivos do programa de três anos apoiado pelo PSI.** Os principais objectivos são preservar o crescimento e torná-lo mais inclusivo, manter um ambiente de inflação baixa procurando igualmente facilitar o crédito à economia, manter a sustentabilidade orçamental e apoiar a expansão do investimento público e privado, inclusivamente em programas sociais prioritários.

B. Políticas e Reformas Orçamentais

9. **Desde a adopção, em fins de 2013, do orçamento expansionista de 2014, conforme descrito na primeira avaliação do PSI, as perspectivas orçamentais melhoraram.** As receitas extraordinárias adicionais recebidas em Março, no montante de USD 520 milhões (3% do PIB), foram as últimas dessa natureza que se espera receber pelas vendas recentes de acções nos projectos de gás natural. As autoridades estão a elaborar um orçamento rectificativo para cobrir os novos compromissos de despesas assumidos como parte do acordo político firmado com a Renamo (USD 36 milhões, grande parte do qual se destina à contratação de pessoal adicional para as eleições, mas numa base permanente, o que inflacionará a massa salarial) e para projectos de investimento que deixaram de ser concluídos com o cancelamento de alguns

recursos de doadores no ano passado (USD 25 milhões) em razão da falta de progressos na execução dos correspondentes projectos.

Como resultado, projecta-se agora que o défice orçamental global (após os donativos) aumente de 2,8% do PIB em 2013 para 9,2% em 2014, o qual deverá ser totalmente financiado por fontes externas.

Trata-se na maioria de recursos que já foram disponibilizados (EMATUM) ou do financiamento de projectos, ou seja, a execução do projecto reflectirá o desembolso do financiamento e, se houver uma insuficiência acentuada de recursos externos, a mesma será adiada.

Receitas fiscais

10. **Prevê-se que a receita total permaneça próxima dos 27% do PIB em 2014.** Excluídas as receitas extraordinárias do imposto sobre as mais-valias e os royalties do carvão, que ainda são baixos mas estão em ascensão, projecta-se um aumento de cerca de 1 p.p. do PIB no esforço fiscal subjacente em 2014, cerca da metade do qual refere-se a alterações no código tributário (Caixa 1), tais como a equalização de diversos instrumentos financeiros, enquanto a outra metade representa a intensificação dos esforços de arrecadação.

Moçambique: Principais Indicadores Orçamentais

	2012	2013		2014	
	Efect.	CR 14/20	Est.	CR 14/20	Prog. revisto
	(% do PIB salvo indicação em contrário)				
Total da receita	23,5	27,4	27,5	23,7	27,3
Total da despesa e empréstimos líq.	32,9	36,3	35,6	40,1	41,6
Saldo global, antes dos donativos	-9,6	-8,9	-8,3	-16,3	-14,3
Saldo global, após os donativos	-4,1	-4,6	-2,8	-12,6	-9,2
Saldo primário interno	-1,0	0,0	0,9	-6,1	-3,0
Financiamento interno líquido	0,7	-2,0	-3,0	2,9	-0,1
<i>Por memória:</i>					
Crescimento do PIB real (%)	7,2	7,0	7,1	8,5	8,3
Inflação média pelo IPC (%)	2,1	5,5	4,4	5,6	5,6

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do F

Moçambique: Contributos Para a Receita Fiscal

	2010	2011	2012	2013	2014
	Efect.	Efect.	Efect.	Est.	Prog. revisto
	(Percentagem do PIB)				
Total da receita	19,6	20,8	23,3	27,5	27,3
Receita fiscal	17,0	18,1	19,8	23,3	23,3
Receita do carvão	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Receita fiscal não rel. ao carvão	17,0	18,1	19,8	23,3	23,1
<i>D/q:</i> mais-valias	0,0	0,0	1,2	4,2	3,0
<i>D/q:</i> outras receitas fiscais	17,0	18,1	18,6	19,1	20,1
	(Percentagem do PIB não relacionado ao carvão)				
Receita não relacionada ao carvão	19,8	20,8	23,5	27,7	27,5
Receita fiscal não rel. ao carvão	17,3	18,2	20,0	23,5	23,5
Receita fiscal excl. carvão e mais-valias	17,3	18,2	18,8	19,3	20,4
	(Mil milhões de MT)				
PIB relacionado ao carvão	4,1	0,9	4,8	5,3	8,4
PIB não relacionado ao carvão	311	364	403	456	519

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI

Caixa 1. Alterações do Código Tributário de Moçambique em 2014

A Autoridade Tributária estima que as alterações implementadas em 2014 resultarão num aumento da arrecadação fiscal de 0,5% do PIB. Embora o foco das alterações no código do IRPC seja sobretudo a clarificação do actual tratamento das mais-valias do sector de recursos naturais, as alterações no IRPS visaram o alargamento da base de tributação. As principais alterações são as seguintes:

IRPC

- Considera-se que as mais-valias resultantes da transmissão, seja ela directa ou indirecta, a título gratuito ou oneroso, entre entidades não residentes de activos situados em território moçambicano estão sujeitas aos impostos moçambicanos, independentemente do local onde a alienação ocorra.
- Juros e outra forma de remuneração sobre empréstimos concedidos aos acionistas de uma empresa não são dedutíveis para fins fiscais caso ultrapassem a taxa de referência interbancária interna acrescida de 2%. De maneira análoga, o rendimento de juros dos bilhetes do Tesouro, títulos cotados em bolsa ou colocações interbancárias está sujeito à retenção na fonte à taxa de 20%.
- O rendimento de entidades não residentes, incluindo os prestadores de serviços relacionados a manutenção e carga de aeronaves, está sujeito à retenção na fonte à taxa de 10%.

IRPS

- O rendimento do trabalho será tributado por retenção liberatória.

IVA e Imposto sobre Consumos Específicos

- A base de tributação das bebidas alcoólicas e do tabaco foi alargada, e prevê-se que os impostos sobre consumos específicos aumentem cerca de 12%, com um impacto complementar sobre a arrecadação do IVA.

11. **O corpo técnico reiterou as recomendações anteriores no sentido de definir uma regra orçamental explícita sobre o uso das receitas extraordinárias ou acima do previsto no orçamento.** Com efeito, as autoridades operam uma conta de estabilização em paralelo à execução pelo Tesouro, mas consideram que a formalização de tal procedimento deverá ficar a cargo do novo governo.

12. **As autoridades continuam a reforçar a administração tributária.** Elaboraram uma nota sobre a validação dos pedidos de reembolso do IVA até ao final de 2013 (indicador de referência estrutural para Março de 2014) e pretendem efectuar o processamento e pagamento ou a titularização dos pedidos válidos até ao final de 2014. Estão também a trabalhar para apresentar/ implementar o IVA na base líquida a partir do orçamento de 2015. Entre outros esforços em marcha, porém a um ritmo mais lento, figuram o fortalecimento da unidade dos grandes contribuintes, o alargamento da e-Tributação e dos pagamentos de impostos via bancos no caso do IVA e do ISPC, bem como a reforma dos dispositivos sobre preços de transferência. O regime fiscal revisto que se aplica à nova legislação do sector mineiro e hidrocarbonetos foi submetido ao Conselho de Ministros em Março, embora o corpo técnico

MEFP ¶16,20

continue a expressar dúvidas quanto a algumas disposições que não reflectem as boas práticas internacionais.

Despesas

13. **Projecta-se que o total da despesa aumente em 6 p.p. do PIB em 2014 face a 2013, como foi previsto na primeira avaliação do PSI** e em consequência de uma combinação de factores pontuais e de mais longo prazo.

MEFP ¶12

- **De referir que 2 p.p. do PIB (USD 350 milhões) desse aumento da despesa reflecte a incorporação ao orçamento das operações parafiscais da EMATUM.** Embora entenda-se que tal despesa esteja relacionada a operações de segurança marítima, o corpo técnico considerou-a como despesa corrente, dada a falta de pormenores sobre a sua composição. As autoridades indicaram que ela será abrangida nos relatórios normais de execução do Tesouro. Para sanar as dúvidas quanto à transparência da operação, o Ministério das Finanças irá monitorizar as operações da EMATUM — financiadas em 2013 com uma captação internacional de USD 500 milhões garantida pelo Estado — numa base trimestral e publicará as respectivas contas auditadas.
- MEFP ¶23
- **Projecta-se que as outras despesas correntes aumentem em 1% do PIB, reflectindo, sobretudo, o custo das eleições.** O corpo técnico revelou preocupações quanto a dilatação da massa salarial, que ascende aos 11% do PIB, e as autoridades concordaram que serão necessários esforços no futuro para limitar novos aumentos e, a médio prazo, reduzir a massa salarial para 8–9% do PIB.

Caixa 2. Âncoras Fiscais e Sustentabilidade da Dívida Pública em Moçambique

O nível de endividamento público de Moçambique continua sustentável, mas os riscos fiscais estão a aumentar. O total da dívida pública está em franca ascensão desde que o país obteve o alívio da dívida (HIPC em 2001 e MDRI em 2005-6). Espera-se que a dívida pública ascenda a 49% do PIB em 2014, cerca de 14% do PIB acima da média da África Subsariana. A dívida pública está ainda acima do limiar normalmente utilizado pelo FMI para avaliar as vulnerabilidades orçamentais dos países de baixo rendimento (40% do PIB para países de média capacidade).¹ A análise de sustentabilidade da dívida (ASD) indica que a dívida pública permanecerá sustentável, presumindo-se algum grau de consolidação orçamental a partir de 2015. Na ausência de ajustamento, os défices orçamentais aos níveis projectados para 2014 (cerca de 9,5% do PIB) elevariam a dívida pública de Moçambique em 3–4% do PIB ao ano.

Qual seria a âncora fiscal apropriada para impedir que Moçambique incorra em problemas ligados à sustentabilidade da dívida? O saldo primário interno (que exclui donativos, encargos de juros e despesas de capital com financiamento externo) tem sido, até à altura, o principal indicador das finanças públicas. Não obstante a vantagem de estar sob o controlo das autoridades, ele não impõe limites ao endividamento externo para financiar despesas de capital. O corpo técnico assinalou que tal medida não estabelece uma ligação directa com a sustentabilidade da dívida, o que limita a sua eficácia como âncora fiscal quando a dívida está a crescer com rapidez. Para lançar o debate sobre as alternativas, o corpo técnico referiu que o saldo orçamental global (ou seja, o total da receita e donativos menos o total da despesa) mede a posição financeira líquida (ou seja, se o governo está a acumular ou reduzir a riqueza financeira) e é mais apropriado para colocar a dívida pública numa trajetória sustentável. A parcela cada vez maior do orçamento custeada a partir das receitas, em combinação com uma maior coordenação com os doadores, ajudaria a tornar o uso deste indicador mais pertinente para as autoridades decisoras.

Antes do início esperado de receitas substanciais dos projectos de GNL em curso (por volta de 2022), um défice orçamental global de 5-6% do PIB pareceria apropriado para Moçambique. Um motivo para tal é que um défice orçamental global de cerca de 6% do PIB ajudaria a estabilizar a dívida pública.² Para ilustrar: segundo as actuais projecções de consolidação orçamental gradual, tal nível de défice seria alcançado em 2017, estabilizando a dívida pública ao nível de 2014, de cerca de 50% do PIB. Não obstante os riscos, este nível de dívida seria sustentável e daria flexibilidade suficiente para evitar um ajustamento orçamental maior e mais problemático. A redução ligeira do défice (para o nível de 5%) permitiria que Moçambique adquirisse alguma margem de protecção contra choques e vulnerabilidades fiscais (a partir de 2017). Tal é necessário porque a ASD assenta na manutenção de um diferencial relativamente favorável entre as taxas de juro e o crescimento (ou seja, crescimento elevado e taxas de juro baixas) que seria difícil de manter com o passar do tempo. Acresce que os indicadores orçamentais abrangem apenas o governo central, numa altura em que os riscos fiscais decorrentes do ambicioso programa de PPP e os passivos contingentes das empresas públicas estão a crescer.

Não parece aconselhável registar elevados défices orçamentais na expectativa de auferir receitas dos recursos naturais.³ Em primeiro lugar, ainda faltam muitos anos até que Moçambique se torne um país rico em recursos, e há incertezas quanto à magnitude e ao perfil temporal de tais receitas de recursos. Em segundo lugar, os níveis de despesa pública já são altos, a capacidade de absorção é limitada e é preciso garantir a eficiência dos gastos. Por último, Moçambique precisará definir o enquadramento fiscal para a gestão da riqueza em recursos e, quando as receitas daí provenientes se tornarem significativas, substituir o saldo orçamental global por uma âncora fiscal mais apropriada àquela altura (por exemplo, o saldo primário não relacionado aos recursos).

¹ Ver *2013 Low-Income Countries Global Risks and Vulnerabilities Report*. www.imf.org/external/np/pp/eng/2013/090613.pdf

² O défice primário que estabiliza a dívida é de cerca de 4,5% do PIB. Com pagamentos de juros na média de 1,5% do PIB, o saldo orçamental global que estabiliza a dívida é de cerca de 6% do PIB.

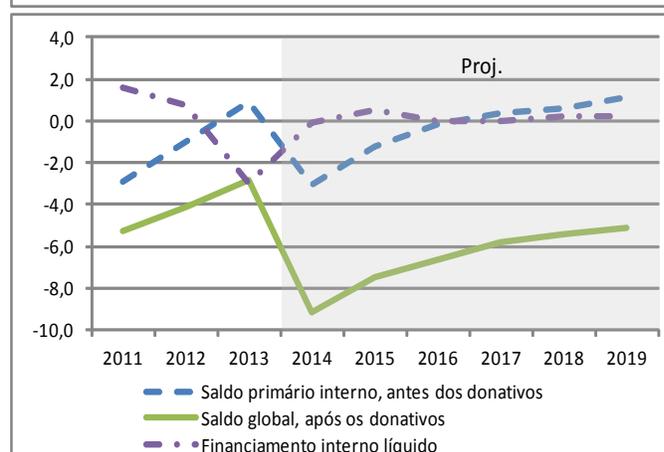
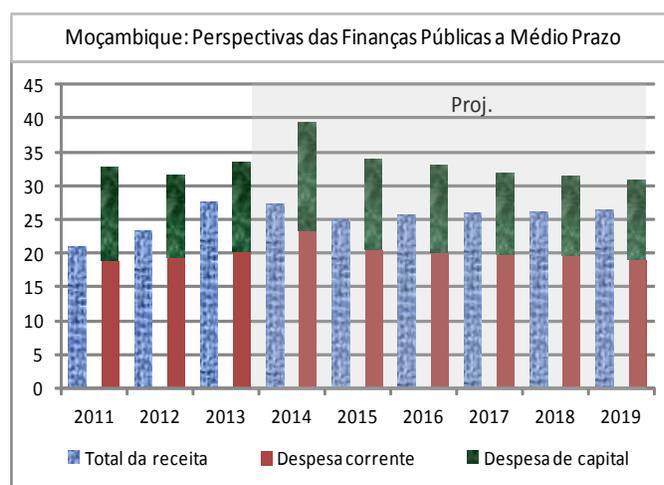
³ Ver relatório do FMI n.º 13/200, Apêndice V, "Gás Natural, Investimento Público e Sustentabilidade da Dívida".

- Projecta-se que a despesa de investimento público aumente em mais 2,5 p.p. em 2014, para 16% do PIB, um nível bastante elevado pelos padrões internacionais.** Embora reconheça o défice de infraestruturas de Moçambique, o corpo técnico referiu que a capacidade está a ser sobrecarregada. A busca de uma boa relação custo-benefício sugeriria um ritmo mais moderado de despesas de capital enquanto está a ser desenvolvida a capacidade de selecção, execução e monitorização de investimentos, sobretudo no que respeita aos projectos com financiamento de mercado. O corpo técnico recomendou também que se leve em conta a necessidade de prover recursos suficientes para as despesas de manutenção das novas infraestruturas, uma área que de momento não está a receber o devido cuidado. As autoridades referiram que já estão a tomar algumas medidas para fortalecer a gestão do investimento e concordaram que será preciso redobrar os esforços nesta área. Apontaram como constrangimento importante as dificuldades no recrutamento e retenção de pessoal qualificado.

14. **O alcance das metas relativas aos gastos prioritários tem-se revelado problemático em diversas ocasiões.** As metas de 2014 para os gastos prioritários procuram reflectir a taxa histórica de implementação de projectos, de modo a fornecer uma indicação mais precisa da provável execução de tais gastos. Após os atrasos nos desembolsos dos doadores no último trimestre de 2013, alguns desembolsos foram liberados no final do ano, mas tarde demais para que os recursos fossem utilizados em 2013; assim, obteve-se alguma margem adicional para a realização de gastos prioritários em 2014.

Perspectivas orçamentais a médio prazo e riscos

15. **O objectivo da política orçamental a médio prazo deve ser garantir a sustentabilidade da dívida e, em simultâneo, permitir que as autoridades vençam os desafios do desenvolvimento.** Será necessário um processo gradual de consolidação orçamental para assegurar que a acumulação de dívida se mantenha dentro dos limites apropriados. Conforme explicado na Caixa 2, uma meta para o défice orçamental global (após os donativos) de cerca de 5-6% do PIB e um pequeno excedente primário interno constituiriam uma âncora apropriada para Moçambique a médio prazo. O corpo técnico observou que isso seria factível, considerando os seguintes factores: i) os esforços de arrecadação devem prosseguir; ii) a aplicação de um processo mais rigoroso de avaliação de projectos de investimento público provavelmente resultaria na moderação do ritmo de endividamento externo; iii) os gastos



Fontes: Autoridades moçambicanas e projecções do corpo técnico.

pontuais de 2014, relacionados, sobretudo, às eleições e à incorporação no orçamento das actividades parafiscais da EMATUM, não teriam continuidade em 2015; e iv) as autoridades reconheceram que o aumento da massa salarial e das compras de bens e serviços deveria ser inferior ao crescimento do PIB nominal, projectado em 14%. As autoridades concordaram que a orientação da política orçamental em 2014 era expansionista e que algum grau de consolidação seria necessário a partir de 2015. Observaram que ainda não havia sido iniciado o trabalho de elaboração do orçamento de 2015, e que as decisões específicas sobre a orientação da política orçamental a médio prazo teriam de ser tomadas pelo novo governo. Ao mesmo tempo, consideraram a sustentabilidade orçamental um objectivo chave do seu programa orçamental a médio prazo.

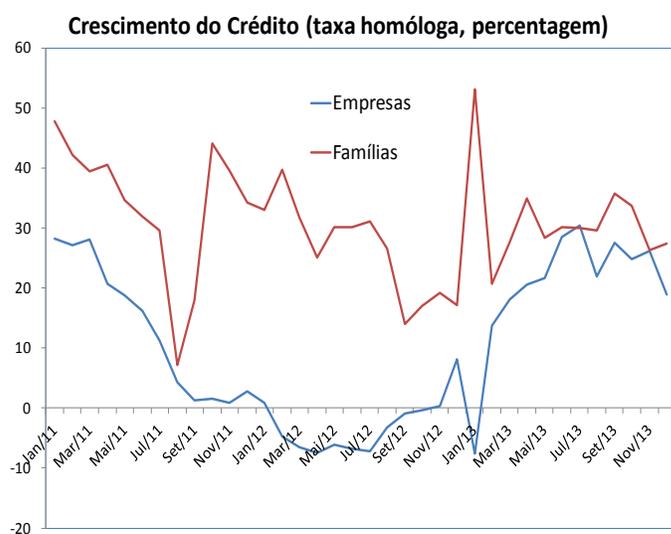
16. **A recente avaliação da transparência fiscal salientou a presença de riscos fiscais expressivos.** Os riscos provêm da dependência do apoio dos doadores para o financiamento externo, da susceptibilidade a choques exógenos de desastres naturais, das actividades das empresas públicas, dos contratos de infraestruturas de grandes dimensões e plurianuais, das garantias concedidas, dos passivos contingentes e das actividades parafiscais. Para além dos riscos do financiamento externo, não é identificado nem analisado qualquer risco fiscal nos documentos orçamentais, e não existe qualquer estratégia para a gestão destes riscos. Com vista a corrigir esta situação, as autoridades concordaram com a recomendação do corpo técnico de criar uma unidade de riscos fiscais no Ministério das Finanças, para melhor compreender os riscos, especialmente os que se referem às garantias do Estado, às operações das empresas públicas e às PPP. Embora esse processo seja demorado, as autoridades estão a tomar algumas medidas para reforçar a supervisão financeira das empresas públicas, e concordaram em desenvolver a capacidade de avaliação e acompanhamento das PPP. A unidade de riscos será incumbida da preparação de uma declaração pormenorizada sobre os riscos fiscais para inclusão na documentação do orçamento anual.

MEFP ¶24

C. Política Monetária e Reformas do Sector Financeiro

17. **A orientação recente da política monetária do BM tem procurado um equilíbrio entre a estabilidade de preços e o crescimento do crédito ao sector privado.** Os cortes nas taxas

MEFP ¶7, 25,26



das facilidades de cedência e de depósitos do BM em 2013 tiveram impacto reduzido sobre as taxas bancárias, dada a debilidade dos mecanismos de transmissão monetária, o que reflecte grandes estrangimentos estruturais num sistema bancário dominado por 3 ou 4 bancos de grande porte. O corpo técnico observou que as reformas para promover a concorrência, a transparência e a literacia financeira, como por exemplo a criação das centrais privadas de registo de crédito,

devem, com o tempo, ajudar a baixar o risco de crédito para os bancos e custo de captação para os tomadores. O corpo técnico assinalou que o crescimento do crédito prosseguia em ritmo acelerado; as autoridades referiram que o crédito às famílias em geral tinha a garantia dos salários e que o crédito às empresas estava a crescer a partir de uma base reduzida e que o seu ritmo estava começando a abrandar, e por isso os riscos eram baixos. As autoridades concordaram com a recomendação do corpo técnico de que é preciso manter a vigilância e reduzir a planeada expansão monetária e creditícia caso se verificasse uma subida expressiva da inflação acima da meta de 5-6%. As autoridades estão também a reforçar a capacidade do BM em matéria de análise e previsão da inflação, e continuam a aperfeiçoar as suas comunicações sobre as decisões de política monetária.

18. **Prosseguirão também as reformas para melhorar a supervisão bancária e as ferramentas de gestão de crises.** Pretende-se realizar testes de esforço trimestrais, e a recolha de dados está a ser melhorada para corrigir o maior entrave identificado pela assistência técnica do FMI. A definição dos créditos mal parados foi alinhada às normas internacionais a partir de Janeiro de 2014. O BM continuará a desenvolver a supervisão baseada no risco, e iniciou a implementação das normas Basileia II em Janeiro de 2014. O sistema bancário é resiliente, mas a concentração da carteira de crédito continua a ser a principal fonte de risco. O esforço de operacionalização do Plano de Contingências do Sector Financeiro e do Fundo de Garantia de Depósitos prossegue a passos lentos. Uma nova Unidade de Supervisão do Sistema de Pagamentos no BM realizará inspeções *in loco* e produzirá um relatório mensal para o Conselho do BM; o primeiro relatório anual de supervisão será concluído até ao final de Novembro de 2014 (indicador de referência estrutural).

MEFP ¶127

19. **O acompanhamento da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro aprovada há um ano tem sido moroso.** Prevê-se para o final de 2014 a redacção do projecto de uma *Estratégia Nacional de Inclusão Financeira*. A lei sobre a criação das centrais privadas de registo de crédito foi submetida à Assembleia da República em Fevereiro de 2014 (indicador de referência estrutural). O projecto de lei das garantias móveis, que complementarará o actual quadro de garantias móveis e facilitará a concessão de crédito às pequenas e médias empresas, deve ser submetido ao Conselho de Ministros até Dezembro de 2014 (indicador de referência estrutural). Os regulamentos para a aplicação da Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, aprovada em Agosto de 2013, foram submetidos ao Conselho de Ministros em Março de 2014.

MEFP ¶128

MEFP ¶129

D. Planeamento do Investimento e Gestão da Dívida

20. **Prossegue o desenvolvimento das capacidades em matéria de planificação de investimentos, avaliação de projectos e gestão da dívida.** O Ministério da Planificação e Desenvolvimento está a trabalhar com os ministérios sectoriais na revisão do Plano Integrado de Investimento, acrescentando uma descrição sumária e a informação financeira apropriada para cada novo projecto incluído no orçamento de 2014 e previsto para 2015, de modo a apoiar a análise

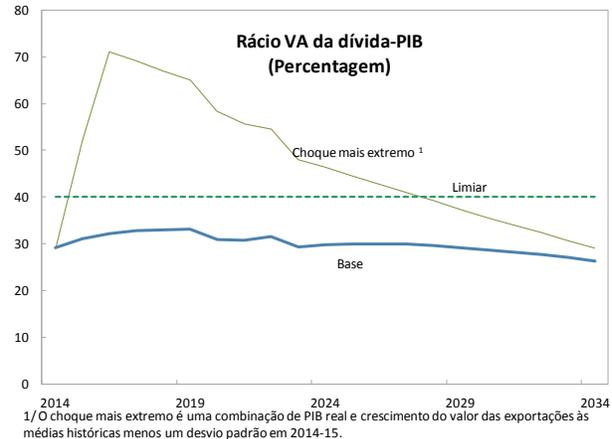
MEFP ¶114

de sustentabilidade da dívida (ASD), o quadro orçamental de médio prazo e o processo orçamental anual (indicador de referência estrutural para o fim de Junho de 2014).

21. Moçambique continua a enfrentar um risco moderado de sobreendividamento.

O corpo técnico elaborou uma ASD em colaboração com as autoridades e o Banco Mundial (ver Suplemento 1 deste relatório). As principais alterações desde a última ASD, produzida em 2013 são: o uso de uma taxa de desconta de 5%, a incorporação de empréstimos comerciais através da EMATUM (USD 850 milhões, ou 6% do PIB em 2013) com uma garantia do Estado, e atrasos na concretização de outros planos de empréstimos. À semelhança da ASD anterior, o impacto dos choques-padrão é agravado por causa das mudanças estruturais na

economia moçambicana desde 2011, com a exploração em larga escala do carvão e a descoberta de gás natural, que resultaram num aumento expressivo das importações correspondentes e do défice da balança corrente, que são, na sua maioria, financiados por IDE. Os perfis da dívida e do serviço da dívida são semelhantes aos da anterior ASD, e salientam a necessidade de que o governo prossiga com cautela na contratação de novos empréstimos.



22. As autoridades solicitaram um aumento do limite máximo (tecto) dos empréstimos não concessionais no âmbito do programa, de USD 300 milhões. Os empréstimos comerciais que as autoridades planeiam contrair se destinam aos três investimentos em infra-estruturas descritos na ASD, e para os quais foram concluídas as avaliações mais criteriosas em linha com o indicador de referência estrutural para Junho de 2014. O montante solicitado é compatível com originalmente previsto no PSI para facilitar a ampliação dos investimentos, e a versão actualizada da ASD indica que há margem para a contratação de empréstimos não concessionais adicionais mantendo-se a dívida em níveis sustentáveis a médio prazo. Embora as autoridades tenham expressado forte preferência pela inclusão no programa de um tecto apenas para os empréstimos comerciais, o corpo técnico tomou nota do volume considerável de empréstimos concessionais de Moçambique nos últimos anos e aconselhou o foco no endividamento global como melhor indicação de preocupações emergentes quanto à sustentabilidade orçamental ou da dívida.

E. Relatório de Progresso do PARP

23. O relatório de progresso do PARP (EBD/14/17) indica que foram realizados bons progressos no alcance das metas do PARP 2011–14 para o final de 2014. Espera-se que o novo governo elabore um sucessor do PARP no próximo ano. A unidade de seguimento e avaliação do Ministério da Planificação e Desenvolvimento mantém uma matriz pormenorizada de indicadores, definida em cooperação com os doadores, a qual é utilizada para aferir os progressos por sector e por região. Os indicadores tratam sobretudo dos seguintes objectivos: i) aumento da produção e produtividade agrícola e pesqueira; ii) promoção do emprego; e

iii) desenvolvimento social e humano. Os outros dois objectivos são a governação e a gestão macroeconómica e orçamental; o relatório de progressos não trata dos mesmos pois eles são abordados no relatório anual de desenvolvimento económico e social que acompanha a proposta do orçamento. Entre os primeiros três objectivos, foram realizados mais progressos no domínio da produção agrária, e menos nos outros dois. Embora o relatório de progresso atribua tal resultado à debilidade da economia mundial, o corpo técnico observou que o crescimento em Moçambique tem sido relativamente vigoroso, mas deveria se tornar mais inclusivo em termos de postos de trabalho, inclusive através das pequenas e médias empresas. As autoridades tencionam conduzir o próximo Inquérito ao Orçamento Familiar no decorrer de 2014–15.

QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA

24. **São propostas modificações em três critérios de avaliação para Junho de 2014, incluindo o critério de aplicação permanente sobre o endividamento externo em condições não concessionais, e em duas metas indicativas para Junho, bem como nas metas indicativas para Setembro-Dezembro para reflectir a receita extraordinária recebida em Março e o aumento do tecto sobre o endividamento não concessional; são propostos novos critérios de avaliação para Dezembro de 2014.** São propostas modificações num indicador de referência estrutural para clarificar a acção pretendida para permitir a declaração em linha de impostos (IVA e ISPC), e é proposto um novo indicador de referência para o final de Dezembro de 2014 relativo à redução das pendências nos pedidos de reembolso do IVA, uma reforma da administração tributária de grande importância ao nível macro.

AValiação DO CORPO TÉCNICO

25. **O desempenho de Moçambique no âmbito do programa apoiado pelo PSI continua satisfatório de modo geral.** As políticas económicas contribuíram para apoiar o crescimento, sem deixar de manter a inflação em baixa. Contudo, os gastos prioritários ficaram aquém das metas do programa em 2013, e será importante melhorar a execução da despesa no futuro para garantir que tal situação seja temporária. Prossegue a implementação da agenda de reformas estruturais.

26. **A implementação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza continua a avançar,** não obstante a reduzida disponibilidade de análises para além da matriz de indicadores que as autoridades estão a acompanhar. Tornar o crescimento mais inclusivo através da geração de mais empregos configura-se claramente num grande desafio, o que demonstra a importância do desenvolvimento do capital humano e de um ambiente propício para as pequenas e médias empresas, que em geral são a principal fonte de criação de emprego.

27. **As perspectivas económicas para Moçambique continuam positivas, porém existem riscos externos e internos.** A economia tem-se mantido relativamente isolada dos desenvolvimentos a nível mundial, e os projectos de gás natural continuam a atrair o investimento estrangeiro em grande escala. Os riscos externos (catástrofes climáticas, preços das matérias-primas, perda de IDE, quebra da procura internacional) situam-se entre baixos e

moderados, e os riscos internos parecem contidos (tensões no período que antecede as eleições, governação e riscos orçamentais).

28. **A orientação das políticas em 2014 é expansionista e, a médio prazo, será necessária uma consolidação orçamental.** O orçamento prevê uma expansão acentuada dos gastos em função da realização de eleições, operações do Ministério da Defesa e investimentos públicos, enquanto a receita está a beneficiar da captação de um volume elevado de receitas extraordinárias. A orientação da política monetária é acomodatória, mas precisa se manter vigilante, de modo a manter a inflação dentro da sua média a médio prazo e acumular reservas externas para manter uma cobertura apropriada das importações.

29. **Está prevista uma ampla gama de reformas estruturais no âmbito do programa apoiado pelo PSI, e a implementação das mesmas poderia ser revigorada.** De referir, em especial, as reformas em curso no domínio da gestão financeira pública e identificação dos riscos fiscais. O reforço da capacidade institucional será importante como trabalho preparatório para a gestão da futura expansão do GNL e para tornar o crescimento mais inclusivo. Houve progressos na modernização dos regimes de política orçamental e monetária, e devem prosseguir os esforços para em curso para desenvolver a capacitação em matéria de análise e gestão macroeconómica.

30. **O endividamento externo pode ser utilizado para suprir as vastas necessidades do país em termos de infraestruturas, mas deve reflectir uma selecção transparente de projectos com base nas prioridades económicas e sociais do país, bem como preservar a sustentabilidade da dívida.** A substituição esperada do financiamento tradicional de doadores por empréstimos comerciais exige que as autoridades assumam o controlo da análise e selecção de projectos e acompanhem atentamente a implementação dos mesmos para garantir uma boa relação custo/benefício. A transparência dos processos decisórios e a observância dos procedimentos devidos na planificação, selecção e financiamento de investimentos precisam de ser fortalecidas, e as autoridades terão de manter a vigilância sobre a correspondente dinâmica da dívida.

31. **O corpo técnico recomenda a conclusão da segunda avaliação do PSI.** O desempenho do programa tem sido, na generalidade, satisfatório até à data. O MPEF anexo resume as políticas e os objectivos macroeconómicos para o período vindouro e as modificações nos critérios de avaliação para o final de Junho para reflectir a captação de receitas orçamentais além do esperado. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades no sentido de aumentar o tecto dos empréstimos não concessionais, pois este é consentâneo com o objectivo do PSI de facilitar a expansão do investimento em infra-estruturas, e o novo tecto é coerente com a ASD.

Tabela 1. Moçambique: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2011-19

	2011	2012	2013		2014		2015	2016	2017	2018	2019
	Efect.	Est.	CR 14/20	Est.	CR 14/20	Proj.	Projeções				
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Rendimento nacional e preços											
PIB nominal (mil milhões de MT)	365	408	461	461	528	528	603	689	784	894	1017
Crescimento do PIB nominal	15,8	11,8	13,0	13,0	14,4	14,4	14,2	14,3	13,9	14,0	13,7
Crescimento do PIB real	7,3	7,2	7,1	7,1	8,3	8,3	8,2	8,2	7,9	8,0	7,7
PIB per capita (USD)	510	567	590	593	640	645	689	748	814	888	966
Deflator do PIB	7,9	4,3	5,5	5,5	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (média anual)	10,4	2,1	4,4	4,2	5,6	4,6	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (fim de período)	5,5	2,2	3,6	3,0	6,0	6,0	5,6	5,6	5,6	5,6	5,6
Taxa de câmbio, MT/USD, fim de período	27,3	29,8	...	29,9
Taxa de câmbio, MT/USD, média do período	29,1	28,5	...	30,1
Sector externo											
Exportações de mercadorias	33,6	23,6	3,5	8,4	18,6	17,7	15,3	18,3	12,0	14,0	9,7
Exportações de mercadorias, excluindo mega projectos	65,8	48,4	9,9	12,4	6,9	0,4	8,1	7,2	9,2	14,9	10,8
Importações de mercadorias	52,8	47,2	9,2	8,5	7,8	15,6	16,2	5,2	19,3	8,5	-3,8
Importações de mercadorias, excluindo mega projectos	46,2	50,8	3,3	8,6	6,1	8,7	8,7	9,8	8,4	7,4	8,5
Termos de troca	2,5	-5,2	-9,1	-9,2	-1,4	-2,6	-0,4	0,5	-0,1	-0,3	-0,3
Taxa de câmbio efectiva nominal (média anual)	12,4	7,4
Taxa de câmbio efectiva real (média anual)	19,7	5,4
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)											
Moeda e crédito											
Base monetária	8,5	19,7	17,9	15,7	17,0	17,0	15,1	14,9	14,9	15,0	15,1
M3 (moeda em sentido lato)	9,4	29,4	20,0	16,3	18,5	18,5	15,3	15,2	15,1	15,1	15,2
Crédito à economia	6,4	19,9	32,3	28,7	17,4	20,7	16,4	16,3	16,5	16,4	16,4
(Porcentagem do PIB)	26,9	28,9	33,4	32,9	34,2	34,7	35,4	36,0	36,8	37,6	38,5
(Porcentagem do PIB)											
Investimento e poupança											
Investimento interno bruto	37,0	48,0	48,8	50,1	51,9	49,8	57,4	53,6	61,1	60,8	54,7
Governo	14,9	13,4	15,6	15,5	17,2	18,3	16,3	16,0	15,3	15,0	15,0
Outros sectores	22,1	34,5	33,2	34,5	34,6	31,5	41,2	37,6	45,8	45,8	39,8
Poupança interna bruta (excluindo donativos)	5,7	-1,1	3,0	7,5	5,4	-0,5	7,8	7,5	7,1	6,9	6,9
Governo	2,0	4,1	6,7	7,4	0,9	4,0	4,6	5,9	6,3	6,8	7,4
Outros sectores	3,7	-5,2	-3,7	0,1	4,4	-4,5	3,1	1,6	0,7	0,2	-0,4
Conta corrente externa, antes dos donativos	-31,3	-49,1	-45,8	-42,6	-46,5	-50,3	-49,7	-46,1	-54,1	-53,9	-47,8
Conta corrente externa, após os donativos	-24,4	-45,4	-42,2	-39,5	-43,4	-46,9	-47,0	-43,8	-52,0	-52,0	-46,2
Orçamento do Estado											
Total da receita ¹	20,8	23,3	27,4	27,5	23,7	27,3	25,0	25,7	25,9	26,1	26,4
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	33,7	32,6	36,3	35,6	40,0	41,6	36,6	35,8	34,9	34,3	34,0
Saldo global, antes dos donativos	-13,1	-9,5	-8,9	-8,3	-16,3	-14,3	-11,6	-10,1	-9,0	-8,2	-7,6
Total dos donativos	7,8	5,4	4,3	5,4	3,8	5,2	4,2	3,5	3,1	2,8	2,5
Saldo global, após os donativos	-5,3	-4,1	-4,6	-2,8	-12,5	-9,2	-7,5	-6,6	-5,8	-5,4	-5,1
Saldo primário interno, antes dos donativos	-2,9	-1,0	0,0	0,9	-6,1	-3,0	-1,2	-0,2	0,3	0,6	1,1
Financiamento externo (incl. alívio da dívida)	3,7	4,2	6,6	7,0	9,6	9,2	6,9	6,6	5,8	5,2	4,9
Financiamento interno líquido	1,6	0,7	-2,0	-3,0	2,9	-0,1	0,5	0,0	0,0	0,2	0,2
Privatização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da dívida pública ²	39,6	42,7	44,3	53,1	46,9	56,5	58,3	58,3	57,7	56,5	55,5
D/q: externa	32,9	36,9	39,2	44,2	42,1	49,2	51,4	52,3	52,4	51,6	51,0
D/q: interna	6,7	5,8	5,2	8,9	4,8	7,3	6,9	6,0	5,3	4,9	4,5
(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)											
Conta corrente externa, antes dos donativos	-3.922	-7.023	-6.984	-6.523	-7.882	-8.592	-9.286	-9.578	-12.536	-13.951	-13.789
Conta corrente externa, após os donativos	-3.059	-6.484	-6.442	-6.048	-7.364	-8.007	-8.781	-9.108	-12.067	-13.481	-13.320
Balança de pagamentos global	323	177	458	390	199	400	224	161	213	683	797
Reservas internacionais líquidas (fim de período) ³	2.239	2.605	3.061	2.996	3.262	3.397	3.623	3.784	3.997	4.680	5.477
Reservas internacionais brutas (fim de período) ³	2.428	2.799	3.252	3.192	3.449	3.591	3.781	3.905	4.081	4.727	5.489
Meses de import. projectadas de bens e serviços não factoriais	2,4	2,6	2,7	2,5	2,6	2,6	2,5	2,2	2,1	2,3	2,5
Meses de import. project. de bens e serviços não factoriais, excl. mega projectos	3,0	3,9	4,4	4,2	4,7	4,4	4,2	4,3	4,3	4,2	4,2

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Líquida dos pedidos de reembolso do IVA verificados.

² A linha de crédito não concessional do governo português é incluída na dívida externa, conforme a definição da ASD.

³ Inclui os desembolsos de recursos do FMI no âmbito da ESF e a afectação de DSE de Agosto de 2009.

Tabela 2. Moçambique: Finanças Públicas, 2011-14¹

(Mil milhões de meticais)

	2011	2012	2013		2014	
	Efect.	Efect.	CR 14/20	Est.	CR 14/20	Prog. rev.
Total da receita¹	75,8	94,8	126,3	126,6	125,3	144,0
Receitas fiscais	66,2	80,9	108,2	107,6	104,5	123,1
Rendimento e lucros	24,9	36,8	54,5	55,8	39,9	57,2
<i>D/q</i> : imposto sobre mais-valias	...	5,0	19,2	18,6	0,0	16,1
Bens e serviços ¹	33,0	33,3	39,7	38,3	48,1	49,4
<i>D/q</i> : produtos petrolíferos	4,7	1,3	...	2,2	...	2,5
Comércio internacional	6,7	7,6	9,6	10,0	10,8	10,8
Outros	1,5	3,2	4,4	3,5	5,7	5,7
Receita não fiscal	9,6	14,0	18,1	19,0	20,8	20,8
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	122,8	133,1	167,5	164,2	211,5	219,5
Despesas correntes	68,5	78,3	95,6	92,6	120,5	123,1
Remuneração de empregados	35,7	41,5	50,5	49,5	57,0	57,9
Bens e serviços ¹	12,1	15,1	21,3	20,4	36,5	37,4
<i>D/q</i> : Segurança marítima	10,9	10,2
Juros sobre a dívida pública	3,6	4,1	4,3	4,0	6,3	7,0
Interna	2,6	2,9	2,4	2,2	3,7	3,7
Externa	1,0	1,2	1,9	1,7	2,6	3,3
Pagamentos de transferências	17,2	17,5	19,4	18,8	20,7	20,7
Despesas de capital	50,6	50,4	62,1	61,6	79,1	83,8
Com financiamento interno	20,3	24,7	34,6	33,6	42,5	43,1
Com financiamento externo	30,3	25,6	27,5	28,0	36,6	40,7
Concessão líquida de empréstimos	3,7	4,5	9,8	10,0	11,9	12,7
Com financiamento interno	0,4	-0,4	0,3	-0,3	0,8	0,8
Empréstimos às empresas públicas com financ. externo	3,3	4,9	9,5	10,3	11,1	11,8
Receitas (+) despesas (-) sem afectação (-) ²	-0,8	-0,4	0,0	-0,5	0,0	0,0
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha	-10,7	-4,1	0,1	4,2	-32,2	-16,0
Saldo global, antes dos donativos	-47,8	-38,7	-41,2	-38,1	-86,2	-75,6
Donativos recebidos	28,6	21,9	19,8	24,9	19,9	27,2
Apoio a projectos	16,4	13,3	10,5	18,5	12,0	18,8
Projectos de investimento	6,7	7,3	3,8	9,9	3,7	9,1
Programas especiais	9,7	6,0	6,7	8,6	8,3	9,7
Financiamento directo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio ao orçamento	12,3	8,7	9,3	6,4	7,8	8,4
Saldo global, após os donativos	-19,2	-16,8	-21,4	-13,1	-66,3	-48,4
Financiamento externo líquido	13,5	13,8	30,6	27,1	50,9	48,8
Desembolsos	14,6	15,4	33,8	29,6	54,8	52,6
Projectos	10,5	6,7	17,0	12,2	24,5	21,6
Apoio não relacionado a projectos	4,1	8,7	16,7	17,5	19,4	20,1
Empréstimos às empresas públicas	3,3	4,9	9,5	10,3	11,1	11,8
<i>D/q</i> : não concessionais	1,5	2,3	0,8	0,8	1,9	1,9
Apoio ao orçamento	0,8	3,9	7,3	7,2	8,3	8,2
Outros desembolsos	10,9	10,9
Amortização em dinheiro	-1,1	-1,6	-3,1	-2,5	-3,9	-3,9
Financiamento interno líquido	5,7	2,9	-9,2	-13,9	15,5	-0,4
<i>D/q</i> : atrasados do IVA	2,4	0,2	3,0	3,5	1,6	2,6
Crédito líquido ao governo (definição do programa)	3,3	2,7	-12,2	-17,4	13,9	-3,0
<i>Por memória:</i>						
Saldo global, excl. receitas extraordinárias	-40,6	-31,7	-66,3	-64,5
Fluxos brutos da ajuda	41,7	35,1	52,7	48,3	42,2	58,1
Apoio ao orçamento	13,1	12,5	16,6	13,6	16,1	16,6
Apoio não relacionado ao orçamento	28,6	22,6	36,1	40,1	45,7	50,3
Apoio a projectos	26,9	20,0	27,5	30,7	36,5	40,4
Empréstimos concessionais às empresas públicas	1,8	2,6	8,6	9,4	9,2	9,9

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ A apresentação do IVA foi alterada para uma base líquida (cobrança menos pedidos de reembolso).² Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

Tabela 3. Moçambique: Finanças Públicas, 2011-19¹

(Percentagem do PIB)

	2011	2012	2013		2014		2015	2016	2017	2018	2019
	Efect.	Efect.	CR 14/20	Est.	CR 14/20	Prog. rev.	Projeções				
	(Percentagem do PIB)										
Total da receita ¹	20,8	23,3	27,4	27,5	23,7	27,3	25,0	25,7	25,9	26,1	26,4
Receitas fiscais	18,1	19,8	23,5	23,3	19,8	23,3	21,0	21,7	22,0	22,2	22,4
Impostos sobre rendimento e lucros	6,8	9,0	11,8	12,1	7,6	10,8	8,2				
<i>D/q</i> : imposto sobre mais-valias	...	1,2	4,2	4,0	0,0	3,0	0,0				
Impostos sobre bens e serviços ¹	9,1	8,2	8,6	8,3	9,1	9,4	9,6				
Impostos sobre o comércio internacional	1,8	1,9	2,1	2,2	2,1	2,1	2,1				
Outros impostos	0,4	0,8	1,0	0,8	1,1	1,1	1,1				
Receita não fiscal	2,6	3,4	3,9	4,1	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9	3,9
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	33,7	32,6	36,3	35,6	40,1	41,6	36,6	35,8	34,9	34,3	33,9
Despesas correntes	18,8	19,2	20,7	20,1	22,8	23,3	20,4	19,8	19,6	19,4	19,0
Remuneração de empregados	9,8	10,2	11,0	10,7	10,8	11,0	10,5	10,0	9,7	9,4	9,0
Bens e serviços ¹	3,3	3,7	4,6	4,4	6,9	7,1	4,6	4,5	4,5	4,4	4,4
<i>D/q</i> : Segurança marítima	2,1	1,9
Juros sobre a dívida pública	1,0	1,0	0,9	0,9	1,2	1,3	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7
Pagamentos de transferências	4,7	4,3	4,2	4,1	3,9	3,9	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9
Despesas de capital	13,9	12,3	13,5	13,4	15,0	15,9	13,5	13,1	12,0	11,8	11,8
Com financiamento interno	5,6	6,1	7,5	7,3	8,1	8,2	7,0	7,2	7,4	7,7	7,8
Com financiamento externo	8,3	6,3	6,0	6,1	6,9	7,7	6,4	5,8	4,7	4,2	4,0
Concessão líquida de empréstimos	1,0	1,1	2,1	2,2	2,3	2,4	2,8	2,9	3,2	3,1	3,2
Com financiamento interno	0,1	-0,1	0,1	-0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Empréstimos às empresas públicas com financ. externo	0,9	1,2	2,1	2,2	2,1	2,2	2,7	2,7	3,1	3,0	3,0
Receitas (+) despesas (-) sem afectação (-) ²	-0,2	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha	-2,9	-1,0	0,0	0,9	-6,1	-3,0	-1,2	-0,2	0,3	0,6	1,1
Saldo global, antes dos donativos	-13,1	-9,5	-8,9	-8,3	-16,3	-14,3	-11,6	-10,1	-9,0	-8,2	-7,6
Donativos recebidos	7,8	5,4	4,3	5,4	3,8	5,2	4,2	3,5	3,1	2,8	2,5
Projectos	4,5	3,3	2,3	4,0	2,3	3,6	2,8	2,4	2,1	1,9	1,7
Projectos de investimento	1,8	1,8	0,8	2,2	0,7	1,7	1,5	1,2	1,1	1,0	0,9
Programas especiais	2,7	1,5	1,4	1,9	1,6	1,8	1,3	1,1	1,0	0,9	0,8
Apoyo ao orçamento	3,4	2,1	2,0	1,4	1,5	1,6	1,4	1,1	1,0	0,9	0,8
Saldo global, após os donativos	-5,3	-4,1	-4,6	-2,8	-12,6	-9,2	-7,5	-6,6	-5,8	-5,4	-5,1
Financiamento externo líquido	3,7	3,4	6,6	5,9	9,6	9,2	6,9	6,6	5,8	5,2	4,9
Desembolsos	4,0	3,8	7,3	6,4	10,4	10,0	7,6	7,3	6,7	6,2	6,1
Projectos	2,9	1,6	3,7	2,6	4,6	4,1	3,6	3,5	2,6	2,3	2,3
Apoyo não relacionado a projectos	1,1	2,1	3,6	3,8	3,7	3,8	4,0	3,8	4,1	3,9	3,8
Empréstimos às empresas públicas	0,9	1,2	2,1	2,2	2,1	2,2	2,7	2,7	3,1	3,0	3,0
Apoyo ao orçamento	0,2	0,9	1,6	1,6	1,6	1,6	1,3	1,1	1,0	0,9	0,8
Outros desembolsos	2,1	2,1
Amortização em dinheiro	-0,3	-0,4	-0,7	-0,6	-0,7	-0,7	-0,7	-0,7	-0,8	-1,0	-1,3
Financiamento interno líquido	1,6	0,7	-2,0	-3,0	2,9	-0,1	0,5	0,0	0,0	0,2	0,2
<i>d/q</i> : reembolsos do IVA em atraso	0,7	0,1	0,7	0,8	0,3	0,5					
Crédito líquido ao governo (definição do programa)	0,9	0,7	-2,6	-3,8	2,6	-0,6					
<i>Por memória:</i>											
Saldo global, excl. receitas extraordinárias	-8,8	-6,9	-12,6	-12,2
Fluxos brutos da ajuda	11,9	8,7	11,4	10,5	8,0	11,0	9,3	8,2	7,4	6,7	6,2
Apoyo ao orçamento	3,6	3,1	3,6	3,0	3,0	3,1	2,7	2,2	2,0	1,8	1,6
Apoyo não relacionado ao orçamento	8,3	5,6	7,8	8,7	8,7	9,5	7,9	7,1	5,8	5,2	4,9
Apoyo a projectos	7,4	4,9	6,0	6,7	6,9	7,7	6,4	5,8	4,7	4,2	4,0
Empréstimos concessionais às empresas públicas	0,9	0,7	1,9	2,0	1,7	1,9	1,5	1,2	1,1	1,0	0,9
PIB nominal	365	408	461	461	528	528	603	689	784	894	1017

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ A apresentação do IVA foi alterada para uma base líquida (cobrança menos pedidos de reembolso).² Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

Tabela 4. Moçambique: Síntese Monetária, 2011-14

(Mil milhões de meticais, salvo indicação em contrário)

	2011	2012	2013		2014				
	Efect.	Efect.	CR 14/20	Est.	CR 14/20	T1 Proj.	T2 Proj.	T3 Proj.	T4 Proj.
Banco de Moçambique									
Ativos externos líquidos (Mil milhões de USD)	56,9	73,1	89,7	85,7	86,9	92,7	91,8	95,9	103,1
Reservas internacionais líquidas (Mil milhões de USD)	2,1	2,5	2,9	2,8	2,8	3,1	3,0	3,1	3,3
Reservas bancárias	61,1	77,5	93,8	90,1	91,5	97,2	95,8	99,7	107,7
Outras rubricas (líquido; activos +)	2,2	2,6	3,1	3,0	3,0	3,2	3,1	3,2	3,4
Activos internos líquidos	-22,6	-32,0	-41,3	-38,1	-42,3	-48,0	-43,3	-44,9	-47,5
Crédito ao governo (líquido)	-26,8	-27,6	-36,0	-45,7	-35,2	-60,9	-53,7	-59,4	-48,6
Crédito aos bancos (líquido)	-3,8	-12,7	-11,0	-2,1	-11,7	3,0	1,9	9,9	2,0
Crédito à economia	0,9	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3
Outras rubricas (líquido; activos +)	7,1	6,9	4,5	8,4	3,4	8,6	7,2	3,3	-2,1
Base monetária									
Circulação monetária	34,3	41,1	48,4	47,5	44,7	44,7	48,5	51,0	55,6
Moeda em poder do público	21,9	26,2	29,4	30,4	26,7	26,7	30,4	31,6	36,1
Notas e moedas em caixa	17,5	19,7	23,4	22,7	20,6	20,6	23,7	24,0	27,4
Depósitos bancários no BM	4,4	6,6	6,0	7,6	6,1	6,1	6,7	7,6	8,8
Reservas obrigatórias	12,4	14,8	19,0	17,2	18,5	18,5	18,9	20,2	21,0
Reservas livres	11,4	13,6	17,8	16,7	17,7	17,7	18,0	19,0	20,0
Reservas livres	1,0	1,2	1,3	0,4	0,8	0,8	0,9	1,2	1,0
Bancos comerciais									
Ativos externos líquidos (Milhões de USD)	16,1	21,3	25,5	14,3	27,6	23,1	18,5	21,8	21,2
Outras rubricas (líquido; activos +)	0,6	0,7	0,8	0,5	0,9	0,8	0,6	0,7	0,7
Activos internos líquidos	109,1	143,9	174,3	178,1	170,6	175,8	183,8	193,2	207,9
Reservas bancárias	16,8	22,2	25,1	24,3	24,6	24,6	25,6	27,8	29,7
Crédito ao BM (líquido)	4,0	12,3	11,0	10,1	11,7	-3,0	-1,9	-9,9	-2,0
Crédito ao governo (líquido)	21,1	27,5	18,4	31,7	18,4	22,9	22,9	22,9	22,9
Crédito à economia	97,3	116,5	152,5	150,3	148,5	155,7	163,6	175,9	180,3
Outras rubricas (líquido; activos +)	-30,1	-34,5	-32,7	-38,3	-32,6	-24,3	-26,3	-23,5	-23,0
Depósitos	125,3	165,3	199,8	192,4	198,2	198,8	202,3	214,9	229,1
Depósitos à ordem e de poupança	79,1	108,4	127,1	122,0	123,0	123,4	125,0	135,2	145,0
Depósitos a prazo	46,2	56,8	72,8	70,4	75,2	75,5	77,3	79,7	84,2
Síntese monetária									
Ativos externos líquidos (Mil milhões de USD)	73,0	94,4	115,2	99,9	114,5	115,8	110,2	117,6	124,3
Outras rubricas (líquido; activos +)	2,7	3,2	3,8	3,3	3,7	3,8	3,6	3,8	3,9
Activos internos líquidos	70,8	91,6	108,0	116,5	104,4	103,7	115,8	121,3	132,2
Crédito interno	92,6	117,7	136,2	137,6	133,5	119,4	134,8	141,5	157,3
Crédito ao governo (líquido)	-5,7	-0,1	-17,7	-14,0	-16,8	-38,0	-30,8	-36,5	-25,8
Crédito à economia	98,3	117,8	153,8	151,7	150,3	157,4	165,6	178,1	183,1
Crédito à economia em moeda estrangeira	21,8	28,8	32,4	34,4	33,1	34,7	36,1	38,8	37,9
Outras rubricas (líquido; activos +)	-21,8	-26,1	-28,2	-21,1	-29,1	-15,7	-19,1	-20,2	-25,2
Moeda e quase-moeda (M3)	143,8	186,0	223,2	216,4	218,8	219,5	226,0	239,0	256,5
Depósitos em divisas (Mil milhões de USD)	38,1	53,3	62,6	55,6	64,9	65,1	61,1	65,0	65,1
M2	1,4	1,8	2,0	1,8	2,1	2,1	2,0	2,1	2,1
M3	105,7	132,7	160,6	160,8	153,9	154,4	164,9	174,0	191,4
Moeda em poder do público	17,5	19,7	23,4	22,7	20,6	20,6	23,7	24,0	27,4
Depósitos em moeda nacional	88,2	113,1	137,2	138,1	133,3	133,8	141,2	149,9	164,0
Por memória:									
Base monetária, média diária no 3.º mês do trimestre	33,3	40,3	47,5	46,5	45,1	45,1	48,0	50,7	54,4
Varição percentual em 12 meses	4,5	21,1	17,9	15,4	18,5	18,5	18,0	17,4	17,0
Moeda, média diária no 3.º mês do trimestre	21,2	25,0	28,0	28,9	26,6	26,6	29,3	30,7	34,4
Varição percentual em 12 meses	3,7	18,0	12,0	15,7	20,0	20,0	19,5	19,5	19,0
Stock de CLG (definição do programa)	-12,5	-9,8	-22,1	-27,2	-21,2	-42,4	-35,2	-40,9	-30,2
Fluxo de CLG (def. progr.), acum. desde o fim do ano	3,3	2,9	-12,2	-17,4	0,9	-15,2	-8,0	-13,7	-3,0
Varição percentual em 12 meses									
Base monetária	8,5	19,7	17,9	15,7	18,5	18,5	18,0	17,4	17,0
Circulação monetária	7,1	19,8	12,0	15,7	20,0	20,0	19,5	19,5	19,0
Moeda em poder do público	0,5	12,5	18,8	15,5	17,9	17,9	17,4	17,4	20,4
Notas e moedas em caixa	45,0	48,8	-8,3	16,1	27,8	27,9	27,7	26,8	14,7
Reservas bancárias	11,1	19,6	28,3	15,8	19,9	20,0	21,0	19,2	22,1
M2	23,9	25,6	21,0	21,2	20,0	20,0	19,5	19,5	19,0
Depósitos internos	30,0	28,1	21,4	22,2	20,3	20,3	19,9	19,8	18,8
M3	9,4	29,4	20,0	16,3	19,4	19,4	19,0	19,0	18,5
Crédito à economia	6,4	19,9	32,3	28,7	22,8	26,9	24,8	23,0	20,7
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	3,08	3,23	3,32	3,38	3,45	3,46	3,40	3,41	3,44
Velocidade (PIB/M2)	3,45	3,07	2,87	2,87	2,76
PIB nominal	365	408	461	461	528	528	528	528	528
Crescimento do PIB nominal	15,8	11,8	13,0	13,0	14,4	14,4	14,4	14,4	14,4
Taxa da FPC (fim de período)	15,0	9,5	...	8,3
Taxa dos BTs a 91 dias	11,8	2,6	...	5,2

Fontes: Banco de Moçambique e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5. Moçambique: Balança de Pagamentos, 2011-19

(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2011	2012	2013		2014		2015	2016	2017	2018	2019
	Efect.	Est.	CR/14/20	Est.	CR/14/20	Proj.	Projeções				
Saldo da conta corrente	-3.059	-6.484	-6.621	-6.048	-7.364	-8.007	-8.781	-9.108	-12.067	-13.481	-13.320
<i>Balança comercial de bens</i>	-2.249	-4.048	-4.640	-4.393	-4.570	-4.990	-5.839	-5.395	-6.930	-7.102	-5.675
<i>D/q: Mega projectos</i>	468	75	-187	110	28	-40	-450	577	-475	-347	1.595
Exportações, FOB	3.118	3.856	3.989	4.179	4.729	4.920	5.673	6.712	7.516	8.569	9.398
Mega projectos	2.015	2.219	2.249	2.430	2.807	3.071	3.675	4.571	5.178	5.882	6.421
Outros	1.103	1.637	1.741	1.749	1.922	1.849	1.998	2.141	2.338	2.687	2.977
Importações, FOB	-5.368	-7.903	-8.629	-8.572	-9.299	-9.910	-11.512	-12.107	-14.446	-15.671	-15.074
Mega projectos	-1.547	-2.143	-2.435	-2.319	-2.779	-3.111	-4.125	-3.994	-5.653	-6.229	-4.826
Outros	-3.820	-5.760	-6.194	-6.252	-6.520	-6.799	-7.387	-8.113	-8.793	-9.442	-10.248
<i>Balança comercial de serviços</i>	-1.482	-3.273	-3.201	-2.969	-3.688	-3.950	-3.737	-4.021	-4.834	-5.674	-6.524
<i>Balança de rendimentos</i>	-190	7	-6	13	-176	-176	-284	-797	-1.478	-1.964	-2.469
<i>D/q: Dividendos pagos pelos mega projectos</i>	-157	0	-6	-6	-159	-166	-173	-558	-1.098	-1.336	-1.536
<i>Balança de transferências correntes</i>	863	829	1.226	1.300	1.070	1.109	1.079	1.106	1.176	1.259	1.348
<i>D/q: Donativos externos</i>	785	538	541	475	519	585	505	470	470	470	470
Conta de capital e financeira	3.364	6.748	6.998	6.388	7.563	8.407	9.005	9.270	12.279	14.164	14.116
<i>Conta de capital</i>	432	456	375	371	396	583	591	607	648	693	743
<i>Conta financeira</i>	2.933	6.292	6.623	6.017	7.166	7.824	8.414	8.662	11.632	13.471	13.373
Investimento directo estrangeiro líquido	2.599	5.215	5.519	5.055	4.703	4.883	4.935	5.006	5.444	6.720	6.726
Endividamento externo líquido do governo geral	531	546	1.095	1.017	1.414	1.776	1.307	1.317	1.278	1.177	1.257
Endiv. externo líquido do sector privado não financeiro	-39	516	-274	-99	751	902	1.875	2.021	4.466	4.922	4.558
Outros ¹	-159	14	284	44	298	264	297	318	443	652	831
Erros e omissões líquidos	17	-87	81	50	0	0	0	0	0	0	0
Saldo global	323	177	458	390	199	400	224	161	213	683	797
Financiamento externo	-323	-177	-458	-390	-199	-400	-224	-161	-213	-683	-797
Activos de reserva ¹	-321	-273	-455	-387	-196	-397	-188	-124	-176	-647	-762
Uso líquido do crédito	-2.1	-4.3	-2.9	-3.0	-3.0	-3.0	-35.9	-37.2	-36.8	-36.4	-35.3
<i>D/q: Uso líquido do crédito do FMI</i>	-2.3	-2.2	-2.9	-3.0	-3.0	-3.0	-35.9	-37.2	-36.8	-36.4	-35.3
Financiamento excepcional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>											
Conta corrente (% do PIB)	-24,4	-45,4	-43,4	-39,5	-43,4	-46,9	-47,0	-43,8	-52,0	-52,0	-46,2
Excl. donativos externos	-31,3	-49,1	-47,0	-42,6	-46,5	-50,3	-49,7	-46,1	-54,1	-53,9	-47,8
Excl. mega projectos	-2,8	-3,4	-4,1	-3,8	-4,4	-4,4	-4,9	-5,6	-5,2	-5,2	-6,6
Ativos externos líquidos	2,082	2,349	2,866	2,739	1,005	2,221	2,445	2,606	2,819	3,502	4,299
Reservas internacionais líquidas ¹	2,239	2,605	3,061	2,996	3,262	3,397	3,623	3,784	3,997	4,680	5,477
Reservas internacionais brutas ^{1,2}	2,428	2,799	3,252	3,192	3,449	3,591	3,781	3,905	4,081	4,727	5,489
Meses de import. projectadas de bens e serviços não factoriais	2,4	2,6	2,7	2,5	2,6	2,6	2,5	2,2	2,1	2,3	2,5
Meses de imp. proj. de b/s (excl. imp. dos mega projectos)	3,0	3,9	4,4	4,2	4,7	4,4	4,2	4,3	4,3	4,2	4,2
Porcentagem da massa monetária (M2)	62,7	62,7	62,0	59,4	57,0	59,5	55,8	51,4	47,6	48,9	50,3

Fontes: Dados do Governo de Moçambique e projecções do corpo técnico do FMI

¹ Inclui o investimento de carteira líquido e outros activos de investimento.² O rácio em relação à dívida de curto prazo não é apresentado por uma questão de disponibilidade de dados.

Tabela 6. Moçambique: Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário, 2008-13

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Adequação dos fundos próprios						
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco	13,9	15,1	14,4	17,1	17,9	16,9
Capital regulamentar Tier 1/activos ponderados pelo risco	12,4	13,0	13,7	16,1	16,9	16,0
Capital (património líquido)/activos	7,5	7,7	8,0	9,0	9,5	9,6
Composição e qualidade dos activos						
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	32,8	32,4	29,5	25,1	28,1	22,3
Empréstimos mal parados/empréstimos brutos ¹	1,9	1,8	1,9	2,6	3,2	2,8
Empréstimos mal parados líquidos de provisões/capital ¹	2,5	5,9	5,6	6,6	6,8	5,8
Lucros e rentabilidade						
Rendibilidade dos activos	3,5	3,0	2,6	2,5	1,9	1,8
Rendibilidade do capital	44,7	36,6	32,9	26,5	19,6	20,0
Margem de juros/rendimentos brutos	58,8	55,7	59,4	64,9	58,9	55,9
Despesas líquidas de juros/rendimentos brutos	58,7	58,4	59,7	61,3	66,1	65,8
Despesas de pessoal/despesas não financeiras	45,1	45,9	45,5	47,1	49,1	48,0
Rendimento de tarifas e negócios/rendimento bruto	40,5	44,3	23,8	17,2	19,5	16,5
Financiamento e liquidez						
Activos líquidos/activos totais ²	36,2	27,9	22,4	27,8	33,4	30,9
Dep. de clientes/total de empréstimos (não interbancários)	165,7	138,2	131,2	131,6	143,8	134,8

Fonte: Banco de Moçambique (BM).

¹ Os empréstimos mal parados são definidos conforme as normas contabilísticas moçambicanas (incluem apenas parte dos empréstimos em mora).

² Inclui os depósitos nas instituições-mãe.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Apêndice I — Carta de Intenções

**Maputo, Moçambique
23 de Abril de 2014**

**Sra. Christine Lagarde
Directora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
E.U.A.**

Senhora Directora-Geral:

O Governo de Moçambique solicita a conclusão da segunda avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) e a modificação de três critérios de avaliação e duas metas indicativas para o final de Junho de 2014 tendo em conta as nossas projecções revistas, que reflectem a captação de novas receitas extraordinárias em Março de 2014, bem como a necessidade de aprovar um Orçamento rectificativo para 2014. Solicita também: i) um aumento de USD 300 milhões do limite máximo (tecto) aos empréstimos não concessionais para fazer face às necessidades de financiamento de projectos de investimento de alta prioridade; ii) a definição de critérios de avaliação e metas indicativas para Dezembro de 2014; iii) a modificação de um indicador de referência estrutural sobre o pagamento de impostos via bancos e o acréscimo de um novo indicador de referência para o final de Dezembro de 2014 sobre os pedidos de reembolso do IVA em aberto. Neste sentido, submetemos em anexo o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), que analisa a implementação do programa apoiado pelo actual PSI e estabelece objectivos de política, critérios de avaliação e metas indicativas de curto e médio prazos.

O objectivo do programa económico do Governo é manter a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento inclusivo através do investimento público e da promoção do emprego produtivo e reduzir a pobreza. O programa está alinhado com o nosso Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) para 2011-14, bem como os nossos planos relativamente à estratégia sucessora.

O Governo acredita que as políticas delineadas no MPEF são suficientes para o alcance dos objectivos do programa PSI. Estamos prontos para tomar quaisquer medidas adicionais que venham a ser necessárias para alcançar os nossos objectivos em matéria de políticas.

O Governo irá consultar o FMI sobre a adopção dessas medidas e — por iniciativa própria ou mediante a solicitação da Directora-Geral — sempre que haja necessidades de revisões nas políticas que constam do MPEF anexo, em conformidade com as políticas do FMI relativamente a estas consultas.

O Governo fornecerá, ainda, informações ao FMI de modo a que este seja capaz de avaliar os progressos atingidos na implementação das políticas económicas e financeiras e na consecução dos objectivos do programa.

O Governo autoriza o FMI a publicar a presente Carta de Intenções, os seus anexos e o correspondente relatório do corpo técnico.

Atenciosamente,

/s/

Manuel Chang
Ministro das Finanças

/s/

Ernesto Gouveia Gove
Governador
Banco de Moçambique

Anexos: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
Memorando Técnico de Entendimento

Anexo 1 — República de Moçambique: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

23 de Abril de 2014

DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E DESEMPENHO DO PROGRAMA

1. Este MPEF i) descreve os desenvolvimentos recentes e o desempenho do programa económico do Governo ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) trienal desde a primeira avaliação e ii) pormenoriza as intenções em matéria de políticas económicas e estruturais. Centra-se no MPEF subjacente à Primeira Avaliação do PSI de Dezembro de 2013.

2. **O desempenho da economia moçambicana permanece sólido e poderá beneficiar da prevista recuperação progressiva da economia mundial.**

- **Crescimento económico.** A economia manteve-se forte em 2013, apesar dos efeitos das cheias ocorridas no início do ano. Em 2013 a actividade económica cresceu 7,0%, numa base preliminar, em linha com a projecção de crescimento para o ano. Os sectores de maior crescimento foram produção de carvão, transporte e as comunicações, serviços financeiros e construção.
- **Inflação e política monetária.** A inflação manteve-se baixa em 2013, com uma taxa anual média de 4,2%, o que representa uma ligeira aceleração em relação ao ano anterior. A prudência na gestão da liquidez do Banco de Moçambique (BM) ajudou a manter a inflação em baixa, em combinação com a estabilidade dos preços administrados e a recuperação da produção de alimentos depois das cheias. No final de 2013 a base monetária estava ligeiramente abaixo da meta, com um aumento de 16,3% no ano. Apesar de se manter elevado, em 28,7%, o crescimento do crédito começou a abrandar.
- **Taxa de câmbio.** O Metical manteve-se estável nos mercados de câmbio, devido à maior disponibilidade de divisas no mercado, após o aumento do investimento directo estrangeiro. O BM interveio no mercado cambial para atenuar volatilidades temporárias.
- **Défice da conta corrente externa.** Apesar da queda dos preços internacionais das matérias-primas, as nossas exportações reforçaram-se nos primeiros 9 meses de 2013 e o défice da conta corrente melhorou nos primeiros três trimestres de 2013 em relação ao mesmo período de 2012, devido ao desempenho favorável das transferências correntes e dos serviços. O impacto das cheias na conta corrente foi limitado.
- **Política orçamental.** As operações orçamentais em 2013 geraram um défice global estimado (após os donativos) de 3% do PIB, contra os 4,6% previstos. A receita ficou, em larga medida, dentro da meta do programa, ajudada pela entrada, em Agosto de 2013, de USD 400 milhões (2,1% do PIB) em impostos sobre as mais-valias na venda de acções numa concessão de gás

na bacia do Rovuma. Todas as categorias de despesa corrente ficaram ligeiramente abaixo do previsto, enquanto a despesa de capital não foi muito além do programado. Dados preliminares sobre as despesas, que representam 2/3 do orçamento, ficaram aquém da nossa meta ambiciosa, reflexo da queda do financiamento por parte de doadores e das deficiências de implementação. Os donativos para projectos excederam as expectativas, mas os de apoio ao orçamento ficaram abaixo do previsto. O défice global mais baixo permitiu ao governo aumentar os seus depósitos no sistema bancário, apesar da queda no financiamento externo líquido.

- **IDE, desembolsos da ajuda/empréstimos, reservas.** O país continua a beneficiar de uma forte entrada de investimento directo estrangeiro (aumento estimado de 20% em relação a 2012), ligado sobretudo ao desenvolvimento de recursos naturais e respectivos serviços. Além disso, a economia também beneficiou dos ganhos extraordinários da venda de acções de empresas do sector de gás natural, o que ajudou a aumentar as reservas internacionais na segunda metade do ano. Apesar da queda da ajuda externa no quarto trimestre ter criado algumas pressões sobre as reservas internacionais líquidas, no final de 2013 estas atingiram USD 2.996 milhões (cerca de 5 meses de importações correntes de bens e serviços não factoriais, excl. os mega projectos).

3. Desempenho do Programa

- **Foram cumpridos todos os critérios de avaliação (CA) e metas indicativas (MI), até ao final de Dezembro de 2013, à excepção da MI para a despesa nos sectores prioritários,** devido sobretudo aos atrasos no desembolso dos fluxos dos doadores. A meta indicativa para as reservas internacionais líquidas foi cumprida após o ajustamento com base no défice de ajuda externa ao programa (USD 87 milhões). A meta da base monetária – a meta operacional da política monetária – foi cumprida. A arrecadação de receitas, o crédito bancário ao governo e os empréstimos externos não concessionais ficaram dentro das metas do programa (Tabela 1).
- **Os indicadores de referência estruturais para o final de Fevereiro e Março de 2014 foram cumpridos,** apesar do pequeno atraso num deles, relacionado à apresentação à Assembleia do projecto de lei para a criação de centrais privadas de registo de crédito, a validação dos pedidos de reembolso do IVA pendentes (adiada para meados de Abril) e a expansão do pagamento de salários por transferência bancária directa. Os restantes indicadores de referência estruturais de 2014 estão em curso e deverão ser cumpridos no prazo previsto (Tabela 2).

POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

A. Objectivos Económicos

4. **Perspectivas económicas para 2014-19:** A nossa previsão é de que o crescimento económico no médio prazo continuará a ser elevado e robusto, reflexo do *boom* nos sectores

mineiro e dos hidrocarbonetos. Além disso, a recuperação da economia mundial deverá apoiar a dinâmica dos sectores em expansão.

- **Crescimento do PIB.** A economia deverá crescer 8,3% em 2014, devido ao forte crescimento da agricultura, das indústrias extractivas, do transporte e comunicações, dos serviços financeiros e do sector da electricidade. Nos próximos cinco anos, a expansão da rede ferroviária também permitirá um aumento da produção e das exportações de carvão. Prevê-se que a implementação de outros projectos de infra-estrutura, o desenvolvimento da liquefacção de gás natural, a actividade relacionada a transporte e comunicações e construção e o forte desempenho contínuo em outros sectores mantenham o crescimento económico numa média de 8% ao ano.
- **Inflação.** Em Janeiro e Fevereiro de 2014 as taxas de inflação mensais foram de 1,1 e 0,7%, respectivamente. Para o resto do ano, está prevista uma ligeira aceleração da inflação média, para cerca de 4,6%, e da inflação homóloga, para cerca de 6%, em linha com o objectivo de médio prazo de 5 a 6% ao ano. Os principais factores são o fortalecimento do USD nos mercados internacionais, face à retoma emergente da economia americana, as pressões inflacionárias na região e a política orçamental expansionista.
- **Conta corrente externa.** A evolução da balança de pagamentos nos próximos anos (2014–17) continuará a ser dominada pelos grandes investimentos em projectos de recursos naturais. O défice da conta corrente deverá ascender a cerca de 44% do PIB em 2014, devido ao aumento das importações relacionadas aos mega projectos. Face ao aumento expressivo das importações nos últimos anos, tanto para os mega projectos como para outros sectores da economia, planeamos manter a cobertura de reservas em cerca de 4,5 meses das importações previstas de bens e serviços, excl. os mega projectos.

B. Combinação de Políticas Macroeconómicas

5. Combinação de políticas macroeconómicas. As autoridades continuarão a implementar uma combinação de políticas orçamentais e monetárias viradas para a manutenção da estabilidade financeira e macroeconómica, bem como a promoção da inclusão económica e financeira.

6. A política monetária manterá a sustentabilidade orçamental. Serão mantidos os esforços de arrecadação a fim de reforçar a receita em relação ao PIB, com medidas administrativas planeadas e as recentes mudanças no código tributário para permitir a aceleração da arrecadação do imposto sobre os rendimentos em 2015. Está prevista uma gradual redução das despesas, de cerca de 42% do PIB em 2014 para cerca de 34% do PIB em 2019. A maior parte da redução será alcançada quando a despesa retornar a um curso normal, assim que forem concluídos os gastos pontuais das eleições e com a segurança marítima em 2014. Também planeamos reduzir a massa salarial gradualmente, do patamar elevado de 11% do PIB em 2014, bem como reduzir ligeiramente

as despesas com bens e serviços e investimento (ou seja, devem crescer menos do que o PIB). Em combinação com a queda prevista do apoio na forma de donativos, tencionamos reduzir o défice global (após os donativos) de cerca de 9% em 2014 para cerca de 5% em 2019, enquanto o saldo primário interno (antes dos donativos) passará de um défice de cerca de 3% do PIB em 2014 para um excedente de 1% do PIB até 2019, que poderá ser financiado por empréstimos externos e financiamento do mercado interno, sem deixar de manter a sustentabilidade orçamental e da dívida.

C. Política Monetária e Cambial

7. A política monetária continuará a perseguir o objectivo da estabilidade de preços, em linha com o objectivo a médio prazo de inflação de 5 a 6%. O BM estipulará como meta um crescimento da base monetária ligeiramente superior ao do PIB nominal, com o objectivo de promover o desenvolvimento financeiro e aumentar o crédito ao sector privado. Face à política orçamental expansionista em 2014, o BM intensificará os seus esforços de gestão de liquidez e manterá o crescimento da base monetária em 17% em 2014 para conter as pressões da procura.

8. Continuamos empenhados em implementar um regime de taxa de câmbio flexível. O BM permitirá o livre ajustamento da taxa de câmbio à evolução do comércio e dos fluxos financeiros e continuará a monitorizar de perto a evolução da taxa de câmbio efectiva real face a um cabaz de moedas, com vista a garantir a competitividade externa e um nível prudente de reservas internacionais.

9. As autoridades moçambicanas continuam empenhadas em cumprir as suas obrigações previstas nas Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI. O BM continuará a acompanhar a aplicação dos novos regulamentos cambiais e das suas normas de implementação, bem como o funcionamento do mercado cambial, com vista a evitar a ocorrência de práticas potencialmente incompatíveis com os princípios do Artigo VIII. Manteremos o corpo técnico do FMI informado acerca de quaisquer novos desenvolvimentos que possam vir a ferir estes princípios.

D. Política Orçamental

10. Objectivos da política orçamental. O Governo está empenhado em manter a estabilidade macroeconómica, promover um crescimento económico sustentável e inclusivo e racionalizar o uso de recursos públicos.

- **O orçamento de 2014 tem por objectivo manter os esforços de aumento da arrecadação e reflecte as fortes pressões de despesa.** Excluindo a receita extraordinária, a arrecadação (menos os pedidos de reembolso de IVA) deverá subir para cerca de 24,3% do PIB, contra 23,3% em 2013. As despesas correntes (incl. em segurança marítima) subirão para 23,3% do PIB, contra 20,1% em 2013. A despesa de investimento no orçamento aumentará expressivamente para 15,9% do PIB, contra 13,4% em 2013, financiada por recursos internos e externos, como parte do nosso esforço de melhorar a infraestrutura pública disponível.

- Haverá, conseqüentemente, um aumento expressivo do défice global e um saldo primário interno mais fraco, enquanto se prevê um aumento do financiamento externo.

11. Previsão de arrecadação e orçamento rectificativo

- Continuou-se a arrecadar **impostos sobre as mais-valias** (USD 520 milhões) no mês de Março de 2014. Concordamos que essa receita pontual não deverá financiar aumentos de despesas recorrentes, o que poderia comprometer a sustentabilidade orçamental no médio prazo, mas no momento não estamos preparados para definir formalmente uma regra orçamental e deixaremos o assunto para consideração do novo governo. Estamos empenhados, todavia, em poupar as receitas extraordinárias, incluindo as geradas pela tributação directa ou indirecta dos recursos naturais, ou utilizá-las apenas para despesas de investimento, a redução da dívida ou necessidades excepcionais. Devido à orientação expansionista da política orçamental em 2014, 75% das receitas fiscais extraordinárias de Março serão poupadas para criar uma margem de protecção em orçamentos futuros.
- **O Governo solicitará uma emenda à Lei do Orçamento de 2014 no primeiro semestre**, devido à recente aprovação da Lei do Pacote Eleitoral pela Assembleia Nacional, que prevê despesas adicionais para as eleições de 15 de Outubro (cerca de USD 36 milhões, elevando o orçamento total das eleições para USD 116 milhões). Tais despesas, e a despesa adicional exigida para concluir projectos de investimento que perderam apoio externo em 2013 (USD 25 milhões), serão financiadas pelas receitas extraordinárias dos impostos sobre as mais-valias. Também planeamos usar cerca de USD 100 milhões das receitas extraordinárias para pagar os pedidos pendentes de reembolso do IVA.

12. Política de despesa

- **O forte aumento das despesas públicas em 2014** reflecte i) o aumento salarial de 2013 e as novas contratações e promoções, especialmente na educação, na saúde e na justiça; ii) a melhoria na prestação de serviços à população, sobretudo através do sistema nacional de saúde; iii) o aumento do serviço da dívida; iv) dotações orçamentais para as eleições gerais; v) a criação de novos distritos e autarquias em 2013; e vi) o reforço de programas sociais básicos, incluindo pensões militares.

Despesas em sectores prioritários. O Governo mantém os seus esforços de aumento dos recursos atribuídos para os sectores prioritários do PARP, que em conjunto representam 64,2% da despesa orçamental em 2014. Tendo em conta i) que a taxa de execução das despesas de investimento com financiamento externo deverá ficar abaixo do orçamento inicial; e ii) factores pontuais específicos de 2014 (segurança marítima e despesas eleitorais), prevemos uma queda nas despesas em sectores prioritários de 67,3% em 2013 para 58% em 2014.

- **Política salarial.** O Governo tomou algumas medidas para conter as despesas com salários nos últimos anos, nomeadamente: i) assegurar um maior controlo na execução da despesa pública com a expansão do e-Sistafe para abranger a maioria das unidades gestoras beneficiárias (UGB) e o pagamento de salários através de transferências bancárias e ii) a implementação gradual do sistema electrónico de gestão de pessoal (e-Folha), com vista a assegurar uma maior racionalização e mais controlo da folha salarial dos funcionários públicos. O aumento adicional da massa salarial para 11% do PIB em 2014 também reflecte a contratação de pessoal para as eleições devido ao recente acordo político.
- **Reforço da protecção social.** Os programas de Protecção Social Básica continuarão a ser alargados para abranger mais beneficiários (aumento de 23,5% entre 2013 e 2014). Além disso, os pagamentos de transferências para as famílias deverão aumentar 12,6% em 2014 devido ao aumento do número de pensionistas.
- **Subsídios aos produtos petrolíferos.** Em 2013, o Governo pagou aos distribuidores de combustíveis uma quantia equivalente a 0,5% do PIB que cobre os subsídios acumulados em 2012 e 2013. Para 2014 estão previstos subsídios aos combustíveis de 0,2% do PIB, face à queda dos preços internacionais. Apesar do actual subsídio aos preços do gasóleo para consumo geral (excepto para mega projectos, construção, obras públicas e outros grandes consumidores), o Governo está a acompanhar a evolução dos preços nos mercados internacionais e a analisar o seu impacto potencial nos mercados internos de combustíveis.
- **Tarifas de electricidade.** As tarifas permanecem inalteradas desde 2010, mas em Junho de 2013 foi concluído um estudo sobre o seu ajustamento e apresentado ao Conselho Nacional de Investimento e ao Conselho de Ministros. Actualmente o Governo está a realizar uma avaliação de impacto para analisar como diferentes aumentos de tarifas afectarão diferentes segmentos de consumo. A EDM registou um pequeno lucro operacional em 2012, apesar da necessidade de reforçar a manutenção do sistema, e o seu Contrato de Desempenho com o Governo está ser finalizado de acordo com o Decreto n.º 84/2013, de 31 de Dezembro.
- **Resumo de outros subsídios estatais.** O Governo continua a subsidiar o preço da farinha de trigo para pão, o transporte público e os programas de alimentação escolar, que totalizaram 0,2% do PIB em 2013. Estes programas serão mantidos em 2014 e foi afectado 0,1% do PIB para cobrir os respectivos custos.

13. Défice e Financiamento. O orçamento rectificativo melhorará a orientação da política orçamental em 2014. O défice primário interno (antes dos donativos) está agora estimado em 3,3% do PIB. Devido ao forte apoio na forma de donativos, a actual estimativa para o saldo global (após os donativos) é de 9,3% do PIB, o que nos permite, após o financiamento externo previsto de 9,2% do PIB (contra 5,9% de 2013), recorrer muito pouco ao financiamento interno líquido este ano.

E. Planeamento de Investimentos e Gestão da Dívida

14. As prioridades para 2014 são as seguintes:

- **Fortalecimento do planeamento de investimentos.** Está em curso a revisão do Plano Integrado de Investimento (PII) para 2014-17. O principal objectivo é fornecer uma descrição resumida e incluir informações financeiras adequadas para cada projecto como fonte de dados da ASD, do CDMP e do processo de orçamento e facilitar o estabelecimento de prioridades entre projectos concorrentes. A revisão deverá ser concluída até ao fim de Junho de 2014 (**indicador de referência estrutural**).
- **Fortalecimento dos instrumentos de selecção de projectos.** Os principais critérios de selecção e avaliação de projectos foram incluídos na metodologia do CDMP, coerente com o Manual de Selecção de Projectos. Os ministérios sectoriais e os gestores provinciais terão de observar estas directrizes na preparação das suas propostas de projectos para o orçamento do Estado. Foram realizadas duas acções de formação para os ministérios e os departamentos provinciais se familiarizarem com os critérios para a análise e a selecção de projectos de investimento público. Pretendemos alargar a formação sobre a utilização de mecanismos sectoriais para a preparação de propostas de projectos de investimento.
- **Implementação e Monitorização de Projectos do PII.** A inclusão de projectos no PII basear-se-á no orçamento anual aprovado e a sua implementação e monitorização será realizada pelos ministros sectoriais. Os relatórios semestrais e anuais do governo sobre os desenvolvimentos económicos (Balanço do PES) incluirão informações sobre a implementação dos projectos.
- **Fortalecimento da gestão da dívida pública.** A preparação da ASD de 2014 está em curso e inclui cenários de endividamento futuro e análise de sensibilidade. Pretendemos concluir esta análise até Julho de 2014, a tempo do próximo ciclo orçamental. Também estamos empenhados em publicar os principais resultados da ASD. A médio prazo, continuamos empenhados em: i) incorporar a análise de custos e riscos associados à carteira da dívida pública, incluindo garantias, nos relatórios de dívida e execução orçamental, ii) rever a Estratégia de Gestão da Dívida aquando da sua primeira avaliação, para que inclua a dívida garantida e esteja alinhada com o quadro macroeconómico em evolução e iii) desenvolver os mercados de capital nacionais. O objectivo é fortalecer a ligação entre o orçamento, o PII e a sustentabilidade da dívida pública. Iremos alargar a abrangência da ASD e dos relatórios trimestrais de dívida pública para incluir as garantias do governo a partir do primeiro trimestre de 2014.
- **Política de gestão de garantias.** Iremos desenvolver uma política para a divulgação de todas as garantias do governo, os seus beneficiários, a exposição bruta por elas criada e a avaliação de probabilidade e impacto potencial.

- **Plano de Endividamento Interno para 2014.** Solicitámos assistência técnica ao FMI e ao Banco Mundial para elaborar um Plano de Endividamento Interno para 2014, com vista a um maior desenvolvimento dos mercados de dívida pública.

REFORMAS ESTRUTURAIS

A. Gestão e Emissão de Relatórios das Finanças Públicas

15. Fortalecer a gestão das finanças públicas (GFP).

- **A cobertura orçamental do sistema de GFP (e-SISTAFE) continua a aumentar.** Em 2013 o e-Sistafe estava a funcionar em 77% das 939 UGB que formam o orçamento do Estado. O nosso plano é concluir o lançamento do e-SISTAFE até 2015, abrangendo 90% das unidades orçamentais em 2014 e 95% em 2015, enquanto desenvolvemos soluções para superar problemas de comunicação das restantes unidades.
- **Alargar a utilização da Conta Única do Tesouro (CUT) continua a ser prioritário.** Ajudará a fortalecer a contenção de despesas, a gestão de tesouraria e a integridade do sistema de GFP. Como parte do programa de redução do número de contas bancárias fora da CUT, o Ministro das Finanças editará um despacho até ao fim de Setembro de 2014, com regras claras a definir em que condições será aceitável às instituições do Estado movimentarem contas fora da CUT. O despacho também trará directrizes sobre a abertura dessas contas, fornecerá uma categorização adequada e exigirá o encerramento das contas que não satisfazem os padrões exigidos.
- **Também foi alargado o pagamento de salários através de transferência directa para contas bancárias.** Em Dezembro de 2013, 76% dos funcionários públicos registados no cadastro electrónico dos funcionários do Estado (e-CAF) e incluídos no *Plano de Acção para o Pagamento Directo de Salários e Expansão do sistema electrónico de processamento salarial (e-Folha)*, receberam os seus ordenados via pagamento directo. Cerca de 2/3 desses pagamentos directos foram feitos via e-Folha. No fim de Fevereiro de 2014, a parcela de funcionários públicos que receberam os seus ordenados via pagamento directo aumentou para 89%. Esperamos atingir a meta deste processo, de 95% do funcionalismo registado no e-CAF, até Março de 2014 (**indicador de referência estrutural**).
- **Entre Março e Dezembro de 2014 criaremos as condições para concluir a expansão do e-Folha a todos os funcionários e agentes de instituições com acesso directo ao e-SISTAFE** (cerca de 90% de todos os funcionários públicos). Além disso, iremos nos preparar para confirmar os registos no e-CAF de todos os trabalhadores através de uma auditoria de prova de vida em 2015. Também estamos empenhados em criar um novo registo (e-CAP) e alargar o e-Folha aos pensionistas depois da conclusão da reforma do funcionalismo público.

- **O processo de execução da despesa pública foi fortalecido.** O sistema e-SISTAFE foi ajustado de acordo com as normas internacionais para permitir o registo das várias fases do processo de despesa (cabimentação, verificação e pagamento). Estamos a preparar uma Nota Técnica para separar a autoridade de pagamento e a de cabimentação e facilitar a aplicação destas novas directrizes com o exercício do orçamento de 2015. Depois da sua aprovação pelo Ministro das Finanças, o registo em tempo real da cabimentação, verificação e do pagamento de despesas passará a ser obrigatório para todas as unidades que usam o e-SISTAFE. Sabemos que isto exige tempo e um investimento importante em processos de gestão da mudança e o aperfeiçoamento de controlos internos. Para o efeito, o Governo pretende criar uma Academia de Finanças Públicas.
- **Adopção das normas internacionais de contabilidade.** Foi preparada uma proposta preliminar de Normas e Plano de Contas baseados nas IPSAS como parte da reforma em curso para a adopção gradual do Regime de Contabilidade de Exercício baseado em cabimentações. A implementação exigirá a revisão da Lei do SISTAFE, que inclui o actual Plano de Contas como anexo. Apesar do nosso empenho em implementar esta medida até ao fim de 2014, expresso na avaliação anterior do PSI, após parecer da recente assistência técnica do FMI, o Governo adiou a introdução das IPSAS para exercícios futuros, devido à complexidade desta reforma.
- **Clarificar as dimensões do sector público.** Manteremos os nossos esforços para definir o número de i) fundos públicos, entidades autónomas e outros órgãos de direito público com autonomia jurídica, administrativa e financeira (equiparados), ii) empresas públicas de propriedade e/ou controladas pelo Estado e iii) participações indirectas do Estado, através de outras entidades públicas, a fim de se obter uma imagem clara das dimensões do sector público até ao fim de 2014. Estamos a trabalhar no estatuto dos fundos públicos e das entidades autónomas há mais de dois anos e esperamos concluir estes esforços até ao fim de 2014.
- **Melhor a gestão dos riscos orçamentais.** Estamos empenhados em produzir, a médio prazo, um enunciado exaustivo sobre os riscos orçamentais para inclusão nos documentos do orçamento anual. Com o apoio do Banco Mundial, planeamos criar uma unidade de risco no Ministério das Finanças em 2014 para dar início a este trabalho.
- **O novo Classificador Económico da Receita (CER) está a ser finalizado,** está em linha com as normas internacionais e será usado na preparação do orçamento do Estado para 2015, o que ajudará a levar adiante várias reformas de GFP em curso e contribuirá para um registo mais ágil de receitas no novo sistema e-Tributação.

B. Política e Administração Fiscal

16. Administração e reformas fiscais 2014-15.

- **Administração e reembolso do IVA.** O plano de acção para reduzir os pedidos de reembolso de IVA pendentes está a ser implementado e o **indicador de referência estrutural do fim de Março de 2014** sobre a validação do stock de pedidos pendentes no fim de Dezembro de 2013 foi cumprido com um ligeiro atraso, em meados de Abril, e foi preparado um relatório sobre o assunto. Como o prazo administrativo para a documentação e o processamento de pedidos de reembolso é de 6 meses, os pedidos do último trimestre de 2013 que ainda estavam pendentes no fim de Março serão validados até ao fim de Junho. Além disso, como cerca de 1/3 dos pedidos pendentes são pedidos anteriores a 2013, a Autoridade Tributária dará aos requerentes um prazo até Maio de 2014 para entregar todos os documentos ou encerrar o processo e indeferir o pedido, tal como recomendado pela assistência técnica.

O stock de pedidos de reembolso válidos apresentados até ao fim de 2013 será pago na íntegra ou titularizado até finais de 2014 (**indicador de referência estrutural**).

O Governo também acelerará o processamento de novos pedidos de reembolso e os pedidos validados serão pagos atempadamente.

O Governo incluirá a cobrança do IVA com base no valor líquido na proposta do orçamento de 2015 (**indicador de referência estrutural do fim de Outubro de 2014**) e a Autoridade Tributária irá adaptar o seu sistema de cobrança e reembolso do IVA conforme necessário, com assistência técnica.

- **Implementação do sistema e-Tributação e pagamento por via bancária do IVA e do ISPC (imposto simplificado para pequenos contribuintes).** O progresso na implementação do novo sistema e-Tributação para promover a transparência e a eficiência fiscal, foi modesto. O universo de contribuintes actualizado no e-Tributação (registo do NUIT) é de apenas 11% dos contribuintes activos do IVA e 34% dos do ISPC com pagamentos efectivos. O IVA e o ISPC só podem ser pagos via e-Tributação por empresas registadas. O recurso ao e-Tributação para cobrar estes impostos foi planeado inicialmente para o começo de 2014, mas achámos necessário realizar um piloto em duas repartições fiscais descentralizadas (DAFs) antes de lançar o novo sistema e assim evitar a queda de arrecadação. A aplicação informática de pagamentos de impostos por via bancária está a ser finalizada e deverá ficar plenamente operacional até Outubro de 2014 (**indicador de referência estrutural**).
- **Fortalecimento das unidades de grandes contribuintes** (UGCs e DCAT). Estamos a criar UGCs em Matola, Pemba e Tete para reforçar as três UGCs existentes (em Maputo, Beira e Nampula). Temos a unidade central DCAT para coordenar o apoio a grandes contribuintes e pretendemos concentrar o seu mandato em questões estratégicas. Com o apoio do FMI, criaremos uma unidade de recursos naturais no DCAT focada no sector

de gás e carvão, até ao fim de 2014. Esta unidade será responsável pelas actividades de avaliação de risco, auditoria, atendimento especializado a contribuintes e interpretação do regime fiscal. Terá o pessoal adequado e começará a funcionar, inicialmente como parte da DCAT, até ao fim de Junho de 2014.

- **Política fiscal.** O Governo está a realizar um estudo para verificar a existência de possíveis inconsistências entre o regime geral do ISPC e os regimes simplificados de tributação do IVA, IRPC e IRPS. Depois de alguns atrasos, prevemos que esteja concluído em 2014. Esperamos que o estudo ajude a melhorar a transparência deste regimes fiscais, a liberar recursos da Autoridade Tributária para se concentrarem nos grandes contribuintes e a reduzir a fraude. As missões de assistência técnica do FMI anteriores recomendaram que se mantivesse apenas o regime geral do ISPC e que o mesmo fosse revisto, com a inclusão de uma taxa *ad valorem*, a imposição fixa anual e o limiar para a tributação *ad valorem*.
- **Preços de transferência.** O projecto das *Normas sobre Preços de Transferência* está quase concluído, com a assistência técnica do FMI. Iremos consultar as partes interessadas e pretendemos submetê-lo ao Conselho de Ministros para aprovação até Setembro de 2014.

C. Melhoria da Gestão dos Recursos Naturais

17. Gestão de dados. Para melhorar as informações disponíveis sobre os recursos minerais de Moçambique, o Governo tornou disponível um sistema de informação *online* de mapas geológicos, que é actualizado regularmente. Actualmente a cobertura geofísica aérea atinge 75% do país e temos em curso um programa que irá estender essa cobertura a todo o território nacional. Além disso, a base de dados da ocorrência de hidrocarbonetos e o cadastro de mineração estão disponíveis *online*. Prevê-se que num futuro próximo os novos pedidos de concessão de minas serão processados *online*.

18. Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE). O quarto relatório da iniciativa de transparência, relativamente a 2011, foi finalizado e submetido ao Secretariado internacional da ITIE. Este relatório abrange todas as empresas activas de mineração e petróleo que satisfazem o nível de pagamento de tributos definido pelo Comité de Pilotagem Multilateral da ITIE (Mt 500.000 ou cerca de USD 16.000). O Governo está a divulgar os relatórios da ITIE e a aumentar a sensibilização do público para o seu conteúdo através de uma campanha pública de educação. Em 2013 o Governo começou a publicar os contratos no sector de recursos minerais, incluindo as respectivas disposições fiscais.

19. Legislação de mineração e hidrocarbonetos. As Leis de Mineração e de Hidrocarbonetos revistas foram submetidas à Assembleia da República e deverão ser aprovadas até meados de 2014. As alterações destinam-se a: i) actualizar as leis para lidar com os actuais desafios do sector; ii) atrair investimento para o sector e iii) abranger novos produtos, como o gás natural liquefeito e gás metano. Depois da adopção das Leis pela Assembleia, será redigida a sua regulamentação.

20. Fortalecimento do regime fiscal do sector da mineração e hidrocarbonetos. Estes projectos de lei foram submetidos ao Conselho de Ministros em Março de 2014. Depois da sua aprovação, serão submetidos à Assembleia da República e esperamos que sejam aprovados até ao fim de 2014. A respectiva regulamentação será redigida assim que o novo regime fiscal for aprovado. Esperamos realizar o leilão de novas concessões de exploração assim que as Leis de Mineração e de Hidrocarbonetos e os respectivos Regimes Fiscais sejam aprovados.

21. Para facilitar o desenvolvimento da liquefacção do gás natural das Áreas 1 e 4 da bacia do Rovuma, o Governo planeia solicitar autorização legislativa para criar um regime especial para estas operações.

D. Gestão das Empresas Públicas

22. Fortalecimento da supervisão das empresas públicas.

- Modernizámos a legislação aplicável a empresas detidas a 100% pelo Estado com objectivos sociais no âmbito do regime de direito público. Este regime inclui a Lei n.º 6/12 sobre Empresas Públicas e a respectiva regulamentação (Decreto n.º 84/2013, de 31 de Dezembro de 2013). Para uma melhor monitorização das 14 empresas públicas que operam sob este regime, estas terão de submeter os respectivos planos, orçamentos, contas auditadas e relatórios trimestrais ao Ministério das Finanças, e planeamos preparar relatórios de síntese anuais sobre as operações das empresas públicas para o Conselho de Ministros. A monitorização dos riscos orçamentais também será reforçada através da negociação de contratos de desempenho entre o Estado e estas empresas públicas.
- Com o objectivo de monitorizar e fiscalizar outras empresas detidas a 100% ou parcialmente pelo Estado (156 das quais são fiscalizadas pelo IGEPE), iremos preparar e submeter ao Conselho de Ministros uma proposta para uma Lei sobre o Sector Empresarial do Estado até ao fim de Outubro de 2014. Exigiremos a divulgação e quantificação nas demonstrações financeiras i) de todos os apoios directos e indirectos, inclusivamente transferências, entre o Governo e estas empresas, anualmente e ii) do custo de quaisquer bens e serviços fornecidos a preços abaixo do mercado e outras actividades parafiscais.
- Estamos a trabalhar na consolidação da carteira de empresas do Estado a médio prazo, inclusivamente através de privatizações e liquidações, e estamos a receber alguma assistência técnica sobre o assunto por parte do Banco Mundial.

23. Melhorar a transparência das operações das empresas públicas.

- **Monitorização da EMATUM:** os mecanismos de controlo financeiro da EMATUM serão os mesmos aplicados às empresas públicas detidas a 100%. O processo consiste na

submissão aos Ministérios das Finanças e da Pesca de relatórios trimestrais operacionais e financeiros a partir de Julho de 2014. A EMATUM também estará sujeita a auditorias externas e à publicação das suas contas a partir do fim de 2014, até ao final de Março de 2015. O primeiro ano de serviço da dívida das notas de financiamento privado colocadas em 2013, no valor de USD 850 milhões, a vencer em Março e Setembro de 2014, foi pré-financiado pela operação de empréstimo. A partir de 2015, o serviço da dívida de USD 350 milhões em notas afectas ao Ministério da Defesa será pago com recursos do orçamento, e os restantes USD 500 milhões mantidos na EMATUM serão pagos com os recursos das operações desta.

- Está a ser preparada, com o apoio do Banco Mundial, **uma estratégia para a participação de empresas públicas em projectos infra-estrutura.**

24. Melhoria da monitorização e divulgação de riscos orçamentais. Para ajudar a identificar os riscos orçamentais associados às actividades das empresas públicas, planeamos:

- produzir e publicar um relatório anual do desempenho financeiro global das empresas públicas (com participação estatal de 100% ou maioritária) a tempo do processo de preparação orçamental; e
- requerer a publicação de relatórios anuais e contas auditadas das grandes empresas públicas (inclusivamente as de direito comercial).

POLÍTICAS DO SECTOR FINANCEIRO

A. Fortalecer a Formulação e Implementação de Políticas Monetárias

25. Enquadramento da política monetária. O BM continuará a reforçar o enquadramento da política monetária e a melhorar a capacidade analítica e de comunicação no processo de tomada de decisões referentes à política monetária, incluindo a optimização do modelo de previsão da inflação, com assistência técnica.

26. O BM continuará a realizar reformas das suas Operações de Política Monetária destinadas a melhorar a gestão de liquidez.

- **Partilha de informações e coordenação entre o Ministério das Finanças (MF) e o BM.** Houve progressos na coordenação entre o MF e o BM nos últimos anos para melhorar a gestão de liquidez, o que inclui o fornecimento de dados mensais sobre as estimativas de receita e despesa com um mês de antecedência, mas continuaremos a trabalhar na ampliação dessas revisões das previsões de curtíssimo prazo para um horizonte a mais longo prazo, dentro do quadro do orçamento anual.
- **Gestão do mercado monetário e liquidez de títulos públicos.** As reformas introduzidas em 2013 permitiram a transferência ilimitada de BTs no mercado

secundário e impulsionaram o uso de títulos em transacções entre participantes do mercado. Para 2014, o BM pretende i) otimizar o uso de operações de mercado aberto, ii) reforçar o quadro de previsão de liquidez e iii) manter o trabalho de coordenação com o MF e a Bolsa de Valores para que os BTs sejam aceites como garantia em operações do mercado monetário.

B. Supervisão do Sector Financeiro

27. O BM irá consolidar os seus esforços para otimizar a supervisão do sistema bancário e fortalecer a gestão de crises.

- **Reforço da supervisão do sistema bancário.** Os resultados da nova ronda de testes de esforço mostram que o sistema se mantém resistente a choques sobre o balanço e à fuga de depósitos, mas a concentração da carteira continua a ser a principal ameaça. Os testes de esforço serão realizados trimestralmente e o BM continua a reforçar a recolha de dados, identificada como o principal obstáculo para testes eficazes. Em Janeiro de 2014 o BM reviu a regulamentação dos empréstimos mal parados para incluir um critério de classificação e provisão de créditos que seja comparável a nível internacional.
- **Supervisão com base no risco e adopção de Basileia II.** O BM continuará a realizar uma supervisão baseada no risco de todos os bancos no decorrer do ano de 2014 e a rever as normas sobre os limites de concentração, incluindo os investimentos no estrangeiro. O Acordo de Capital Basileia II foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2014, conforme previsto, após a aprovação e publicação da respectiva regulamentação.¹
- **Plano de Contingência do Sector Financeiro.** O Plano de Contingência do Sector Financeiro foi publicado a 11 de Junho de 2013. Está a ser preparado um manual interno para a sua implementação, e um plano de acção para o exercício de simulação será preparado e aprovado pelo Conselho até ao final de Novembro de 2014 (**indicador de referência estrutural**). Este exercício de simulação será realizado com a assistência técnica do Banco Mundial.
- **Fundo de Garantia de Depósitos (FGD).** Apesar do trabalho do Conselho de Administração do FGD para tornar o Fundo operacional, o processo está atrasado devido à necessidade de rever o total de depósitos de acordo com os desenvolvimentos no sistema bancária em Dezembro de 2013. Com o apoio financeiro do banco alemão KfW, o Governo prevê fazer a sua contribuição para o Fundo até ao fim do terceiro trimestre de 2014, de acordo com o capital inicial aprovado pelo Decreto n.º 49/2010.

¹ Avisos: i) 11-13/GBM/2013 de 31 de Outubro sobre a base de cálculo do capital mínimo exigido para cobrir o risco de crédito, o risco de operacional e o risco de mercado; ii) 14/GBM/2013 de 31 de Outubro sobre os fundos próprios das instituições de crédito; iii) 15/GBM/2013 de 31 de Outubro sobre rácios e limites prudenciais; iv) 19-20/GBM/2013 de 31 de Outubro sobre disciplina de mercado, requisitos de divulgação e processo de revisão de supervisão, respectivamente.

C. Desenvolvimento do Sector Financeiro

28. Em Abril de 2013, o Conselho de Ministros aprovou a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro (EDSF) para 2013-22. Os principais objectivos da EDSF são: i) manter a estabilidade do sector financeiro; ii) alargar o acesso a serviços e produtos financeiros, eliminando os constrangimentos estruturais na economia, especificamente os que limitam a intermediação financeira e o acesso aos serviços financeiros; e iii) aumentar a oferta de capital privado para apoiar o desenvolvimento do sector privado. O trabalho de divulgação está em curso. Foi constituído um comité de pilotagem interinstitucional para monitorizar a implementação da EDSF, inclusivamente baseado em metas de desempenho trimestrais para os diferentes órgãos envolvidos. As autoridades planeiam criar uma unidade de coordenação técnica dentro em breve.

- **Promoção da inclusão financeira.** O BM está a desenvolver uma Estratégia Nacional de Inclusão Financeira para que este pilar seja implementado na EDSF. Um projecto será preparado até ao fim de Dezembro de 2014.
- **Estabelecimento de centrais de registo de crédito (CRC).** A lei sobre a criação de centrais privadas de registo de crédito foi submetida à Assembleia da República em Fevereiro de 2014 (**indicador de referência estrutural**). O BM irá preparar o regulamento para implementar a Lei seis meses após a sua aprovação.
- **Promoção de serviços de banca móvel.** Uma equipa de trabalho no BM está a redigir as normas que regem os serviços bancários móveis, e prevê-se que estas estejam concluídas em Junho de 2014. Foram propostas duas normas, as quais estão em discussão:
 - i) procedimentos para o fornecimento de produtos e serviços de pagamento electrónico e
 - ii) protecção de fundos resultantes da emissão de moeda electrónica. O BM também aprovou a norma para Cartões Bancários e concluiu o Memorando de Entendimento que será celebrado com o Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique. As normas estão em discussão com todos os interessados, incluindo bancos, *Mkesh* e *M-pesa* (as instituições que actualmente emitem moeda electrónica).
- **Promoção da concorrência no sector bancário.** A revisão do Aviso 05/GBM/2009, de 10 de Junho, está em curso e será concluída no fim de Outubro de 2014. O seu objectivo é promover a transparência de preços e comissões de serviços e produtos financeiros.
- **Desenvolvimento dos mercados de capital.** No ano de 2013, foi implementado um programa de educação financeira da Bolsa de Valores, que inclui: i) visitas e apresentações a empresas que são candidatas potenciais a entrar na bolsa (grandes empresas, mas também as pequenas e médias); ii) edição da compilação de regras e normas dos mercados de capital. Planeamos manter estes esforços em 2014, com foco nas pequenas e médias empresas.

- **Centralização do registo de títulos detidos.** A Central de Depósito de Títulos deverá começar a funcionar até Junho de 2014. Este órgão irá otimizar a eficiência do mercado.
- **Fortalecimento do quadro de insolvência bancária e do quadro de garantias mobiliárias.** A base jurídica para os processos de insolvência foi estabelecida com a publicação, a 29 de Abril de 2013, da legislação sobre assistência de liquidez de emergência, cujo objectivo é ajudar as instituições que captam depósitos e orientar a sua intervenção na mitigação de riscos sistémicos. O BM assumiu a liderança ao redigir um Projecto de Lei das Garantias Mobiliárias, que deverá ser submetido ao Conselho de Ministros até ao fim de Dezembro de 2014 (**indicador de referência estrutural**). Devido à complexidade inesperada deste assunto, o estabelecimento do registo de garantias mobiliárias deverá ser adiado para o fim de Junho de 2015.

COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

29. Enquadramento CBC/FT. A Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e Repressão ao Financiamento de Terrorismo foi aprovada em Agosto de 2013 e a redacção da respectiva regulamentação foi concluída e submetida ao Conselho de Ministros em Março de 2014. A preparação, por parte do BM, das directrizes para os bancos comerciais sobre o Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento de Terrorismo está igualmente num estado avançado e as directrizes serão harmonizadas assim que a regulamentação da Lei de CBC/FT for aprovada. A revisão da Lei n.º 14/2007, que estabelece o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique, foi submetida ao Conselho de Ministros para aprovação em Março de 2014.

- **Existe necessidade de assistência técnica para a qualificação dos recursos humanos** (analistas do GIFiM, Polícia de Investigação Criminal, Magistrados Judiciais e Ministério Público), em matéria de crimes financeiros e económicos e branqueamento de capitais. A assistência técnica adicional será discutida com a missão do Departamento Jurídico do FMI marcada para Maio de 2014. Também esperamos receber assistência por parte do Grupo Anti-branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (ESAAMLG).

E. Sistema de Pagamentos

30. O BM prosseguirá com as Reformas no Sistema de Pagamentos.

- **Aperfeiçoamento das práticas de supervisão do BM.** O Manual de Supervisão foi aprovado pelo Conselho do BM em Maio de 2013 e será publicado assim que for sancionado pelo Departamento Jurídico. A revisão da *Norma de Compensação e Liquidação Interbancária* foi aprovada e publicada no Aviso 17/GBM/2013, de 31 de Dezembro de 2013. A recém-criada Unidade de Supervisão realizará inspecções *in loco* e emitirá um relatório mensal sobre o sistema de pagamentos para o Conselho do BM; o primeiro relatório anual de supervisão está a ser preparado e será concluído até ao fim de Novembro de 2014 (**indicador de referência estrutural**). Em 2014, o BM realizará uma inspecção *in loco* do operador bancário móvel com o objectivo de verificar o grau de cumprimento das

recomendações da inspecção realizada em 2012. Iremos gerar alguns indicadores de liquidez e risco de crédito deste sistema de pagamentos. Adicionalmente, durante a segunda metade de 2014 o BM irá introduzir gradualmente os Princípios para as Infraestruturas dos Mercados Financeiros emitidos pelo BIS em 2012, com apoio da assistência técnica.

- **Desenvolvimento da rede SIMO de pagamentos a retalho, partilhada pelo BM e pelos bancos comerciais.** Três bancos comerciais conectaram-se à rede SIMO e um outro está em fase de testes. A previsão é que até Junho de 2014, três dos quatro maiores bancos de Moçambique estarão ligados à rede SIMO. Os outros bancos, incluindo um grupo de dez bancos que partilham a rede Ponto 24, migrarão oportunamente, de acordo com o seu MdE celebrado com o BM.

F. Boa Governação e Ambiente de Negócios

31. Pacote anticorrupção. O pacote anticorrupção é composto por cinco leis. Os Códigos Penal e de Processo Penal foram submetidos à Assembleia da República em 2011 e continuam a ser objecto de discussão. Após a aprovação da *Lei Anticorrupção*, foi elaborado um projecto de *Plano de Acção* para a implementação efectiva da mesma, que se prevê será submetido Conselho de Ministros em Maio de 2014.

32. Melhoria do ambiente de negócios. O Governo aprovou os seguintes instrumentos para assegurar uma melhoria no ambiente de negócios de modo a atrair investimentos para o país:

- **Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN II 2013-2017).** Este documento pretende descentralizar as responsabilidades e simplificar os procedimentos a fim de acelerar o processo de abertura de um negócio; o Governo espera adoptar um sistema para monitorizar a implementação das acções contidas na EMAN II e vários sistemas estão a ser estudados para este fim.
- Aprovação pelo Conselho de Ministros do Formulário Único que uniformiza os processos de registo de empresas, licenciamento de actividades económicas, a obtenção do NUIT, a declaração de início de actividade, a obtenção do horário de trabalho e do registo de empregados no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). Estas medidas reduzirão consideravelmente o tempo e o custo para abrir uma empresa.
- Aprovação pelo Conselho de Ministros das novas normas para o Licenciamento de Actividades Industriais. Este instrumento reduz tempo, processos e custos e descentraliza a competência pelo licenciamento de micro, pequenas e médias empresas para as autarquias locais, os Balcões de Atendimento Único (BAU) e os governadores provinciais, respectivamente.
- Lançamento da fase piloto da plataforma electrónica de registo e licenciamento de serviços (e-BAU) nas províncias de Gaza, Inhambane, Sofala, Nampula, Cabo Delgado e

na Cidade de Maputo, o que permitirá que os BAU informatizem as actividades de licenciamento abrangidas pelos regimes simplificado, comercial, industrial e turístico. Até Setembro de 2014, esta plataforma abrangerá os serviços de atribuição de NUIT, declaração de início de actividade, registo de pessoa colectiva, autorização de horário de trabalho e registo de trabalhadores no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

G. Monitorização do Programa

33. Os critérios de avaliação propostos e as metas indicativas para Dezembro de 2014 são apresentados na Tabela 1. A Tabela 2 contém uma lista de indicadores de referência estruturais propostos. A terceira avaliação do PSI deverá ser concluída até ao fim de Dezembro de 2014 e a quarta até ao fim de Junho de 2015.

Tabela 1 do MPEF. Moçambique: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas no âmbito do PSI de 2013-16 ¹
(Milhões de meticais, salvo indicação em contrário)

	2013								2014			2014		
	Metas indicativas fim de Set.				Critérios de avaliação fim de Dezembro				Metas indicativas fim de Mar.	Critérios de avaliação fim de Jun.	Critérios de avaliação fim de Jun.	Meta indicativa fim de Set.	Critérios de avaliação fim de Dez.	
	Prog.	Ajust.	Efect.	Situação	Prog.	Ajust.	Efect.	Situação	Programa			Proposto		
Critérios de avaliação para o final de Junho/Dezembro														
Crédito líquido ao governo central (tecto cumulativo)	1.504	4.497	-24.847	C	-12.242	-9.473	-17.368	C	889	-3	-7.985	-13.721	-2.954	
Stock da base monetária (tecto)	43.817	43.817	43.187	C	47.493	47.493	46.470	C	45.100	48.023	48.023	50.689	54.370	
Stock das reservas internacionais líquidas do BM (piso, milhões de USD)	2.621	2.521	2.856	C	3.061	2.969	2.995	C	2.961	3.036	3.107	3.188	3.397	
Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, o BM ou estatais seleccionadas, com vencimento igual ou superior a um ano (tecto cumulativo durante a vigência do programa, milhões de USD) ^{2,3}	1.200	1.200	895	C	1.200	1.200	926	C	1.200	1.200	1.500	1.500	1.500	
Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central (tecto) ²	0	0	0	C	0	0	0	C	0	0	0	0	0	
Atrasados de pagamentos externos do governo central (tecto, milhões de USD) ²	0	0	0	C	0	0	0	C	0	0	0	0	0	
Metas indicativas														
Receita pública (piso cumulativo)	81.891	81.891	98.685	C	126.285	126.285	126.589	C	25.519	58.036	75.365	112.616	143.957	
Despesas prioritárias (piso cumulativo)	76.041	76.041	68.498	NC	117.617	117.617	102.120	NC	20.686	45.244	46.299	80.738	121.294	

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ As definições e os factores de ajuste são apresentadas na secção "Monitoria do Programa" do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando Técnico de Entendimento.

² Avaliado em base contínua.

³ Relativamente à meta para o final de Junho de 2014, a mesma entrará em vigor à data da aprovação pelo Conselho do FMI da segunda avaliação do acordo PSI.

Tabela 2 do MPEF. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais para 2014

Indicadores de Referência Estruturais	Data de implementação	Ponto da situação
Submissão à Assembleia da República da proposta de lei sobre a criação das centrais privadas de registo de crédito (parágrafo 37 do MPEF de 7 de Junho de 2013 e parágrafo 30 do MPEF de 20 de Dezembro de 2013).	Fim de Fevereiro de 2014	Cumprido
O Governo irá finalizar o processo de validação do stock de pedidos de reembolso do IVA pendentes desde finais de Dezembro de 2013 e encaminhará uma nota ao corpo técnico do FMI (parágrafo 16 do MPEF de 20 de Dezembro de 2013).	Fim de Março de 2014	Não cumprido (implementado com atraso)
O Governo irá finalizar a extensão do pagamento de salários por via bancária directa a todas as instituições abrangidas pelo e-CAF e com acesso directo ao e-SISTAFE (parágrafo 14 do MPEF de 20 de Dezembro de 2013).	Fim de Março de 2014	Cumprido
O Ministério da Planificação e Desenvolvimento irá aprovar, e partilhar com o corpo técnico do FMI, um PII revisto com informações financeiras de projectos cujo financiamento está garantido e um resumo dos projectos para informar a ASD, o CFMP e o orçamento (parágrafo 15 do MPEF de 20 de Dezembro de 2013 e parágrafo 14 do presente MPEF).	Fim de Junho de 2014	
O Governo irá apresentar as cobranças do IVA em base líquida na documentação do orçamento de 2015 (parágrafo 16 do MPEF de 20 de Dezembro de 2013 e parágrafo 16 do presente MPEF).	Fim de Outubro de 2014	
O Governo irá finalizar e operacionalizar a aplicação informática para o pagamento do IVA e ISPC via bancos (parágrafo 16 do MPEF).	Fim de Outubro de 2014	Modificado
O Conselho do BM irá aprovar o plano de acção para o exercício de simulação relativo ao Plano de Contingência do Sector Financeiro (parágrafo 28 do MPEF de 20 de Dezembro de 2013 e parágrafo 27 do presente MPEF).	Fim de Novembro de 2014	
O BM irá lançar o primeiro relatório anual de fiscalização do sistema de pagamentos (parágrafo 34 do MPEF de 20 de Dezembro de 2013 e parágrafo 30 do presente MPEF).	Fim de Novembro de 2014	
O Governo irá proceder ao pagamento ou securização do stock de pedidos verificados de reembolso do IVA submetidos até ao final de 2013 (parágrafo 16 do MPEF).	Fim de Dezembro de 2014	Proposto
O Governo irá instituir um registo de garantias móveis (parágrafo 30 do MPEF de 20 de Dezembro de 2013 e parágrafo 28 do presente MPEF).	Fim de Dezembro de 2014	

Anexo 2 — Memorando Técnico de Entendimento

23 de Abril de 2014

1. O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) define os critérios de avaliação quantitativos, as metas indicativas e os indicadores de referência estruturais que servirão de base para a monitoria da implementação do programa apoiado pelo FMI no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). Para além disso, o MTE estipula os termos e prazos para a transmissão dos dados de que os técnicos do FMI necessitam para monitorizar a implementação do programa.

DEFINIÇÕES

A. Crédito líquido ao governo central

2. Define-se o crédito líquido do sistema bancário ao governo central (CLG) como a diferença entre o saldo do crédito bancário ao governo central e os depósitos do governo central no sistema bancário, excluídos os depósitos em contas de projectos no sistema bancário, os títulos de recapitalização emitidos ao Banco de Moçambique (BM), e a comissão de assinatura dos acordos para a exploração de recursos minerais. O crédito abrange os empréstimos bancários, os adiantamentos concedidos ao governo central e os haveres na forma de títulos públicos e livranças. O CLG será calculado com base nos dados dos balanços patrimoniais da autoridade monetária e dos bancos comerciais em conformidade com a síntese monetária. Os limites à variação do CLG serão aplicados cumulativamente, a partir do final de Dezembro do ano transacto.

3. O governo central abrange todas as instituições cujas receitas e despesas sejam incluídas no Orçamento do Estado: ministérios do governo central, órgãos sem autonomia financeira e a administração das 11 províncias. Embora os governos locais (43 autarquias) sejam excluídos desta definição por serem independentes, parte da sua receita é registada no orçamento do Estado como transferências aos governos locais.

4. Para os fins do programa, os desembolsos líquidos da linha de crédito não concessional do governo português são excluídos do critério de avaliação do CLG, pois a despesa correspondente não se enquadra na definição do governo central especificada no parágrafo 3.

B. Receita pública e financiamento

5. A definição da receita engloba todos os recebimentos da Direcção Geral dos Impostos (DGI) e da Direcção Geral das Alfândegas (DGA), bem como todas as receitas não fiscais, inclusivamente algumas receitas próprias geradas pelos distritos e alguns ministérios sectoriais, conforme definido no orçamento. A receita é a receita bruta, líquida dos pedidos verificados de reembolsos solicitados do IVA. O produto líquido da privatização recebido pela Direcção Nacional do Património do Estado e os lucros não realizados transferidos pelo banco central

para o tesouro não serão considerados como receita (acima da linha), sendo contabilizados como outro financiamento interno (abaixo da linha).

6. Para fins de monitoria do programa, considera-se que a receita é arrecadada no momento em que é recebida pelas repartições das finanças pertinentes, em dinheiro ou em cheque, ou ainda através de transferência para a conta bancária respectiva.

C. Despesa social prioritária

7. A despesa social prioritária baseia-se nas categorias programáticas do PARPA, que foram alargadas para incorporar todas as áreas no contexto do novo PARP. Portanto, incluirá a despesa total nos seguintes sectores: i) educação, ii) saúde, iii) HIV/SIDA, iv) desenvolvimento das infra-estruturas, v) agricultura, vi) desenvolvimento rural, vii) governação e sistema judicial e viii) acção social, trabalho e emprego.

D. Base monetária

8. Para fins da monitoria do programa, a base monetária é definida como a soma da emissão de moeda pelo BM e os haveres dos bancos comerciais no BM. A meta é definida em termos da média dos stocks, ao final do dia, no mês da data de teste. O stock da base monetária será monitorizado e reportado pelo BM.

E. Reservas internacionais líquidas

9. As reservas internacionais líquidas (RIL) do BM são definidas como os activos de reserva menos os passivos de reserva. Os activos de reserva do BM incluem: a) ouro monetário; b) haveres em DSE; c) posição de reserva no FMI; d) haveres em divisas e e) activos sobre não residentes, como depósitos no estrangeiro (exclui as contas de poupança do governo central relativas às concessões para a extracção de recursos minerais). Os activos de reserva excluem os activos dados em garantia ou penhorados, os quais compreendem, entre outros, os activos utilizados como garantia de obrigações externas de terceiros (activos não prontamente disponíveis). Os passivos de reserva do BM incluem: a) todos os passivos de curto prazo em moeda estrangeira com não residentes com vencimento original de até um ano e b) todas as obrigações com o FMI.

F. Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, pelo BM ou por empresas públicas seleccionadas com vencimento superior a um ano

10. O limite máximo (tecto) da dívida externa não concessional aplica-se à dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, o BM, o Fundo Rodoviário, o Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água (FIPAG), a Electricidade de Moçambique (EDM) e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), ou por empresas e órgãos nas quais as entidades acima referidas detêm participação maioritária. Aplica-se também à dívida contraída por estas quatro entidades do sector público junto a bancos nacionais ou outras empresas públicas que esteja contratualmente inter-relacionada com empréstimos externos não concessionais.

11. O tecto aplica-se à dívida externa com vencimento original de um ano ou mais e elemento de concessionalidade inferior a 35%. O elemento de concessionalidade é calculado utilizando uma taxa de desconto de 5%.

12. O termo 'dívida' terá o sentido especificado no Ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas em 3 de Agosto de 1979 e posteriormente modificadas em 31 de Agosto de 2009, que vigora desde 1 de Dezembro de 2009. O conceito de dívida externa é definido com base no país de residência do credor. Este critério de avaliação é definido cumulativamente a partir do início do programa e será monitorizado continuamente.

G. Stock da dívida externa de curto prazo contraída ou garantida pelo governo central

13. O governo central não contrairá ou garantirá dívida externa com vencimento original inferior a um ano. Este critério de avaliação aplica-se à dívida conforme definida no Ponto 9 das Directrizes sobre os Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa, adoptadas em 3 de Agosto de 1979 e posteriormente modificadas em 31 de Agosto de 2009, que vigora desde 1 de Dezembro de 2009. O conceito de dívida externa é definido com base no país de residência do credor. Excluem-se deste critério de avaliação os créditos comerciais de curto prazo ligados às importações. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

H. Atrasados de pagamentos externos do governo central

14. O Governo compromete-se a não incorrer em atrasados de pagamentos sobre a dívida externa contraída ou garantida pelo governo central, com excepção dos pagamentos externos em atraso decorrentes da dívida do governo central que está em processo de renegociação com os credores. Este critério de avaliação será monitorizado continuamente.

I. Assistência financeira externa ao programa

15. Define-se a assistência financeira externa ao programa como os donativos e os empréstimos recebidos pelo Ministério das Finanças através das contas do BM, excluídos os relacionados a projectos (Tabela 1).

J. Pagamentos efectivos do serviço da dívida externa

16. Definem-se os pagamentos efectivos do serviço da dívida externa como os pagamentos em numerário de obrigações do serviço da dívida externa do governo central e do banco central, inclusivamente as obrigações com os credores do Clube de Paris e outros credores bilaterais que foram reescaloadas nas condições vigentes no ponto de conclusão da Iniciativa HIPC reforçada e as obrigações com os credores multilaterais e credores privados, mas excluídas as obrigações com o FMI (Tabela 1).

FACTORES DE AJUSTE

A. Reservas internacionais líquidas

17. As metas quantitativas (pisos) para as reservas internacionais líquidas (RIL) serão ajustadas:

- para menos pelo montante da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao máximo de USD 100 milhões), em comparação com o cenário de base do programa (Tabela 1);
- para mais pelo montante de receitas extraordinárias com a tributação das mais-valias (para além dos montantes programados) arrecadadas durante a vigência do programa e que ultrapassem os USD 30 milhões, menos i) os pagamentos para além do programado relativos aos pedidos de reembolso do IVA, e ii) qualquer outra operação de redução da dívida frente ao sector não bancário interno (Tabela 2);
- para menos/para mais para acompanhar quaisquer revisões nos números do final do ano fiscal correspondentes ao ano transacto, e
- para menos para acomodar a elevação das despesas públicas com financiamento externo para fazer face a calamidades naturais, até ao montante de USD 20 milhões.

B. Crédito líquido ao governo central

18. As metas quantitativas (tectos) para o crédito líquido ao governo central (CLG) serão ajustadas:

- para mais pelo montante em meticais da insuficiência da ajuda externa ao programa, menos os pagamentos do serviço da dívida (até ao equivalente em meticais do montante de USD 100 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de teste), em comparação ao cenário de base do programa (Tabela 1);
- para menos pelo montante de receitas extraordinárias com a tributação das mais-valias (para além dos montantes programados) arrecadadas durante a vigência do programa e que ultrapassem os USD 30 milhões, menos i) os pagamentos para além do programado relativos aos pedidos de reembolso do IVA, e ii) qualquer outra operação de redução da dívida frente ao sector não bancário interno (Tabela 2);
- para menos pelo montante do produto da privatização acima do previsto no programa, salvo se este produto for depositado nas contas de poupança do Governo no estrangeiro;
- para menos (mais) em função de qualquer aumento (diminuição) no financiamento interno proveniente do sector privado não financeiro, (Tabela 2) e
- para mais para acomodar a elevação da despesa pública com financiamento interno para fazer face a calamidades naturais, até ao equivalente em meticais do montante de USD 20 milhões, às taxas de câmbio em vigor nas respectivas datas de teste.

C. Base monetária

19. O tecto para a base monetária para cada data de teste será ajustado para menos/para mais de modo a reflectir acréscimos/decréscimos na reserva legal obrigatória sobre os passivos nos bancos comerciais. O factor de ajuste será calculado como a alteração no coeficiente da reserva obrigatória multiplicado pelo montante dos passivos dos bancos comerciais sujeitos a tal reserva, considerado ao final do período de manutenção da reserva obrigatória anterior à alteração do regulamento.

D. Receita pública

20. As metas quantitativas (pisos) para a receita pública serão ajustadas para mais pelo montante de receitas extraordinárias com a tributação das mais-valias (para além dos montantes programados) arrecadadas durante a vigência do programa e que ultrapassem os USD 30 milhões (Tabela 2).

DEVERES DE INFORMAÇÃO

21. O Governo fornecerá as seguintes informações aos técnicos do FMI:

- dados mensais e trimestrais necessários para monitorizar a implementação do programa em relação às metas quantitativas e à evolução do conjunto da economia;
- actualização semanal dos dados diários descritos na Tabela 1;
- dados semanais descritos na Tabela 4 do MTE datado de 26 de Maio de 2005;
- actualizações mensais do fluxo de caixa em divisas do BM;
- dados mensais sobre a receita pública (com nível de desagregação compatível com o mapa fiscal) com um desfasamento não superior a um mês;
- dados mensais sobre os pedidos verificados de reembolso do IVA;
- informações mensais sobre o saldo das contas de poupança do governo no estrangeiro;
- dados mensais sobre os atrasados de pagamentos internos;
- dados mensais sobre os atrasados de pagamentos externos;
- relatórios mensais de execução orçamental (que também serão publicados) com um desfasamento não superior a 45 dias;
- o mapa fiscal, com um desfasamento não superior a 60 dias;
- dados mensais da síntese monetária com um desfasamento não superior a 30 dias;
- dados mensais sobre as reservas internacionais brutas, com a composição nas moedas originais e o equivalente em dólares norte-americanos, às taxas de câmbio efectivas;
- dados trimestrais da balança de pagamentos com um desfasamento não superior a 65 dias;

- os desembolsos mensais da linha de crédito não concessional do governo português, com um desfasamento não superior a 30 dias.

22. A síntese monetária disponibilizada pelo BM identificará claramente os depósitos referentes a projectos financiados por doadores (com a desagregação em moeda nacional e moeda estrangeira) incluídos na rubrica “crédito líquido ao governo” dos balanços patrimoniais do banco central e dos bancos comerciais.

23. O Governo fornecerá aos técnicos do FMI a documentação sobre acordos de financiamento externo tão logo estes sejam assinados e entrem em vigor.

Tabela 1 do MTE. Moçambique: Assistência Externa Líquida, 2014

	2014			
	T1	T2	T3	T4
	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Assistência externa líquida ao programa (milhões de USD)	24	-18	84	216
Assistência externa bruta ao programa	76	41	146	275
Donativos em apoio ao programa	76	41	146	10
Empréstimos em apoio ao programa	0	0	0	266
Serviço da dívida externa	52	59	62	59
Assist. externa líq. acumul. ao programa, em milhões de USD	24	5	89	305
Assistência externa bruta ao programa	76	116	262	537
Serviço da dívida externa	52	111	173	232
Assistência externa líquida ao programa (milhões de MT)	713	-564	2.612	6.822
Assistência externa bruta ao programa	2.286	1.244	4.533	8.693
Donativos em apoio ao programa	2.286	1.244	4.533	306
Empréstimos em apoio ao programa	0	0	0	8.388
Serviço da dívida externa	1.574	1.808	1.921	1.871
Assist. externa líq. acumulada ao progr., em milhões de MT	713	149	2.761	9.583
Assistência externa bruta ao programa	2.286	3.530	8.063	16.757
Serviço da dívida externa	1.574	3.381	5.302	7.174

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Tabela 2 do MTE. Moçambique: Pedidos e Reembolsos Programados do IVA, 2014

	T1	T2	T3	T4	Total
Receitas extraord. do imposto sobre mais-valias, em milhões de MT	16.064	0	0	0	16.064
Receitas extraord. do imposto sobre mais-valias, em milhões de USD	520	0	0	0	520
Reembolsos do IVA orçados, em milhões de MT	1.125	1.125	1.125	1.125	4.500
Reembolsos do IVA orçados, em milhões de USD	37	37	36	36	146
Redução dos reembolso do IVA em atraso, em milhões de MT	0	0	0	0	0
Redução dos reembolso do IVA em atraso, em milhões de USD	0	0	0	0	0



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

25 de Abril de 2014

RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO SOBRE A SEGUNDA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA — ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA (ASD)

Aprovado por
**David Robinson e Ranil
Salgado (FMI) e Jeffery D.
Lewis e Marcelo Giugale
(AID)**

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)

A presente análise de sustentabilidade da dívida (ASD) actualiza a ASD conjunta FMI/AID de Junho de 2013.² Moçambique continua a apresentar um risco moderado de sobreendividamento no que tange à dívida externa pública: desde a última ASD, houve um volume significativo de novos empréstimos não concessionais e a taxa de desconto foi actualizada de 3% para 5%, mas os principais indicadores permanecem abaixo dos limiares no cenário de base. Embora o corpo técnico concorde com as autoridades que o investimento público é importante para o desenvolvimento e precisará ser financiado, pelo menos em parte, por empréstimos não concessionais, o possível aumento dos riscos para a sustentabilidade da dívida deve ser contido mediante uma moderação do endividamento externo público em comparação com o

² A ASD apresentada neste documento baseia-se na estrutura padrão da ASD dos países de baixo rendimento. Ver "*Staff Guidance Note on the Application of the Joint Fund-Bank Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*"

(<http://www.imf.org/external/pp/longres.aspx?id=4827>) e Relatório do Banco Mundial n.º ACS6956, de 23/10/2013). Segundo os critérios de Avaliação Institucional e de Políticas (CPIA) do Banco Mundial, Moçambique é classificado como um país de desempenho médio, embora esteja próximo do limiar de 3,75 que o separa dos países de forte desempenho, com uma pontuação média de 3,71 no período 2010–12; a presente ASD utiliza os limiares indicativos que se aplicam aos países de desempenho médio.

seu ritmo recente e por meio de novas melhorias da capacidade de gestão da dívida e planeamento dos investimentos. *Como a dívida pública é maioritariamente externa, a evolução dos indicadores do total da dívida pública espelha a evolução da dívida externa pública. Acredita-se que a dívida externa privada venha a adquirir importância crescente, impulsionada pelo investimento no sector de gás natural, e que até ao final desta década passe a representar a maior parte da dívida externa. As autoridades concordam, de modo geral, com as perspectivas e a apresentação da ASD, e tiveram os seus comentários técnicos levados em conta.*

II. PRESSUPOSTOS SUBJACENTES À ASD

32. A presente ASD é coerente com o enquadramento macroeconómico descrito no Relatório do Corpo Técnico sobre a Segunda Avaliação no âmbito do PSI (Caixa 1). Em comparação à ASD anterior,³ as principais alterações na presente ASD são as seguintes:

- a. O quadro macroeconómico a médio prazo foi actualizado, mas é semelhante ao da última ASD** (Tabela de Texto 1). O crescimento económico abrandou em 2013 por causa das cheias ocorridas no início do ano, que provocaram danos à produção agrícola e às infra-estruturas de transportes. É de esperar uma rápida recuperação do crescimento e a sua aceleração no médio prazo, à medida que a agricultura se recupera, as indústrias extractivas se expandem e os investimentos em infra-estruturas se concretizam. O défice orçamental foi menor em 2013, entre outros factores por causa das receitas auferidas com a tributação das mais-valias. A previsão para o défice da conta corrente é de manutenção na faixa de 39% a 41% do PIB no médio prazo, como reflexo do volume significativo de importações de bens e serviços relacionadas ao desenvolvimento dos sectores de gás e carvão. Estas importações são financiadas, principalmente, por IDE não gerador de dívida.

Tabela de Texto 1: Evolução de indicadores económicos seleccionados entre as actualizações da ASD

	2012	2013	2014	2015	2016
			Projeções		
Crescimento do PIB real (%)					
ASD anterior	7,4	7,0	8,5	8,5	8,0
ASD actual	7,2	7,1	8,3	8,2	8,2
PIB nominal (milhões de USD)					
ASD anterior	14,2	14,7	16,0	17,9	20,1
ASD actual	14,3	15,3	17,1	18,7	20,8
Défice fiscal global (% do PIB)					
ASD anterior	4,2	6,7	7,2	6,7	6,7
ASD actual	4,1	2,8	9,2	7,5	6,6
Défice da conta corrente (% do PIB)					
ASD anterior	36,5	39,9	41,3	41,4	39,8
ASD actual	45,4	39,5	46,9	47,0	43,8
IDE (% do PIB)					
ASD anterior	36,6	32,2	25,8	20,8	18,9
ASD actual	20,7	36,5	33,0	28,6	26,4
Uso do tecto de ENC (% do PIB)					
ASD anterior	0,8	2,4	2,5	1,6	1,3
ASD actual	0,8	7,8	2,4	1,9	1,7
Desemb. no âmbito da LPT (% do PIB) 1/					
ASD anterior	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2
ASD actual	0,4	0,2	0,3	0,2	0,2

1/ Linha de crédito portuguesa.

³ Ver o Relatório do FMI n.º 13/200.

Caixa 1. Pressupostos macroeconómicos para 2014–34

Os pressupostos de médio prazo do cenário de base para 2014-34 são coerentes com o quadro macroeconómico que fundamenta o Relatório do Corpo Técnico sobre a Segunda Avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica.

O crescimento do PIB real deverá ser de cerca de 8%, em média, no mais longo prazo. A expectativa é que o crescimento acelere a médio prazo, apoiado pela recuperação na produção agrícola, expansão da extracção do carvão e investimentos em infra-estruturas, inclusive em apoio às exportações de carvão e à produção de GNL. O aumento acentuado do crescimento em 2020 reflecte o pressuposto da entrada em funcionamento do primeiro “terminal” de gás natural liquefeito e as respectivas exportações naquele ano. No longo prazo, o crescimento será sustentado pelo forte aumento da população activa, investimento contínuo em infra-estruturas e respectivos ganhos de produtividade. Entre os riscos para o crescimento figuram a não materialização dos benefícios advindos dos investimentos públicos e privados, o que limitaria os ganhos de produtividade, e a possibilidade de efeitos da chamada “doença holandesa”.

Sector do GNL. Presume-se que a construção das plantas de GNL ocorrerá no período 2014–22. A projecção tem como base uma planta de tamanho moderado, formada por quatro terminais. Um terminal deve iniciar a produção em 2020, seguido por um segundo terminal em 2021; o terceiro e o quarto terminais iniciarão a produção em 2023. O investimento total é estimado em USD 40 mil milhões. O contributo do sector para o PIB deve ser pequeno durante a fase de construção, devido a um elevado conteúdo de importações. A produção anual de GNL ascenderá a 20 milhões de toneladas em 2023, um contributo de mais de 20% para o PIB nominal de então.

A inflação dos preços no consumidor deve permanecer na meta de 5% a 6% no médio prazo, conforme estabelecida pelas autoridades.

O crescimento das exportações deve estabilizar em torno dos 4% ao ano no longo prazo, com a estabilização das exportações de carvão e GNL. No curto prazo, verifica-se uma acentuada variação das taxas de crescimento das exportações como resultado dos grandes projectos de desenvolvimento de carvão e GNL. De destacar que a taxa de crescimento das exportações chega a quase dobrar em 2020-23 devido ao início das exportações do GNL.

As importações devem apresentar saltos bruscos no período 2014-17, durante a etapa de construção da planta de GNL; contudo, no longo prazo, este crescimento deve estabilizar em cerca de 7% a 8% ao ano.

O défice da conta corrente externa excl. juros deve subir para mais de 40% do PIB no médio prazo, impulsionado sobretudo pelas importações relacionadas ao GNL. O défice será financiado principalmente através de IDE e empréstimos externos privados e, no longo prazo, deverá registar uma média de 14% do PIB à medida que as exportações de carvão crescerem em paralelo à capacidade de transporte e que comecem as exportações de GNL.

O défice orçamental primário excl. juros deve aumentar em 2014, como reflexo de um orçamento expansionista num ano de eleição, incluindo uma despesa pontual em segurança marítima (2,1% do PIB). O saldo orçamental melhoraria no médio a longo prazo à medida que continuam os esforços de arrecadação, a massa salarial e os investimentos públicos recuam gradualmente para níveis mais sustentáveis e outras despesas correntes não relacionadas a juros caem como percentagem de um PIB em franca aceleração. O início da produção de GNL deve contribuir para novas melhorias no saldo orçamental para além de 2020.

- b. Uma revisão do perfil de investimento público e endividamento externo.** O endividamento não concessional foi consideravelmente mais alto em 2013 do que o projectado anteriormente devido à garantia, por parte do Estado, das Notas de Participação em Empréstimos no montante de USD 850 milhões (6% do PIB) emitidas pela recém-criada EMATUM. Com isto, o total do endividamento não concessional em 2013 ascendeu a quase 8% do PIB. Os demais desembolsos projectados de dívida concessional e não concessional são semelhantes aos analisados na ASD anterior (Tabela de Texto 2).

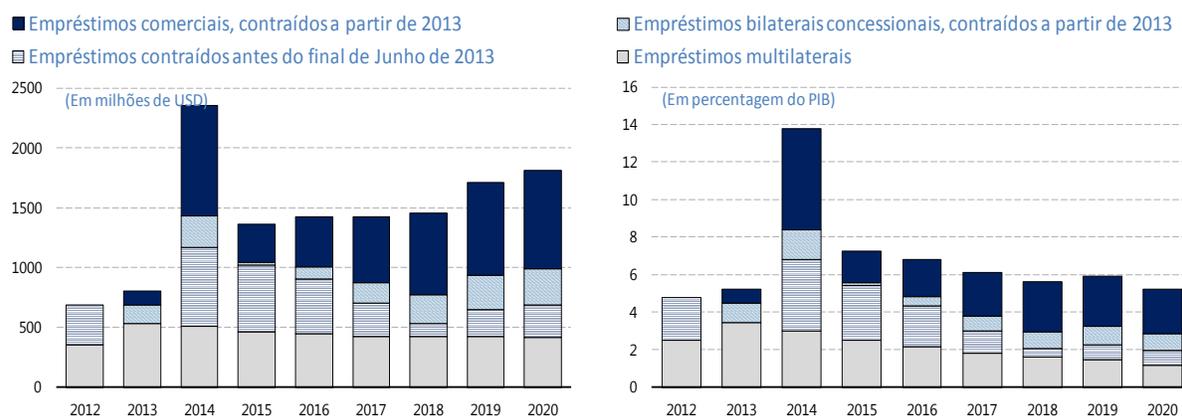
• **Tabela de Texto 2. Empréstimos não concessionais contraídos e em perspectiva 2013-2014**

	Data de assinatura	Montante (milhões USD)	Antes da 2a. aval.	Antes do final de 2014
Total de empréstimos não concessionais		1.454	926	528
Brasil				
Aeroporto de Nacala (Reforço)	Julho de 2013	45	45	
Transportes Públicos Maputo-Matola	Prevista para o final de 2014	135		135
Zona Franca Industrial de Nacala	Prevista para o final de 2014	40		40
Barragem de Moamba Major	Prevista para o final de 2014	353		353
Índia				
Porto da Beira - terminais, tanques de armazenagem, etc.	Dezembro de 2013	31	31	
EMATUM*	Setembro de 2013	850	850	

* Garantia pública.

-
- c. Um elemento concessional revisto para as condições de financiamento no médio prazo.** Na última ASD, pressupôs-se que o elemento concessional dos novos empréstimos sofreria um declínio acentuado nas próximas duas décadas. O padrão geral é semelhante na presente ASD (em vista do declínio da disponibilidade de financiamento de doadores tradicionais no longo prazo, supõe-se que o governo dependerá cada vez mais de empréstimos comerciais), mas o financiamento através de donativos em relação ao PIB é algo superior no curto prazo em reflexo da actualização das informações dos doadores.

Figura de Texto 1. Trajectória de desembolsos da dívida externa do sector público



- d. Os stocks da dívida do sector privado e os empréstimos de médio prazo foram revistos em alta.** A dívida externa privada está estimada em 24% do PIB em 2013 e deve subir, com o financiamento da construção da capacidade de liquefacção do gás natural, para cerca de 90% em 2019. Contudo, cairá para 44% até 2024, quando o GNL for exportado e os empréstimos privados forem amortizados. A acumulação é significativa e poderia constituir um risco se os benefícios advindos dos respectivos investimentos não se materializarem.⁴
- e. O aumento da taxa de desconto da ASD, de 3% há um ano para 5%** nesta ASD, resulta num rácio mais baixo entre o valor actual (VA) da dívida pública e o endividamento na presente ASD em comparação ao anterior. Contudo, com as revisões do rácio entre a dívida privada e o endividamento, a dívida global agora é ligeiramente mais alta no médio prazo do que na última ASD.

III. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

33. O total da dívida externa deve aumentar rapidamente ao longo desta década, como reflexo, sobretudo, dos investimentos do sector privado no sector do gás natural.

A expectativa é que a dívida externa (pública e privada) atinja um máximo de cerca de 142% do PIB em 2019, numa altura em que a dívida do sector privado constituirá cerca de dois terços do total da dívida externa. Com as projecções a indicarem que o investimento no sector do carvão será financiado através do investimento directo estrangeiro, este aumento da dívida externa privada será impulsionado, na sua maior parte, pelos investimentos no sector do gás natural. A dívida do sector público deve atingir um máximo de 33% do PIB (em termos de VA) em 2019. A acumulação significativa de dívida externa do sector privado precisará ser monitorizada pelas autoridades para conter as vulnerabilidades. Todavia, considerando que o investimento no sector de recursos naturais está a ser liderado por empresas mundiais de renome, considera-se, a esta altura, que é baixo o risco de passivos contingentes para o governo ou de outras vulnerabilidades para além daquelas específicas para as operações de recursos naturais.⁵

34. Todos os indicadores da dívida externa pública permanecem abaixo dos seus respectivos limiares no cenário de base (Figura 1). Com a inesperada (à altura da última ASD) garantia das Notas de Participação em Empréstimos emitidas pela EMATUM, a dívida nominal é

⁴ Mais análises serão feitas à época da próxima avaliação a fim de examinar a natureza e o nível das vulnerabilidades.

⁵ Da mesma forma, considera-se baixo o risco de emergirem pressões sobre a balança de pagamentos como resultado directo da actividade de investimento relacionada aos mega projectos. Todavia, será preciso cuidado no mais longo prazo; quando as receitas desses empreendimentos começarem a se materializar, elas podem ser voláteis, em função dos preços mundiais dos produtos de base e em relação às importações. Ademais, as exportações avultadas de recursos naturais poderão também gerar riscos para a competitividade resultantes de uma possível valorização do câmbio, que deve ser administrada com cuidado.

significativamente mais alta em 2013 do que anteriormente projectado, mas o VA da dívida é inferior ao da última ASD em consequência do aumento da taxa de desconto. O VA da dívida em termos do PIB agora atinge um máximo em torno de 33% (em 2019), em comparação a um máximo de 39% na ASD anterior. O início da produção de GNL e o consequente salto do PIB farão com que o rácio volte a um nível abaixo dos 33% na próxima década (Tabela 1).

35. Os rácios da dívida externa ainda são vulneráveis a choques do IDE, do crescimento e da taxa de câmbio.⁶ O limiar do rácio VA da dívida/PIB seria ultrapassado por um período prolongado nos testes de stress mais extremos.⁷ Uma forte redução do IDE não gerador de dívida e do crescimento em 2014-15 pressionaria o rácio VA da dívida/PIB para muito acima do limiar de 40% durante os próximos 15 anos, com um máximo de cerca de 70% (Figura 1). Para além do choque do IDE/do crescimento, uma forte depreciação do metical em 2014 ou um crescimento histórico das exportações também levaria à ultrapassagem deste limiar (Tabela 2). Todos estes choques provocariam uma ultrapassagem significativa do limiar por um período prolongado.⁸ O impacto destes choques é um pouco menor do que na ASD anterior principalmente em virtude do aumento da taxa de desconto. Nos três cenários de choque, o VA da dívida também ultrapassará o limiar dívida/exportações de 150% das exportações.⁹

36. A concretização da produção do GNL é essencial para a sustentabilidade da dívida de Moçambique. O sector do GNL dará um contributo significativo ao PIB, às exportações e à receita pública. Como no cenário de base, uma expansão gradativa do investimento público, em antecipação à receita do GNL, seria apropriada tendo em vista as necessidades de Moçambique em matéria de infra-estruturas. Se, porém, ocorrerem atrasos no arranque do projeto ou se a produção ou as receitas do GNL forem muito inferiores ao esperado, os rácios da dívida seriam mais elevados no médio a longo prazo.

⁶ O impacto dos choques-padrão no modelo da ASD é elevado pelo facto de que os testes de stress padrão reverterem para os valores históricos, os quais são consideravelmente diferentes dos valores actuais e esperados porque a mudança estrutural na economia moçambicana resulta da exploração em grande escala do carvão e do gás natural a partir de 2011.

⁷ O cenário em que as variáveis estão nos seus níveis históricos foi omitido uma vez que ele gera dívida negativa em resultado das acentuadas alterações nas variáveis no cenário de base decorrentes das actividades na área do GNL.

⁸ Os gráficos na Figura 1 mostram o teste de stress com os resultados mais desfavoráveis em 2023.

⁹ Todavia, não se deve atribuir demasiada importância a esta ultrapassagem, uma vez que uma queda do IDE provavelmente estaria ligada a um menor nível de importações e não a um nível mais elevado de endividamento, como se presume implicitamente no cenário do choque padrão.

IV. SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO

37. A evolução dos indicadores da dívida pública (que inclui a dívida interna) espelha a evolução dos indicadores externos, em razão da predominância da dívida externa (Tabela 3 e Figura 2).

O aumento da dívida pública no médio prazo reflecte o salto temporário no investimento público financiado, em parte, por empréstimos externos em condições não concessionais. No cenário de base, o VA da dívida pública continua abaixo dos 50% do PIB em todo o período e, por conseguinte, permanece bem contido e abaixo das metas indicativas que, segundo estudos, estão ligadas a uma probabilidade acrescida de sobreendividamento.¹⁰

38. A análise de sustentabilidade da dívida pública ilustra que um requisito essencial para a sustentabilidade da dívida é a moderação do ritmo de contratação de novos empréstimos, conforme planeado pelas autoridades. Por outras palavras, o saldo orçamental primário precisará de ser reduzido no médio e longo prazos. Para fins ilustrativos, o cenário de “Saldo Primário Fixo”¹¹ mostra o impacto de fixar o saldo primário nos seus valores máximos, registados no período 2013-15, ou seja, caso não ocorra a referida moderação na contratação de novos empréstimos.¹² Os rácios da dívida continuariam a subir em todo o período das projecções, agravando rapidamente os riscos para a sustentabilidade da dívida, quaisquer que sejam os pressupostos sobre a produção do GNL.

V. CONCLUSÕES

39. **Na opinião do corpo técnico, embora os choques-padrão da ASD indiquem que Moçambique estaria na categoria de risco moderado de sobreendividamento no que tange à dívida externa pública, o investimento público deveria continuar a avançar, mas a um ritmo mais moderado de endividamento público.** Mesmo contra um cenário de ritmo temporariamente acelerado de contratação de empréstimos, as trajectórias de base da dívida permanecem abaixo dos respectivos limiares ao longo de todo o período. Outro ponto importante é que os indicadores do serviço da dívida continuam muito abaixo dos seus limiares, mesmo nos testes de stress, e reflectem

¹⁰ Com base na pontuação de Moçambique no índice CPIA, o nível da dívida pública indicativo de um risco mais elevado de sobreendividamento situa-se entre os 56% e 74% do rácio VA da dívida-PIB. Ver o documento do FMI (2012), “*Revisiting the Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries*”.

¹¹ Ver a Figura 2 e a Tabela 4 (linhas A2).

¹² Para fins desta ilustração, o cenário de “Saldo Primário Fixo” foi modificado nesta análise: em vez do padrão de fixar o saldo primário no nível de 2012, optou-se por fixá-lo no seu valor médio de 2013-15 em termos de percentagem do PIB. Esta alteração foi feita porque o saldo primário de 2012 é baixo em comparação àqueles no futuro próximo, por dois motivos: i) as receitas extraordinárias em 2012 e ii) os grandes projectos de investimento estão apenas a começar.

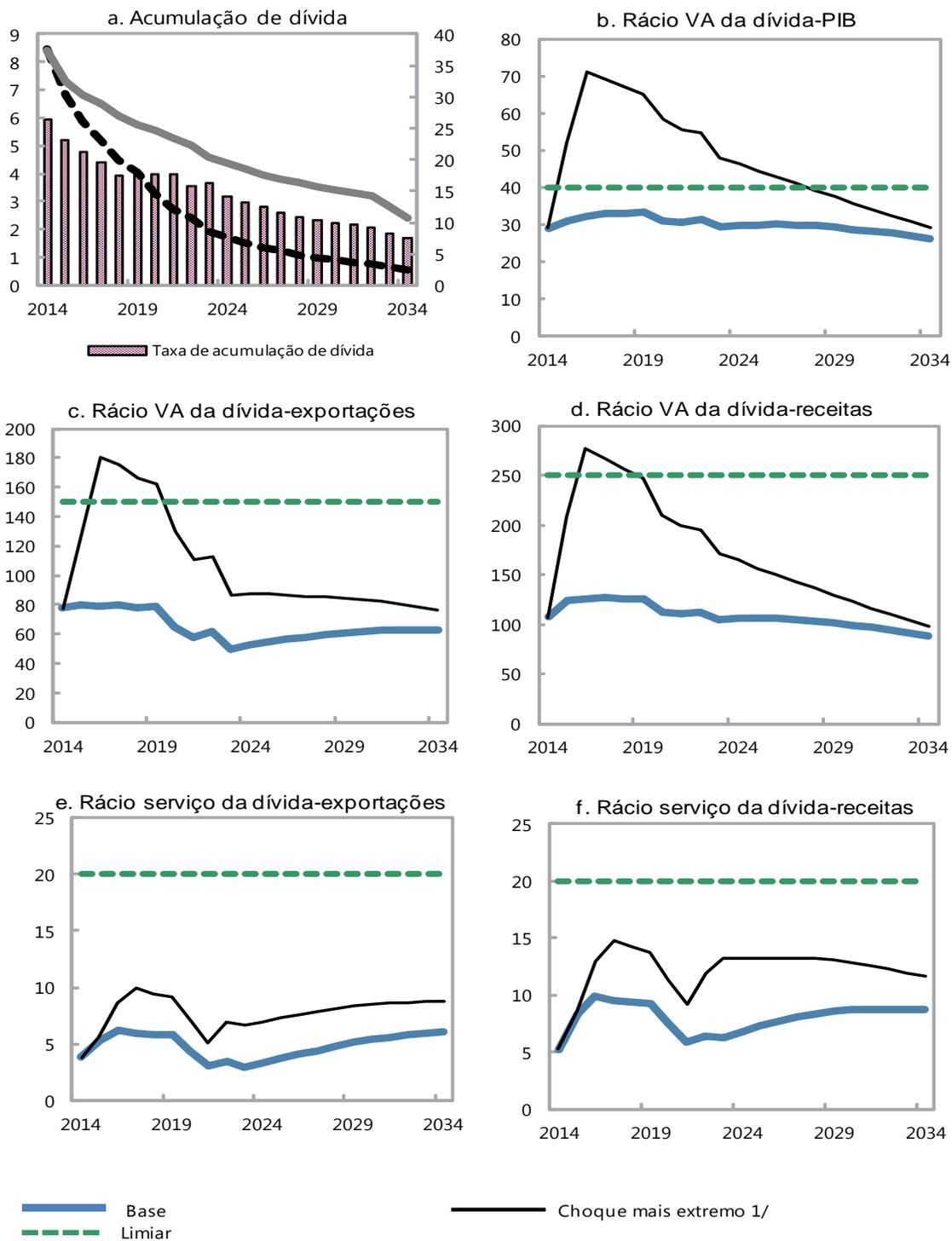
pressupostos conservadores sobre o elemento concessional dos novos empréstimos.¹³ As ultrapassagens nos testes de stress seriam revertidas após o início da produção do GNL e parecem ser administráveis à luz do sólido historial das autoridades em matéria de gestão económica prudente. Para além disso, o impacto dos choques é elevado pelo facto de que os testes de stress padrão revertem para os valores históricos, os quais são consideravelmente diferentes dos valores actuais e esperados porque a mudança estrutural na economia moçambicana resulta da exploração em grande escala do carvão e do gás natural.

40. **A presente análise realça três pontos importantes para a sustentabilidade da dívida.**

Primeiro, é essencial continuar a aperfeiçoar a gestão da dívida e a capacidade de planificação do investimento, para garantir que os projectos de investimento público de maior mérito sejam seleccionados e produzam os resultados desejados. Segundo, é fundamental que as autoridades moderem o ritmo de contratação de novos empréstimos, de modo a preservar a sustentabilidade da dívida, em linha com os seus compromissos. Terceiro, um aspecto que está a ganhar mais relevância — inclusivamente para a sustentabilidade da dívida — é garantir que a produção do GNL se materialize, para consolidar os seus efeitos positivos para o PIB e as receitas fiscais.

¹³ Ademais, estes indicadores não levam em conta outros amortecedores, como os níveis confortáveis de reservas internacionais em relação às importações não ligadas aos mega projectos.

Figura 1. Moçambique: Indicadores da dívida pública ou com garantia pública em cenários alternativos, 2014-2034 1/



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado até 2024. Na figura b., corresponde a um choque nos fluxos não geradores de dívida; na c., a um choque combinado; na d., a um choque nos fluxos não geradores de dívida; na e., a um choque combinado e, na f., a um choque combinado.

Table 1 .Mozambique: External Debt Sustainability Framework, Baseline Scenario, 2011-2034 1/

(In percent of GDP, unless otherwise indicated)

	Actual			Historical Average	Standard Deviation	Projections							2014-2019 Average		2020-2034 Average		
	2011	2012	2013			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2024	2034				
External debt (nominal) 1/	57.3	57.5	68.2			81.4	95.9	105.9	123.6	135.8	142.3			85.6	47.7		
<i>of which: public and publicly guaranteed (PPG)</i>	32.9	36.9	44.2			49.2	51.4	52.3	52.4	51.6	51.0			41.4	32.8		
Change in external debt	-21.1	0.2	10.6			13.2	14.5	10.0	17.7	12.2	6.4			-6.1	-2.5		
Identified net debt-creating flows	-15.1	1.8	2.6			13.2	14.5	12.6	21.1	17.3	13.5			-2.9	-8.2		
Non-interest current account deficit	22.9	44.0	38.0	17.4	13.4	44.8	44.5	41.2	49.4	49.4	43.7			15.5	5.9	14.8	
Deficit in balance of goods and services	29.7	51.2	48.0			52.3	51.2	45.3	50.7	49.3	42.3			3.6	6.4		
Exports	30.8	33.3	36.0			37.6	39.1	41.1	41.2	42.2	42.0			57.0	42.1		
Imports	60.5	84.5	84.1			89.9	90.4	86.3	91.9	91.5	84.3			60.6	48.5		
Net current transfers (negative = inflow)	-6.9	-5.8	-8.5	-7.0	1.0	-6.5	-5.8	-5.3	-5.1	-4.9	-4.7			-3.6	-3.2	-3.5	
<i>of which: official</i>	-6.3	-5.0	-7.2			-7.5	-6.8	-6.4	-6.1	-5.9	-5.7			-4.7	-4.2		
Other current account flows (negative = net inflow)	0.0	-1.4	-1.5			-1.1	-0.9	1.2	3.8	5.0	6.1			15.5	2.6		
Net FDI (negative = inflow)	-20.7	-36.5	-33.0	-13.2	12.7	-28.6	-26.4	-24.1	-23.5	-25.9	-23.3			-14.3	-11.9	-14.5	
Endogenous debt dynamics 2/	-17.3	-5.7	-2.4			-3.0	-3.6	-4.5	-4.9	-6.2	-6.9			-4.0	-2.1		
Contribution from nominal interest rate	1.5	1.3	1.4			2.1	2.5	2.6	2.6	2.6	2.5			1.5	1.1		
Contribution from real GDP growth	-4.4	-3.6	-3.8			-5.1	-6.1	-7.1	-7.5	-8.8	-9.3			-5.6	-3.2		
Contribution from price and exchange rate changes	-14.4	-3.4	0.0				
Residual (3-4) 3/	-6.0	-1.6	8.0			0.1	0.0	-2.6	-3.4	-5.1	-7.1			-3.2	5.6		
<i>of which: exceptional financing</i>	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0		
PV of external debt 4/	49.5			61.3	75.6	85.8	104.1	117.2	124.4			74.0	41.1		
In percent of exports	137.4			163.1	193.2	209.0	252.7	277.9	296.2			129.8	97.8		
PV of PPG external debt	25.5			29.1	31.1	32.2	32.8	32.9	33.2			29.8	26.3		
In percent of exports	70.8			77.5	79.4	78.4	79.7	78.1	79.1			52.3	62.5		
In percent of government revenues	92.9			106.7	124.3	125.3	126.5	126.0	125.9			105.7	88.4		
Debt service-to-exports ratio (in percent)	19.4	12.0	12.0			14.3	14.9	15.2	12.9	12.1	11.7			7.7	7.2		
PPG debt service-to-exports ratio (in percent)	2.0	2.1	2.8			3.8	5.3	6.2	6.0	5.8	5.8			3.3	6.1		
PPG debt service-to-revenue ratio (in percent)	3.0	3.1	3.7			5.2	8.4	10.0	9.5	9.4	9.2			6.8	8.7		
Total gross financing need (Billions of U.S. dollars)	1.0	1.6	1.4			3.7	4.5	4.9	7.3	7.4	7.3			3.1	-4.2		
Non-interest current account deficit that stabilizes debt ratio	44.0	43.8	27.4			31.5	30.0	31.2	31.8	37.2	37.3			21.6	8.4		
Key macroeconomic assumptions																	
Real GDP growth (in percent)	7.3	7.2	7.1	7.4	0.7	8.3	8.2	8.2	7.9	8.0	7.7			8.0	6.7	6.9	8.4
GDP deflator in US dollar terms (change in percent)	22.4	6.2	0.1	5.3	9.8	2.8	1.2	2.8	3.4	3.4	3.5			2.9	2.4	2.4	2.5
Effective interest rate (percent) 5/	2.5	2.7	2.7	2.6	0.6	3.5	3.4	3.1	2.7	2.4	2.0			2.8	1.8	2.3	2.1
Growth of exports of G&S (US dollar terms, in percent)	29.7	23.1	16.1	16.0	14.4	16.2	13.9	16.7	11.9	14.3	11.0			14.0	4.9	6.9	11.6
Growth of imports of G&S (US dollar terms, in percent)	62.8	59.0	6.7	21.0	22.7	19.2	10.0	6.3	18.7	11.2	2.6			11.3	6.0	6.6	7.1
Grant element of new public sector borrowing (in percent)	37.3	32.4	30.2	29.0	26.9	25.6			30.2	19.4	10.8	17.5
Government revenues (excluding grants, in percent of GDP)	20.8	23.3	27.5			27.3	25.0	25.7	25.9	26.1	26.4			28.2	29.7	28.7	
Aid flows (in Billions of US dollars) 7/	1.6	1.3	1.9			1.9	1.8	1.7	1.7	1.7	1.8			1.8	2.0		
<i>of which: Grants</i>	1.0	0.8	0.8			0.9	0.8	0.7	0.7	0.7	0.7			0.5	0.2		
<i>of which: Concessional loans</i>	0.6	0.5	1.0			1.0	1.0	1.0	1.0	1.0	1.1			1.3	1.7		
Grant-equivalent financing (in percent of GDP) 8/			8.4	6.8	5.9	5.2	4.5	4.1			1.7	0.5	1.5	
Grant-equivalent financing (in percent of external financing) 8/			60.4	55.2	51.7	50.9	49.8	47.2			33.2	15.4	28.4	
Memorandum items:																	
Nominal GDP (Billions of US dollars)	12.5	14.3	15.3			17.1	18.7	20.8	23.2	25.9	28.9			56.8	139.7		
Nominal dollar GDP growth	31.4	13.9	7.2			11.4	9.5	11.2	11.5	11.7	11.4			11.1	9.2	9.5	11.2
PV of PPG external debt (in Billions of US dollars)	3.9			4.8	5.7	6.6	7.5	8.4	9.5			16.7	36.2		
(PVt-PVt-1)/GDPt-1 (in percent)			6.0	5.2	4.8	4.4	3.9	4.0			4.7	3.2	1.7	2.8
Gross workers' remittances (Billions of US dollars)	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0			0.1	0.2		
PV of PPG external debt (in percent of GDP + remittances)	25.5			29.1	31.0	32.2	32.8	32.9	33.2			29.8	26.3		
PV of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	70.6			77.2	79.1	78.2	79.5	77.9	78.8			52.2	62.3		
Debt service of PPG external debt (in percent of exports + remittances)	2.8			3.8	5.3	6.2	6.0	5.8	5.8			3.3	6.1		

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Includes both public and private sector external debt.

2/ Derived as $[r - g - p(1+g)] / (1+g+p+gp)$ times previous period debt ratio, with r = nominal interest rate; g = real GDP growth rate, and p = growth rate of GDP deflator in U.S. dollar terms.

3/ Includes exceptional financing (i.e., changes in arrears and debt relief); changes in gross foreign assets; and valuation adjustments. For projections also includes contribution from price and exchange rate changes.

4/ Assumes that PV of private sector debt is equivalent to its face value.

5/ Current-year interest payments divided by previous period debt stock.

6/ Historical averages and standard deviations are generally derived over the past 10 years, subject to data availability.

7/ Defined as grants, concessional loans, and debt relief.

8/ Grant-equivalent financing includes grants provided directly to the government and through new borrowing (difference between the face value and the PV of new debt).

Table 2. Mozambique: Sensitivity Analysis for Key Indicators of Public and Publicly Guaranteed External Debt, 2014-2034
(In percent)

	Projections							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2024	2034
PV of debt-to GDP ratio								
Baseline	29	31	32	33	33	33	30	26
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2014-2034 1/	29	19	10	-5	-18	-27	-10	54
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2014-2034 2	29	32	35	37	39	40	39	39
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	29	31	33	33	33	34	30	27
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 3/	29	34	43	43	42	42	34	27
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	29	32	36	37	37	37	33	29
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 4/	29	52	71	69	67	65	46	29
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	29	49	69	68	66	64	47	30
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2015 5/	29	44	45	46	46	47	42	37
PV of debt-to-exports ratio								
Baseline	77	79	78	80	78	79	52	62
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2014-2034 1/	77	48	24	-13	-42	-64	-18	128
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2014-2034 2	77	83	86	91	92	95	68	93
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	77	78	77	79	77	78	51	61
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 3/	77	98	134	133	129	128	77	82
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	77	78	77	79	77	78	51	61
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 4/	77	133	173	168	159	155	81	69
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	77	128	180	175	166	162	87	77
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2015 5/	77	78	77	79	77	78	51	61
PV of debt-to-revenue ratio								
Baseline	107	124	125	127	126	126	106	88
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2014-2034 1/	107	75	39	-21	-69	-102	-36	181
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2014-2034 2	107	129	137	144	148	152	137	131
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	107	124	127	129	128	128	107	89
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 3/	107	137	167	165	161	159	121	90
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	107	130	141	143	142	142	119	99
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 4/	107	208	277	267	256	246	164	98
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	107	196	270	261	251	243	165	102
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2015 5/	107	174	176	178	177	177	148	123

Table 2. Mozambique: Sensitivity Analysis for Key Indicators of Public and Publicly Guaranteed External Debt, 2014-2034 (continued)
(In percent)

Debt service-to-exports ratio

Baseline	4	5	6	6	6	6	3	6
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2014-2034 1/	4	5	5	4	2	1	-2	5
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2014-2034 2	4	5	6	6	6	6	4	8
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	4	5	6	6	6	6	3	6
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 3/	4	6	8	9	9	8	6	9
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	4	5	6	6	6	6	3	6
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 4/	4	5	8	9	9	9	7	8
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	4	6	9	10	9	9	7	9
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2015 5/	4	5	6	6	6	6	3	6

Debt service-to-revenue ratio

Baseline	5	8	10	10	9	9	7	9
A. Alternative Scenarios								
A1. Key variables at their historical averages in 2014-2034 1/	5	8	8	6	4	2	-3	7
A2. New public sector loans on less favorable terms in 2014-2034 2	5	8	9	9	9	9	9	12
B. Bound Tests								
B1. Real GDP growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	5	8	10	10	10	9	7	9
B2. Export value growth at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 3/	5	8	10	11	11	10	9	9
B3. US dollar GDP deflator at historical average minus one standard deviation in 2015-2016	5	9	11	11	11	10	8	10
B4. Net non-debt creating flows at historical average minus one standard deviation in 2015-2016 4/	5	8	13	15	14	14	13	11
B5. Combination of B1-B4 using one-half standard deviation shocks	5	9	13	15	14	14	13	12
B6. One-time 30 percent nominal depreciation relative to the baseline in 2015 5/	5	12	14	13	13	13	10	12

Memorandum item:

Grant element assumed on residual financing (i.e., financing required above baseline) 6/	16	16	16	16	16	16	16	16
--	----	----	----	----	----	----	-----------	----

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Variables include real GDP growth, growth of GDP deflator (in U.S. dollar terms), non-interest current account in percent of GDP, and non-debt creating flows.

2/ Assumes that the interest rate on new borrowing is by 2 percentage points higher than in the baseline., while grace and maturity periods are the same as in the baseline.

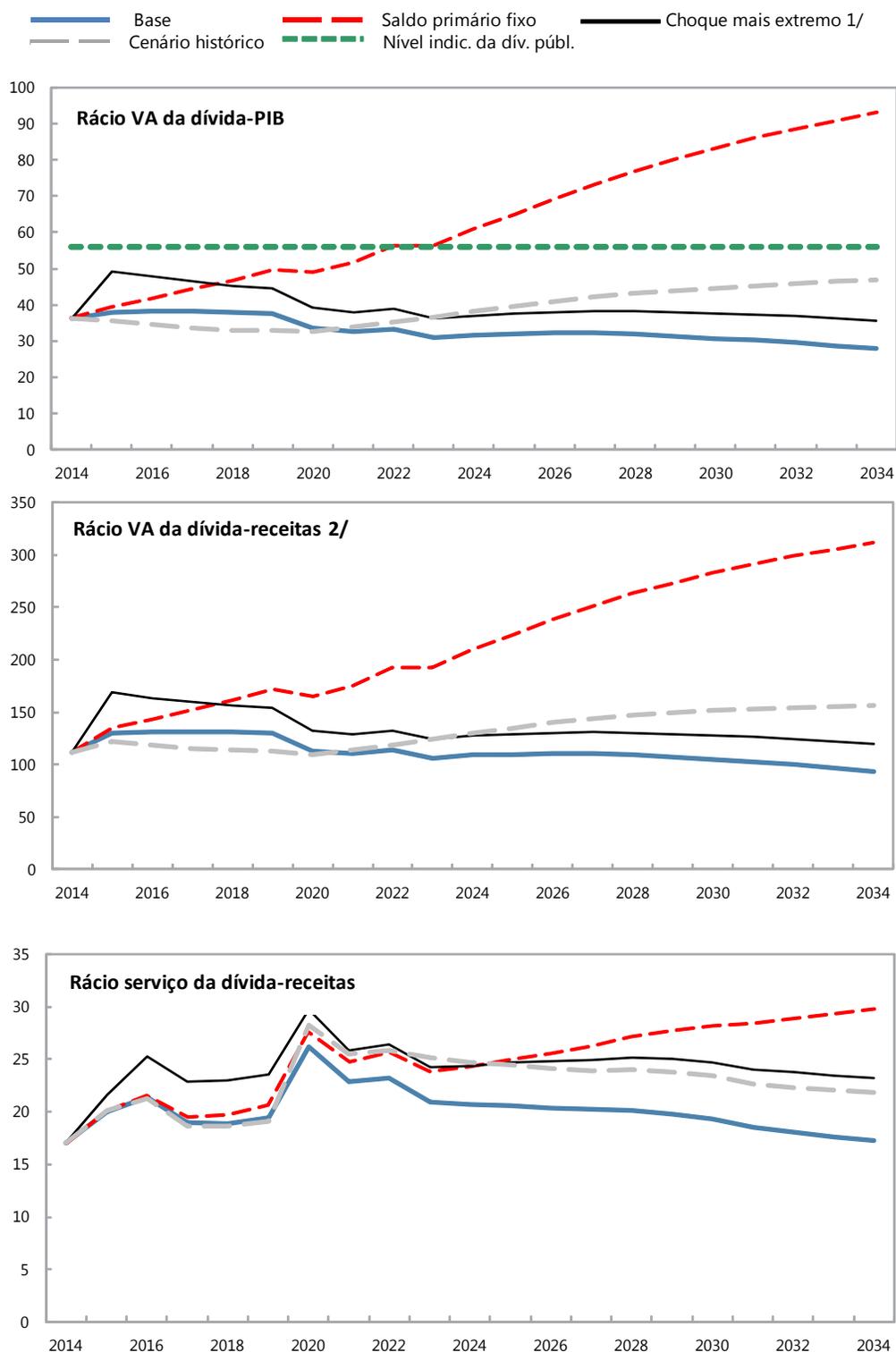
3/ Exports values are assumed to remain permanently at the lower level, but the current account as a share of GDP is assumed to return to its baseline level after the shock (implicitly assuming an offsetting adjustment in import levels).

4/ Includes official and private transfers and FDI.

5/ Depreciation is defined as percentage decline in dollar/local currency rate, such that it never exceeds 100 percent.

6/ Applies to all stress scenarios except for A2 (less favorable financing) in which the terms on all new financing are as specified in footnote 2.

Figura 2. Moçambique: Indicadores da dívida pública em cenários alternativos, 2014-2034 1/



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ O teste de stress mais extremo é o que produz o rácio mais elevado até 2024.

2/ A definição das receitas inclui os donativos.

Table 3. Mozambique: Public Sector Debt Sustainability Framework, Baseline Scenario, 2011-2034
(In percent of GDP, unless otherwise indicated)

	Actual			Average ^{5/}	Standard Deviation ^{5/}	Estimate					Projections				
	2011	2012	2013			2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014-19 Average	2024	2034	2020-34 Average
Public sector debt 1/	39.6	42.7	53.1			56.5	58.3	58.3	57.7	56.5	55.5		43.3	34.4	
<i>of which: foreign-currency denominated</i>	32.9	36.9	44.2			49.2	51.4	52.3	52.4	51.6	51.0		41.4	32.8	
Change in public sector debt	-6.2	3.1	10.4			3.4	1.8	0.0	-0.7	-1.2	-0.9		0.2	-1.4	
Identified debt-creating flows	-6.9	2.5	-2.0			4.8	1.7	0.5	-0.3	-0.7	-0.8		-0.9	-1.8	
Primary deficit	4.1	3.0	2.0	3.0	1.1	7.8	6.0	5.2	4.3	3.9	3.5	5.1	1.6	0.2	1.0
Revenue and grants	28.6	28.6	32.9			32.4	29.2	29.2	29.1	28.9	28.9		29.1	29.9	
<i>of which: grants</i>	7.8	5.4	5.4			5.2	4.2	3.5	3.1	2.8	2.5		0.9	0.2	
Primary (noninterest) expenditure	32.7	31.6	34.8			40.2	35.2	34.3	33.4	32.8	32.4		30.8	30.1	
Automatic debt dynamics	-10.8	-0.5	-3.9			-3.0	-4.3	-4.7	-4.6	-4.6	-4.3		-2.5	-2.0	
Contribution from interest rate/growth differential	-3.2	-2.4	-2.8			-3.8	-4.1	-4.2	-4.0	-3.9	-3.8		-2.5	-1.9	
<i>of which: contribution from average real interest rate</i>	-0.1	0.2	0.1			0.3	0.2	0.2	0.3	0.3	0.2		0.2	0.4	
<i>of which: contribution from real GDP growth</i>	-3.1	-2.7	-2.8			-4.1	-4.3	-4.4	-4.3	-4.3	-4.0		-2.7	-2.3	
Contribution from real exchange rate depreciation	-7.6	1.9	-1.2			0.8	-0.2	-0.4	-0.6	-0.7	-0.5		
Other identified debt-creating flows	-0.1	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Privatization receipts (negative)	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Recognition of implicit or contingent liabilities	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Debt relief (HIPC and other)	-0.1	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Other (specify, e.g. bank recapitalization)	0.0	0.0	0.0			0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0	
Residual, including asset changes	0.6	0.7	12.4			-1.4	0.1	-0.4	-0.3	-0.5	-0.2		1.0	0.4	
Other Sustainability Indicators															
PV of public sector debt	34.5			36.4	38.0	38.2	38.1	37.8	37.7		31.7	27.9	
<i>of which: foreign-currency denominated</i>	25.5			29.1	31.1	32.2	32.8	32.9	33.2		29.8	26.3	
<i>of which: external</i>	25.5			29.1	31.1	32.2	32.8	32.9	33.2		29.8	26.3	
PV of contingent liabilities (not included in public sector debt)	
Gross financing need 2/	9.9	7.1	6.5			13.3	11.9	11.4	9.8	9.3	9.1		7.7	5.3	
PV of public sector debt-to-revenue and grants ratio (in percent)	104.9			112.2	130.3	131.0	131.2	130.7	130.6		109.1	93.2	
PV of public sector debt-to-revenue ratio (in percent)	125.6			133.4	152.0	148.8	147.0	144.7	143.1		112.5	93.8	
<i>of which: external 3/</i>	92.9			106.7	124.3	125.3	126.5	126.0	125.9		105.7	88.4	
Debt service-to-revenue and grants ratio (in percent) 4/	20.3	14.4	13.9			17.0	20.0	21.4	19.0	18.9	19.4		20.7	17.3	
Debt service-to-revenue ratio (in percent) 4/	28.0	17.7	16.6			20.2	23.4	24.3	21.2	21.0	21.3		21.4	17.4	
Primary deficit that stabilizes the debt-to-GDP ratio	10.3	-0.1	-8.5			4.4	4.2	5.1	5.0	5.1	4.5		1.5	1.6	
Key macroeconomic and fiscal assumptions															
Real GDP growth (in percent)	7.3	7.2	7.1	7.4	0.7	8.3	8.2	8.2	7.9	8.0	7.7	8.0	6.7	6.9	8.4
Average nominal interest rate on forex debt (in percent)	0.9	1.0	0.9	0.8	0.6	1.7	1.8	1.9	2.0	2.0	2.1	1.9	2.5	3.1	2.7
Average real interest rate on domestic debt (in percent)	5.5	7.3	3.7	3.8	3.3	3.2	4.3	4.1	5.4	6.8	7.8	5.3	9.2	9.0	6.6
Real exchange rate depreciation (in percent, + indicates depreciation)	-20.8	6.3	-3.4	-1.8	14.0	2.0
Inflation rate (GDP deflator, in percent)	7.9	4.3	5.5	7.4	2.1	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6	5.6
Growth of real primary spending (deflated by GDP deflator, in percent)	9.5	3.8	18.0	3.2	6.0	25.2	-5.4	5.6	4.9	6.0	6.4	7.1	6.5	7.0	7.8
Grant element of new external borrowing (in percent)	37.3	32.4	30.2	29.0	26.9	25.6	30.2	19.4	10.8	...

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ [Indicate coverage of public sector, e.g., general government or nonfinancial public sector. Also whether net or gross debt is used.]

2/ Gross financing need is defined as the primary deficit plus debt service plus the stock of short-term debt at the end of the last period.

3/ Revenues excluding grants.

4/ Debt service is defined as the sum of interest and amortization of medium and long-term debt.

5/ Historical averages and standard deviations are generally derived over the past 10 years, subject to data availability.

Table 4. Mozambique: Sensitivity Analysis for Key Indicators of Public Debt 2014-2034

	Projections							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2024	2034
PV of Debt-to-GDP Ratio								
Baseline	36	38	38	38	38	38	32	28
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	36	36	35	34	33	33	38	47
A2. Primary balance is unchanged from 2014	36	39	42	44	47	50	61	93
A3. Permanently lower GDP growth 1/	36	38	38	38	38	38	34	34
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2015-20	36	39	40	41	41	41	37	37
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2015-201	36	36	36	36	36	36	31	27
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	36	36	36	36	37	37	34	33
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2015	36	49	48	46	45	44	37	36
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2015	36	46	46	45	45	44	36	30
PV of Debt-to-Revenue Ratio 2/								
Baseline	112	130	131	131	131	131	109	93
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	112	122	118	116	114	113	130	157
A2. Primary balance is unchanged from 2014	112	135	143	152	162	172	209	312
A3. Permanently lower GDP growth 1/	112	131	132	132	132	133	116	114
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2015-20	112	133	137	139	141	142	127	123
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2015-201	112	125	123	124	124	124	105	91
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	112	124	122	124	126	128	115	112
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2015	112	169	164	160	156	154	127	120
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2015	112	159	158	156	154	153	123	101
Debt Service-to-Revenue Ratio 2/								
Baseline	17	20	21	19	19	19	21	17
A. Alternative scenarios								
A1. Real GDP growth and primary balance are at historical averages	17	20	21	19	19	19	25	22
A2. Primary balance is unchanged from 2014	17	20	22	19	20	21	24	30
A3. Permanently lower GDP growth 1/	17	20	21	19	19	20	21	19
B. Bound tests								
B1. Real GDP growth is at historical average minus one standard deviations in 2015-20	17	20	22	20	20	20	22	19
B2. Primary balance is at historical average minus one standard deviations in 2015-201	17	20	21	19	19	19	20	17
B3. Combination of B1-B2 using one half standard deviation shocks	17	20	21	19	19	20	21	18
B4. One-time 30 percent real depreciation in 2015	17	22	25	23	23	24	24	23
B5. 10 percent of GDP increase in other debt-creating flows in 2015	17	20	22	20	20	20	22	18

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Assumes that real GDP growth is at baseline minus one standard deviation divided by the square root of the length of the projection period.

2/ Revenues are defined inclusive of grants.

**FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**DEPARTAMENTO
E COMUNICAÇÃO

Comunicado de Imprensa n.º 14/211 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
9 de Maio de 2014

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI concluiu a segunda avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a segunda avaliação do desempenho económico de Moçambique ao abrigo do programa apoiado pelo Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI, na sigla em inglês). Ao concluir a avaliação, o Conselho aprovou a modificação de três critérios de desempenho, designadamente dois critérios de avaliação para o final de Junho de 2014, em função do volume maior do que o esperado de receitas fiscais, e um critério de avaliação de aplicação contínua relativo ao aumento do limite máximo para a contratação de empréstimos em condições não concessionais, pois tal está alinhado ao objectivo do PSI de facilitar a expansão dos investimentos em infra-estruturas.

O acordo PSI foi aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de Junho de 2013 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 13/231](#)). O PSI foi concebido tendo em mente países de baixo rendimento que talvez não necessitem ou não tencionem recorrer à assistência financeira do FMI, mas, ainda assim, tenham interesse em beneficiar dos serviços prestados pela instituição em matéria de aconselhamento, monitoria e endosso das políticas. Trata-se de um instrumento de aplicação voluntária e determinada pela procura e que agrega um forte conteúdo de inspiração nacional (ver [Nota de Informação ao Público n.º 05/145](#)).

O Subdirector-Geral e presidente em exercício do Conselho, Sr. Naoyuki Shinohara, fez o seguinte pronunciamento ao término das discussões:

O forte desempenho de Moçambique em termos de crescimento e controlo da inflação é digno de louvor. A exploração dos recursos naturais sustenta as perspectivas a médio prazo e traz benefícios mas também riscos.

Prossegue como planeado a implementação do Plano de Acção para Redução da Pobreza, mas será importante reforçar a execução da despesa para assegurar que a sub-execução dos gastos prioritários em 2013 seja um fenómeno temporário. Tornar o crescimento mais inclusivo exigirá a criação de mais empregos, bem como o desenvolvimento do capital humano e de um ambiente favorável para as pequenas e médias empresas.

A orientação da política orçamental em 2014 é expansionista, o que reflecte, em parte, alguns factores temporários — como os gastos relativos à realização das eleições gerais — bem como o investimento público. A médio prazo, será necessário um esforço de consolidação das finanças públicas. A política monetária terá de se manter vigilante e pronta para agir, se necessário, para manter a inflação dentro da meta das autoridades a médio prazo.

Estão a ser feitos progressos na agenda de reformas estruturais, mas a sua implementação poderia ser agilizada, sobretudo nas áreas de reformas da gestão financeira pública e identificação dos riscos fiscais. O desenvolvimento das capacidades institucionais é importante como preparativo para a gestão da expansão futura dos sectores extractivos e para tornar o crescimento mais inclusivo. Igualmente essenciais são o desenvolvimento do sector financeiro e a facilitação da actividade empresarial.

O endividamento externo pode ajudar a financiar os investimentos em infra-estruturas. Contudo, a utilização eficaz desses recursos exige um processo transparente de análise, priorização e selecção de projectos, e deve ter em conta as suas implicações para a sustentabilidade da dívida. Ademais, a monitorização rigorosa da implementação dos projectos é essencial para garantir o melhor aproveitamento dos recursos públicos.

**Declaração do Sr. Momodou Bamba Saho, Administrador para Moçambique
9 de Maio de 2014**

1. Introdução

As autoridades moçambicanas estão gratas pelo empenho contínuo do FMI e valorizam o seu apoio no âmbito do acordo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). Também agradecem as trocas de opiniões sinceras com o corpo técnico durante as discussões da segunda avaliação no âmbito do PSI.

2. Desenvolvimentos económicos recentes

A implementação prudente da estratégia económica das autoridades resultou numa melhoria impressionante do desempenho económico e financeiro do país nos últimos anos. Em consequência, apesar do ambiente mundial difícil e das inundações no início de 2013, a economia moçambicana cresceu 7,0% impulsionada por um aumento da actividade nos sectores das indústrias extractivas, serviços financeiros e construção. A conjuntura de inflação mantém-se favorável. O défice da balança corrente melhorou em 2013, principalmente devido a menores importações de serviços e maiores receitas de transferências. As reservas internacionais brutas acumuladas pelo Banco de Moçambique são equivalentes a 4,5 meses de importações de bens e serviços não financeiros.

A política orçamental em 2013 foi expansionista à medida que as autoridades aumentaram a despesa em infra-estruturas e o acesso aos serviços sociais básicos por forma a atenuar o impacto das inundações no início de 2013. O desempenho da receita esteve em linha com o programa graças à receita, em Agosto de 2013, de USD 400 milhões (2,1% do PIB) da tributação de mais-valias da venda de participações em sectores das indústrias extractivas. O défice orçamental global, incluindo donativos, foi estimado em 2,8% do PIB, inferior à meta do programa de 4,6% do PIB.

O objectivo principal das políticas monetárias e cambiais de Moçambique ao longo dos últimos anos foi ancorar as expectativas inflacionistas e alcançar a estabilidade cambial. Por conseguinte, a inflação média anual em 2013 foi de 4,2% face a um objectivo de 7,0%. As

nossas autoridades continuam empenhadas em aperfeiçoar o quadro de política monetária a fim de melhorar a gestão da liquidez, aumentar a acessibilidade a uma vasta gama de instrumentos financeiros adaptados às pequenas e médias empresas, e em prosseguir a implementação da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro que visa fomentar a inclusão financeira e impulsionar a competitividade nos sectores transaccionáveis.

3. Desempenho do programa

Num contexto de um ambiente mundial difícil e das inundações no início de 2013, as autoridades mantiveram a estabilidade macroeconómica e o desempenho ao abrigo do PSI foi satisfatório. Desde a primeira avaliação, o desempenho do programa mantém-se globalmente no bom caminho. Todos os critérios de avaliação quantitativos e todas as metas indicativas até final de Dezembro foram observadas, excepto a meta relativa à despesa de sectores prioritários, que deixou de ser cumprida devido a atrasos no desembolso de fundos de doadores. Os indicadores de referência estruturais para final de Fevereiro e final de Março de 2014 foram cumpridos, embora um deles com um ligeiro atraso.

4. Perspectivas e políticas económicas

A agenda económica das nossas autoridades no médio prazo é reforçar as políticas macroeconómicas e estruturais para promover o crescimento económico inclusivo, criar mais empregos, difundir os benefícios do crescimento de forma mais abrangente e, assim, reduzir as desigualdades. Por conseguinte, estão determinadas em investir em infra-estruturas e sectores fundamentais com elevadas contrapartidas económicas e sociais, bem como com benefícios económicos expansionistas. Para o efeito, projecta-se que o crescimento económico acelere para 8,3% em 2014, apoiado por uma forte dinâmica nos sectores das indústrias extractivas e da construção. Prevê-se que a inflação se mantenha num intervalo entre 5 e 6% e espera-se que a taxa de câmbio permaneça estável. Os principais riscos à manutenção da inflação dentro do intervalo da meta do Banco de Moçambique são a política orçamental expansionista em 2014, a política monetária acomodatória e as pressões inflacionistas da região. Para fazer face a estes riscos e aumentar a resistência da economia a choques, as autoridades irão continuar a aumentar a alocação de recursos ao desenvolvimento de infra-estruturas, bem como a fomentar os investimentos e o capital humano.

4.1 Política orçamental

As nossas autoridades permanecem empenhadas em manter uma política orçamental sustentável no médio a longo prazo. Para o efeito, os esforços de arrecadação de receitas serão melhorados através do reforço adicional de medidas administrativas fiscais e alterações ao código tributário. Outras medidas em curso de visando a melhoria das receitas incluem o reforço da unidade de grande contribuintes da Autoridade Tributária, o alargamento do e-Tributação e do pagamento do IVA através dos bancos, associado à simplificação do regime fiscal do pequeno contribuinte, e reformas das disposições relativas aos preços de transferência. Além disso, estão a ser envidados esforços para estabelecer uma regra orçamental para a utilização das receitas extraordinárias. De forma correspondente, as autoridades moçambicanas criaram uma conta de estabilização para complementar eventuais défices da futura arrecadação de receitas. Prevê-se a aprovação da execução da regra orçamental em 2015.

Com vista a colocar as finanças públicas numa trajectória sustentável, as autoridades planeiam reduzir gradualmente a despesa de cerca de 42% do PIB em 2014 para cerca de 34% do PIB em 2019. A maior parte da redução será conseguida à medida que a despesa regressar a uma trajectória normal depois da implementação das despesas pontuais com a realização das eleições e com a segurança marítima em 2014. Além disso, as autoridades moçambicanas planeiam reduzir a massa salarial a partir de 2015. Esperam também que as despesas com bens e serviços e investimentos cresçam mais lentamente do que o PIB.

Para aumentar o espaço orçamental ao mesmo tempo que mantêm a sustentabilidade da dívida no médio prazo, as autoridades continuam empenhadas em prosseguir a melhoria da gestão das finanças públicas através do reforço dos instrumentos de selecção de projectos, do alargamento da utilização da conta única do Tesouro (CUT) e do aumento do lançamento dos pagamentos de salários através de transferência directa para contas bancárias.

4.2 Política monetária e cambial

O quadro de política monetária das autoridades irá centrar-se em ancorar as expectativas inflacionistas, melhorando a gestão da liquidez e reforçando a supervisão financeira. Para cumprir estes objectivos, o Banco de Moçambique continuará a promover a utilização de operações de mercado aberto e a reforçar o quadro de previsão de liquidez. Além disso, o Banco de Moçambique irá melhorar o trabalho de coordenação com o Ministério das Finanças e a

Bolsa de Valores para tornar os Bilhetes do Tesouro atractivos enquanto garantia das operações no mercado monetário.

O Banco de Moçambique manterá o regime de taxa de câmbio flutuante, intervindo no mercado cambial para compensar as volatilidades nesse mercado e acumular reservas internacionais. O Banco de Moçambique reforçará a implementação de uma nova lei cambial e continuará a promover o quadro para a gestão de reservas.

4.3. Políticas do sector financeiro

As nossas autoridades permanecem empenhadas na prossecução da agenda relativa ao aprofundamento e inclusão financeiros a fim de criar mais oportunidades e apoiar o desenvolvimento do sector privado e a criação de emprego. Para o efeito, em 2013, as autoridades aprovaram a Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro para o período 2013–2022. Esta estratégia visa, entre outros objectivos, manter a estabilidade do sector financeiro, promover o acesso a serviços financeiros e eliminar obstáculos estruturais, sobretudo os que limitam a intermediação financeira e o acesso a serviços financeiros. As reformas estruturais em curso para cumprir os objectivos da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro incluem o desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Inclusão Financeira até final de Dezembro de 2014, a redacção de regulamentos específicos para os serviços bancários móveis até Junho de 2014 e o estabelecimento da base jurídica para processos de insolvência. Por último, as autoridades pretendem melhorar a supervisão baseada no risco e adoptar o acordo de Basileia II para tornar o sistema financeiro mais robusto.

5. Conclusão

As nossas autoridades gostariam de reiterar o seu compromisso em prosseguir a sua abrangente agenda de reformas macroeconómicas e estruturais que visam, principalmente, tirar partido do potencial de crescimento da economia e remover gradualmente os estrangulamentos estruturais ao desenvolvimento económico. Apesar da incerteza na conjuntura económica mundial e do impacto adverso de choques exógenos, o desempenho económico ao abrigo do novo PSI de três anos mantém-se forte. As reformas estruturais num vasto leque de áreas estão, em grande medida, no bom caminho. Em termos prospectivos, Moçambique está pronto a dar continuidade ao compromisso produtivo com o FMI no sentido de melhorar o quadro de política macroeconómica no contexto da expansão dos recursos naturais e a aproveitar as lições das experiências actuais e passadas do país. Além disso, está disposto a associar-se a outras

instituições financeiras internacionais com vista a mobilizar recursos suficientes para colmatar a lacuna do financiamento de infra-estruturas sem comprometer a sustentabilidade da dívida e a estabilidade macroeconómica. As nossas autoridades solicitam a aprovação do Conselho de Administração ao seu pedido de conclusão da segunda avaliação ao abrigo do PSI e de modificação de critérios de avaliação.